



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MAICON DOURADO BRAVO

NA MARÉ DAS LEMBRANÇAS:

memória, pesca artesanal, globalização e educação ambiental

no contexto da Laguna dos Patos

Rio Grande

2011

MAICON DOURADO BRAVO

NA MARÉ DAS LEMBRANÇAS:

memória, pesca artesanal, globalização e educação ambiental
no contexto da Laguna dos Patos

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação Ambiental
da Universidade Federal do Rio Grande,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Educação Ambiental.

Orientador:

Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli

Coorientador:

Prof. Dr. Carlos RS Machado

Rio Grande

2011

B826m	<p>Bravo, Maicon Dourado</p> <p>Na maré das lembranças: memória, pesca artesanal, globalização e Educação Ambiental no contexto da Laguna dos Patos/ Maicon Dourado Bravo; orientação do Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli; coorientação do Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado - Rio Grande: FURG, 2012. 103 f.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – Mestrado em Educação Ambiental.</p> <p>1. Pesca artesanal 2. Sustentabilidade 3. Memória 4. Globalização 5. Sujeito Ecológico 6. Educação Ambiental I. Adomilli, Gianpaolo Knoller II. Machado, Carlos Roberto da Silva III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 504:37</p>
-------	---

Catálogo na fonte: Bel. Me. Cibele Vasconcelos Dziekaniak CRB10/1385.

MAICON DOURADO BRAVO

**NA MARÉ DAS LEMBRANÇAS: MEMÓRIA, PESCA
ARTESANAL, GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO
AMBIENTAL NO CONTEXTO DA LAGUNA DOS
PATOS**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli
(Orientador – FURG)

Dr. Vilmar Alves Pereira
(PPGEA/FURG)

Dr. Rogério Gonçalves da Rosa
(UFPel)

Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(Coorientador – PPGEA/FURG)

AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos direcionam-se, como não poderia deixar de ser, aos pescadores-narradores, a estes velhos nortenses, testemunhas de um mundo em transformação, portadores da sabedoria que só o tempo traz, Seu José Pinto, Seu José Paranhos, Seu Verlante de Lima e Seu Manoel Viana, que abriram para mim as portas de suas casas e trouxeram de suas vidas as lembranças que serviram de estofa para as reflexões que ora seguem.

Cada linha deste texto, escrito na cidade de Pelotas, está plena de lembranças sobre São José do Norte. A cada leitura que se fazia sobre a história de vida dos velhos pescadores, a cada parágrafo redigido, a mente era inundada de lembranças da beira da praia, do Mar Grosso, do sol inclinado do inverno nas ruínas na salga velha, do cheiro da água salgada do estuário, do barulho calmo das vagas lentas quebrando na areia, do eventual navio que singrava a laguna. As lembranças destes pescadores, mais do que servir de subsídio para esta pesquisa, fizeram florescer as minhas próprias lembranças sobre esse pedaço de terra cercado de água enquanto refletia sobre suas narrativas.

Agradeço também a meu pai Rony de Lemos Bravo e minha mãe Eni Maria Dourado Bravo, que em conversas oportunas à mesa me fizeram compreender um pouco mais de minha própria vida. A Darlene Cruz de Oliveira, que me ensinou a perceber que não há uma razão, mas razões as mais diversas, e que na tolerância e na alteridade é que se pode encontrar as melhores alternativas para a crise socioambiental que vivemos.

Aos Chapetones, que embora estejam muito longe agora, ainda permanecem próximos, ao alcance de uma lembrança. Especialmente ao professor André Luiz Portanova Laborde, o primeiro Educador Ambiental com quem tive o prazer de entrar em contato.

Aos professores Carlos Machado e Gianpaolo Adomilli, que muito oportunamente orientaram minha caminhada e afastaram-me da visão preconcebida e cartesiana da escrita acadêmica para me aproximar mais daqueles com quem escrevi esta pesquisa: os velhos pescadores artesanais de São José do Norte.

A Gilmar Ferreira Conceição e Rita de Cássia Corrêa Terra, por mostrarem-se sempre solícitos quando me apresentava inoportuno. A Rodrigo Steglich, Taimon Maio, Leandro Bonatto e Antonio Sagaz, companheiros de reflexão. Especialmente a José Fernando Costa, por estar sempre disposto a encarar desafios e superá-los em conjunto.

RESUMO

Esta pesquisa tem como problema orientador a crise da pesca no estuário da Laguna dos Patos-RS e os modos pelos quais os velhos pescadores artesanais a interpretam e sugerem soluções e propostas para sua superação. Para tanto se fará uso da pesquisa narrativa em História Oral Temática, utilizando como subsídio a experiência de vida e a sabedoria, como abordada por Walter Benjamin, destes pescadores no recorte espaço-temporal da Laguna dos Patos por volta do terceiro quarto do século XX, marcado pela gestão da pesca capitaneada pelo Decreto-Lei 221/67. O objetivo primeiro da pesquisa é perceber as propostas de sustentabilidade refletidas pelos velhos pescadores, bem como utilizar essas reflexões e sua sabedoria para constituir o conceito de Sujeito Ecológico voltado para a pesca. Tal pesquisa justifica-se pela vulnerabilidade socioeconômica e ambiental a que estão sujeitos os pescadores artesanais como um grupo tradicional dentro do estuário, e a importância que a Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória atribui aos processos de sustentabilidade ambiental e justiça social que envolvam tais grupos. O enfoque teórico abordará autores desta referida linha da Educação Ambiental, embasados pela Teoria Crítica, como enfatizada por autores da Escola de Frankfurt.

Palavras-chaves: Pesca Artesanal, Sustentabilidade, Memória, Globalização, Sujeito Ecológico

ABSTRACT

The research has as its guiding problem the crisis of fishing on the estuary of Laguna dos Patos, RS and the ways in which the old fishermen interpret and suggest solutions and proposals to overcome it. For that, we will make usage of narrative research in thematic oral history, using as support the life experience and wisdom – as discussed by Walter Benjamin – of the fishermen in the space-time cut of Laguna dos Patos around the third quarter of the twentieth century, marked by fisheries management led by Decree-Law 221/67. The primary objective of the research is to understand the sustainability proposals reflected by the old fishermen, and use these reflections and their wisdom to form the concept of Ecological Subject oriented to fishing. Such research is justified by the socioeconomic and environmental vulnerability, that impacts the artisanal fishermen as a traditional group within the estuary, and the importance that Critical, Transformative and Emancipatory Environmental Education attaches to the processes of environmental sustainability and social justice involving such groups. The theoretical approach discusses authors of said line of Environmental Education, undergirded by Critical Theory, as emphasized by authors of the Frankfurt School.

Key Words: Fishing, Sustainability, Memory, Globalization, Ecological Subject

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Seu Zé em seu galpão remendando redes	20
Figura 2	Seu Paranhos.....	23
Figura 3	Seu Major	27
Figura 4	Seu Manoel	30
Figura 5	Localização da Ilha da Feitoria e da Ponta dos Lençóis relativos às cidades circundantes.....	35
Figura 6	Paisagem típica da Ilha da Feitoria	36
Figura 7	Vista externa do galpão de Seu Zé	36
Figura 8	Margem da Ilha da Feitoria.....	37
Figura 9	Embarcações atuais	43
Figura 10	Embarcações atracadas às margens da laguna.	68
Figura 11	Interior em ruínas da indústria Moura em São José do Norte	71
Figura 12	Equipamentos destruídos no interior da indústria Moura	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E A APRESENTAÇÃO DOS PESCADORES-NARRADORES	14
1.1 O Caminho Percorrido	14
1.2 O Método da História Oral em Pesquisa em Educação Ambiental	18
1.3 Quem são os pescadores-narradores?.....	21
1.3.1 <i>Seu Zé</i>	22
1.3.2 <i>Seu Paranhos</i>	25
1.3.3 <i>Seu Major</i>	29
1.3.4 <i>Seu Manoel</i>	32
2 AS HISTÓRIAS QUE OS PESCADORES-NARRADORES CONTAM: A MEMÓRIA DA PESCA ATRAVÉS DA NARRATIVA	35
2.1 A Ilha da Feitoria e a Safra de Seis Meses	36
2.2 Os catarinas.....	41
2.3 O tempo das grandes parelhas.....	43
2.4 A percepção do meio e a abundância dos cardumes	46
2.5 A memória da pesca	49
3 OS PESCADORES E O ESTADO: EM TORNO DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA LOCAL	56
3.1 Entre as políticas públicas para a pesca e a globalização.....	57
3.2 A educação e o embasamento profissional dos pescadores artesanais	61
3.3 O desenvolvimento técnico de alternativa a imposição	64
3.4 Desequilíbrio, superdimensionamento e o caso do resíduo	69
3.5 Os conflitos e as águas: poluição, riscos e embates territoriais.....	74
4 A PROFUNDIDADE DAS NARRATIVAS: SABEDORIA, SUSTENTABILIDADE E O SUJEITO ECOLÓGICO	80
4.1 O pescador como narrador	80
4.2 A sabedoria do velho pescador-narrador e o mundo contemporâneo	83
4.3 O conceito de sustentabilidade e a sustentabilidade para os pescadores.....	86
4.4 Contribuições dos pescadores-narradores à formação do sujeito ecológico ...	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

INTRODUÇÃO

O contexto da existência humana global mergulhada numa profunda crise socioambiental, que prolifera os modos de relação e interação entre os seres humanos e entre estes e a natureza socialmente injustos e ambientalmente insustentáveis, culmina numa crise generalizada da civilização ocidental, que espalhou para os quatro cantos do mundo a visão colonialista e imperialista moderna. Ao atacar as duas principais fontes de riqueza, a natureza e o trabalho, este paradigma moderno promove um estado de crise permanente e em aprofundamento.

O interesse das ações hegemônicas remete-se à produção incessante de capital e de mais-valia, concentrando nas mãos de poucos a maior parte dos recursos e riquezas disponíveis no planeta. Na Laguna dos Patos esse movimento de globalização, ou a livre circulação de mercadorias e informações pelo globo, iniciou-se com os primeiros imigrantes portugueses que se instalaram no local e começaram a explorar, ainda que de forma incipiente, a pesca. A introdução de modos de organização da produção e aprimoramentos técnicos proporcionaram uma série de transformações na pesca que culminaram no advento da parelha de pesca, forma de operacionalização da produção que se tornou preponderante sob influência de imigrantes da Póvoa do Varzim, em Portugal.

Entretanto, a inserção no mercado global ensejava uma maior produção, que visasse atender à demanda externa por pescado (DIEGUES, 1983, p.191), o que fez com que o poder público à época do regime militar em seu projeto desenvolvimentista, compreendendo no estado da pesca, adaptado aos ritmos naturais locais, uma séria limitação a ser vencida, promovesse uma política pública para “desenvolver” o setor: foi promulgado o Decreto-lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967 (a Lei da Pesca), que oferecia subsídios e isenção fiscal a projetos voltados à pesca.

Este momento histórico marcou o estuário da Laguna dos Patos pelo massivo incremento no esforço de pesca, voltado para atender às demandas de produção para a formação de uma indústria nacional da pesca, bem como sua relação com o

mercado global, destacando-se incentivos governamentais para industrialização do setor pesqueiro. Testemunhas desse modelo foram os velhos pescadores artesanais, que vivenciaram diferentes etapas da atividade: a pesca nas grandes parselhas, a ascensão e a crise da indústria, as novas formas de organização e os conflitos pelo estuário.

Potenciais iniciativas locais foram comprometidas com a chegada de indústrias do centro do país amparadas pela Lei da Pesca, muitas das quais acabavam por reverter incentivos de pesca em outros negócios (ABDALLAH, 1998, p.57). Esta situação, que superdimensionou o setor de industrialização e comércio, ampliou a capacidade dos pescadores em extrair o pescado do estuário, bem como aprofundou a exploração marítima, o que acabou impactando nos cardumes e sua reprodução (ABDALLAH, 1998, p.62; MARRUL, 2003, p.53). Com a indústria disposta a absorver mais matérias-primas, intensificou-se o ritmo da pesca, o que acabou criando uma situação que se mostrou insustentável para a atividade pesqueira na região.

Esta situação é incluída no panorama da crise civilizatória vivida contemporaneamente, uma vez que esgotadas as condições de operação para a indústria pesqueira, esta migrou para outros pontos do país para reproduzir seu sistema exploratório e alienante em outras paragens. Levou consigo todos os proveitos da exploração pesqueira e deixou para trás os rejeitos, ou rejeitou a laguna explorada. Na lógica da acumulação privada de capital, a obediência a fatores financeiros governa a ação destas iniciativas:

[...] Quando a taxa de juros for maior que a taxa de crescimento da produtividade biológica do recurso, seu proprietário será incentivado a pescar o máximo agora e não formar “poupança” para o futuro. [...] Na lógica privada “[...] a eficiência é considerada em termos mercantis e que a propriedade privada pode muito bem nos conduzir à pilhagem dos recursos em casos de capital móvel”, pois a atração de capital para aplicação em setores com maior rentabilidade que a pesca, pode incentivar o proprietário dos recursos a realizar, no menor prazo possível, o maior lucro que puder às custas da sobre-exploração do recurso de sua propriedade” (MARRUL, 2003, p.69).

Nesse sentido as relações que existem se dão sob uma perspectiva de mercantilização da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.380), e é sobre elas, e sua massificação enquanto crise civilizatória, que atua a Educação Ambiental.

[...] O cenário no qual nos movemos, de coisificação de tudo e de todos, de banalização da vida, de individualismo exacerbado e de dicotomização do humano como ser descolado da natureza é, em tese, antagônico a projetos ambientalistas que visam à justiça social, ao equilíbrio ecossistêmico e à indissociabilidade entre humanidade-natureza (LOUREIRO, 2009, p.94).

A Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória, que parte de situações e sujeitos concretos para refletir os problemas socioambientais referentes a dado contexto, sem negar sua ligação a um todo maior, o global, se apresenta como fomentadora da construção de alternativas à crise socioambiental atual. Desvelando conflitos e relações assimétricas e opressivas, atuando para contribuir na construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários, visando à autonomia dos grupos subalternos, sua autogestão, e emancipação, a Educação Ambiental representa um importante veículo para a superação da crise civilizatória.

Para isso, esta proposta de Educação Ambiental investe na interlocução com diferentes sujeitos, tenta articular diferentes saberes, procurando alternativas ao modelo de civilização atual (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.66). Os interlocutores que estão aptos para contribuir nessa busca de alternativas no contexto da sustentabilidade socioambiental da pesca no estuário da Laguna dos Patos são justamente os velhos pescadores artesanais, cuja experiência compõe o leque de vivências e memórias da laguna. Estes velhos pescadores, dos quais a sabedoria é o substrato da busca de alternativas socialmente justas e ambientalmente sustentáveis para a pesca no estuário, procuram na narrativa de suas vidas a legitimidade para propor transformações. São os pescadores-narradores, utilizando contribuições de Walter Benjamin (1994, p.197-221), e a partir de sua sabedoria encontram-se subsídios para a formação de um sujeito ecológico voltado para esse contexto local.

A sustentabilidade da pesca no estuário refere-se à capacidade de manter a atividade tradicional da pesca artesanal em curso, de forma equilibrada com vistas à conquista de uma vida digna por parte dos pescadores. Nesse sentido a sustentabilidade da pesca artesanal leva em consideração a complexidade do contexto do trabalho em São José do Norte, em que a pesca representa uma das principais opções para jovens que não conseguem se empregar no mundo do trabalho. Os pescadores percebem uma interação entre aspectos e atividades

econômicas, reconhecendo que a oferta de alternativas acabaria retirando o esforço excessivo que há sobre a pesca no estuário. A questão da sustentabilidade da pesca no estuário é tratada mais profundamente no capítulo 4.

Com o objetivo de recolher as contribuições que estes pescadores-narradores têm a oferecer à sustentabilidade da pesca no estuário, a pesquisa divide-se em quatro capítulos, sendo que no primeiro se realiza uma descrição do caminho percorrido até chegar aos pescadores, formar a rede e realizar as entrevistas, breves considerações metodológicas tratando da História Oral e sua relevância para a pesquisa em Educação Ambiental e a apresentação dos pescadores-narradores.

No segundo capítulo se faz um apanhado de algumas das histórias que compõem a memória coletiva da pesca no estuário: a safra de bagre que durava seis meses na Ilha da Feitoria, a migração de catarinas para trabalhar na pesca no estuário, as grandes parselhas que atuavam no local, a abundância dos cardumes e a forma que os pescadores tinham para interpretar os sinais da natureza.

O terceiro capítulo é composto pelos principais problemas que os pescadores-narradores identificam em sua atividade no estuário: as relações entre a escassa educação formal e a profissionalização dos pescadores, a imposição de um acompanhamento ao ritmo de desenvolvimento técnico para participação nas pescarias, os desequilíbrios e a sobrepesca ocasionados pelas políticas públicas durante o regime militar, o superdimensionamento da indústria e a pesca predatória e os conflitos existentes pelo uso do estuário.

O quarto capítulo aborda o pescador enquanto narrador, enquanto portador de uma sabedoria tradicional e suas contribuições para a prática de uma pesca sustentável pautada por uma justiça ambiental e à formação de um sujeito ecológico, conforme definição de Isabel Carvalho (2008, p.23).

1 BREVES CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E A APRESENTAÇÃO DOS PESCADORES-NARRADORES

O princípio da pesquisa se faz ao traçar o caminho percorrido até chegar aos pescadores-narradores e ao esclarecer quem são estes sujeitos.

1.1 O Caminho Percorrido

O dia nublado de inverno fez descer sobre a laguna uma forte neblina, sinal da umidade que envolve o estuário e que, não muito tempo atrás, intimidava os trabalhadores pouco afeitos à travessia de lancha. Minha mãe é uma dessas pessoas. De fato até hoje ela teme dias de cerração e rebojo, reminiscências de um tempo quando a aparelhagem técnica de mar se resumia ao olho bem treinado do mestre e à sinalização dos faróis no meio do canal.

Hoje não, existem sonares e sondas que indicam o caminho ao mestre, e a viagem, por menor visibilidade e maior vento que se apresente, ocorre sem grandes problemas. Não sou deste tempo de receio no mar, criei-me com a telinha de fósforo verde do sonar, indicando profundidade e a trilha do canal dragado.

A lancha perfura a neblina e aos poucos vai desvelando a cidade que está à frente: São José do Norte. Os sobrados lentamente vão saindo das brumas como que para receber os passageiros, obedecendo às recomendações da Igreja Matriz que observa como uma mãe que exige dos filhos que sejam educados com as visitas. Mas não sou visita, sou de casa, muito embora pelo que me propus a fazer pareça um forasteiro.

Os ritmos de São José do Norte obedecem à dinâmica de uma pequena cidade, formada pelo núcleo urbano, e seu entorno rural, permeado por um comércio pouco dinâmico. A economia da cidade está baseada nas safras de peixe e da cebola, com a ascendência recente da exploração da monocultura do pinus. Fato social marcante são as festas de santos, principalmente a festa de Iemanjá e de Nossa Senhora dos Navegantes, que ocorrem nos dois primeiros dias de fevereiro,

na praia do Mar Grosso e à beira da Laguna dos Patos, respectivamente. Em uma região recortada pelo meio aquático, a diversão da meninada inclui o banho na laguna à beira do cais ou dos trapiches. Embora tenha compartilhado dessa experiência com muitos da minha geração, não era capaz de identificar ou reconhecer que muitos utilizavam como espaço de trabalho o que para nós era um espaço de lazer.

Durante o segundo semestre de 2010 foram realizadas as entrevistas procurando sempre, ao contatar os colaboradores, escolher locais em que estes se sentissem à vontade para tratar de suas histórias de vida. O objetivo principal da pesquisa é conhecer as histórias de vida dos pescadores-narradores, velhos pescadores artesanais que tenham suas experiências profissionais entre as décadas de 1960-1970 e que tenham acompanhado a ascensão das indústrias frigoríficas no município, o que se deu a partir do ano de 1967 com o Decreto-Lei nº 221 do Governo Federal. Para isso foram realizadas entrevistas utilizando o método da história oral, que permitiu inserir estes sujeitos no processo histórico deste período e perceber a visão e a perspectiva que tiveram do ocorrido.

As histórias de vida, a sabedoria, parte inextricável da narrativa destes pescadores-narradores, serviram de estofo para tentar aproximações com o conceito de sujeito ecológico conforme apresentado por Isabel Carvalho (2008). Apesar de ter vivido meus primeiros 27 anos em São José do Norte, ainda não sabia quem eram os pescadores-narradores.

Nessa indeterminação – por onde começar – recorri ao meu irmão, que ao tomar conhecimento do objetivo da pesquisa, prontamente sugeriu o nome de Seu José Pinto, José Português ou Zé Borregar, 76 anos. Apreciador da canastra do Bar Atlântico. Seu Zé sempre passava pelo bar aos finais de tarde quando vinha de seu pequeno galpão à beira da laguna.

Numa certa tarde de sexta-feira encontrei o Seu Zé no Bar Atlântico saído de seu galpão e das atividades que o prendiam lá, apreciando um jogo de canastra. Expliquei a ele o objetivo da pesquisa, que previamente meu irmão já havia introduzido, e solicitei um encontro para que pudesse registrar seu depoimento acerca de sua vida. Concordado, ele já iniciava um relato ali mesmo, no bar, em pé, entre uma mesa de sinuca e uma ignorada cadeira de ferro. Ouvi interessado. Marcamos um encontro em seu galpão às nove horas da manhã do dia seguinte.

No sábado, à hora marcada, procurei o galpão de Seu Zé. Fui orientado a procurar as telhas de barro na beira da praia, ao lado da caixa d'água da Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento). Estavam lá Seu Zé e o companheiro de atividades nas redes, Seu José Nunes, também referido como Zé. Juntando-me a eles comecei a tentar abrir caminho aos temas da pesquisa. Estavam envolvidos com a tarefa de remendar redes, curiosos com a cena inusitada de perguntas e com a presença de um gravador. À minha sondagem inicial, a respeito de como montar um roteiro para orientar as próximas entrevistas, Seu Zé me interpelava com curiosidades pela finalidade da pesquisa.

Passei a considerar Seu Zé o “Ponto Zero” da pesquisa, o sujeito que forneceria a base sobre a qual começar a construir a rede de entrevistados. Realizamos um total de quatro entrevistas entre os dias 26 de junho, 10, 17 e 24 de julho. Período de Copa do Mundo, por vezes nosso assunto se perdia entre comentários sobre a virtude de tal ou qual seleção.

O roteiro para as entrevistas foi semiestruturado, com questões amplas e que possibilitaram uma abordagem o mais aberta possível da vida profissional dos pescadores-narradores. Os eixos sobre os quais transitaram as entrevistas foram: 1) infância, família e formação na pesca; 2) vida profissional; 3) Ilha da Feitoria e safra dos seis meses; 4) afastamento/aposentadoria da pesca artesanal; 5) situação atual da pesca.

Embora a pesquisa tenha partido com a hipótese do desenvolvimento do processo produtivo pesqueiro como principal fator da derrocada da pesca artesanal no município e na região, logo pude perceber que o problema era mais complexo do que supunha.

Nova indeterminação se fez sentir ao início do quinto dia de entrevista. Seu Zé, pressentindo que as perguntas eventualmente o faziam repetir inúmeras vezes seus depoimentos, encaminhou-me literalmente ao Seu José Antonio Paranhos ou Seu Paranhos, 71 anos. Morando próximo ao galpão de seu Zé, Seu Paranhos foi extremamente receptivo à iniciativa da pesquisa, e me surpreendeu ao abrir mão de um tempo entre a solicitação de participação e o primeiro relato. Naquele mesmo dia, quando cheguei a sua casa e expliquei os objetivos da pesquisa, começou a relatar sua história de vida. Entre os dias 7 e 28 de agosto e 18 de setembro foram realizadas três entrevistas, nas quais Seu Paranhos de forma clara e agradável refinou o roteiro criado junto com Seu Zé.

O motivo de tão boa recepção por parte de Seu Paranhos, além de sua extrema gentileza, é a situação de um filho que cursou Engenharia Mecânica e do qual sentia muito orgulho. O fato de conhecer meu pai também facilitou a comunicação, muito embora a princípio tenha se confundido.

De Seu Paranhos veio a indicação de Verlante de Lima, Seu Major, 79 anos, e surge a primeira dificuldade: Seu Major estava morando em Rio Grande e poucas vezes vinha à cidade. Através de meu pai, frequentador de jogos de futebol e verdadeiro aficionado pelo esporte e que num jogo encontrou-se com Seu Major, consegui o número de telefone do mesmo. Entrei em contato e entre os dias 9 e 16 de outubro realizamos duas entrevistas nas quais Seu Major narrou sua história de vida e levantou alguns pontos até então desconhecidos sobre o represamento de rios e açudes que desembocam na laguna.

Seu Major sugeriu outro velho pescador, Seu Manoel Viana, ou Manoelzinho Palhaço, 73 anos. Neste ponto encontrou-se o mais grave problema enfrentado durante a fase das entrevistas: Seu Manoel havia se mudado há algum tempo. Um amigo, professor José Fernando da Silveira Costa, o Zezinho, sabia onde encontrá-lo. Ele mora na Croa, região de pescadores, a maioria pertencente à sua família. Lá encontramos Seu Manoelzinho.

Tentei apresentar-me e falar sobre a pesquisa ao Seu Manoel, mas ele mostrou uma postura armada, que se torna transparente em seu depoimento. Ao ouvir o nome da instituição Furg sua reação foi de enfadonha surpresa e indignação: outros pesquisadores já haviam vindo antes de mim e, talvez fazendo promessas para obter um depoimento, nada havia mudado. Senti-me como se tivesse cometido uma grande gafe e ouvi que os acadêmicos estão sempre falando, mas nunca fazem nada. Por fim ele concordou em marcar uma, e apenas uma entrevista.

No primeiro contato seu Manoel justificou-se com uma indisposição de saúde e fiquei de retornar. Depois de duas semanas conseguimos marcar a entrevista para o dia 23 de outubro, em sua casa, às nove horas da manhã. Cheguei antes, e seu Manoel estava limpando um peixe recém pescado. Lavou bem as mãos e sentou-se comigo à mesa da cozinha. A experiência com depoimentos ficou evidente quando, a partir de uma breve explicação que fiz acerca do roteiro aberto, ele falou por mais de uma hora e meia sem interrupções. Infelizmente o registro não pode prosseguir além de uma hora e cinco minutos devido à emoção que tomou conta de Seu Manoel ao indignar-se com a situação de perseguição que reconhece sofrerem os

pescadores. As relações entre pescadores e o poder público têm se pautado em uma densa fiscalização por parte do último, o que, na visão de Seu Manoel, representa um regime de opressão, visto que a pesca artesanal representa uma das principais fontes de renda para muitas famílias nortenses, e quando esta falha, há uma verdadeira situação de desespero econômico. Sobre este termo, Acselrad (2006, p.119) indica que “[...] sob tal condição, tais comunidades pobres e trabalhadoras se sentiriam coagidas a aceitar quaisquer iniciativas de desenvolvimento econômico que lhes prometa algum aumento na oferta local de emprego”.

Apesar da familiaridade com os termos e o léxico local, algumas coisas se apresentaram novas. O “boquejar” do bagre, em que os espécimes, durante a manhã e ao entardecer, numa reação natural da espécie, vêm à superfície como que “em busca de oxigênio”; o “mariscar” da tainha, quando ela se aproxima da beira da praia, em meio às algas e pedras, para buscar alimento; o “foquim” e a “mezena”, velas componentes dos panos das canoas. Isso também pode ter contribuído para desacelerar a transcrição.

Logo em seguida as entrevistas foram repassadas impressas para que os colaboradores realizassem ajustes em termos transcritos de forma errada, bem como realizar cortes necessários em partes que considerassem inapropriadas para publicação.

1.2 O Método da História Oral em Pesquisa em Educação Ambiental

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que visa “[...] a apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato” (MEIHY, 2005, p.17), que ganhou destaque no Brasil logo após o fim do período da ditadura militar na segunda metade do século XX.

Por se tratar de um método que utiliza novas formas de construir a História, ouvindo novos protagonistas, a História Oral foi por algum tempo considerada uma “outra história”, uma história “dos de baixo”, justamente por sua vocação para alcançar grupos emudecidos por agentes históricos hegemônicos. Essa

oportunidade de trazer o foco do processo histórico a estes grupos representou uma profunda transformação no modo pelo qual eram representados os grupos subalternos e oprimidos.

Evocando os princípios da Justiça Ambiental, a História Oral se propõe, antes de tudo, a registrar as experiências e vivências dos grupos oprimidos, postos fora do escopo da História tradicional. Contando como uma metodologia que se realiza com o depoimento de vida, a História Oral consegue alcançar os iletrados, os socialmente rejeitados pelo capitalismo, grupos sociais que representam pouca força política, mas que são a base fundadora da Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória.

A construção da História Oral se dá a partir de um projeto que deve guiar os rumos do trabalho, oferecendo as linhas gerais que o trabalho de campo deve ter, para que o esforço que se faz não se torne uma coleção de depoimentos gravados de forma aleatória. “[...] O projeto deve prever, com detalhes, todas as operações a ser desenvolvidas, pois ele também é o principal diferenciador entre a História Oral e outras áreas que também trabalham com entrevistas” (MEIHY, 2005, p.173).

Composto principalmente de duas partes, os fundamentos temáticos e teóricos e a parte operacional, o projeto em História Oral é montado de acordo com os objetivos buscados pelo pesquisador, a dizer: celebração e homenagem; esclarecimento, explicação ou confissão; acusação e contestação. Os fundamentos temáticos e teóricos abordam o tema, um assunto sobre o qual pretende tratar e em torno do qual circularão todas as reflexões e esforços do pesquisador; a justificativa que dê conta da importância do estudo, especificando as intenções centrais do projeto, pois se pretende que os projetos em História Oral tenham um sentido social (MEIHY, 2005); e a hipótese de trabalho, ou hipóteses de trabalho, que promova o questionamento capaz de motivar e dar sentido à realização da entrevista.

Ainda como parte dessa primeira metade do projeto está: a escolha da colônia, “[...] relacionada ao fundamento da identidade cultural do grupo, os elementos amplos que marcam a identidade geral dos segmentos dispostos à análise” e a formação da rede, ponto de partida para o trabalho prático, caracterizada como uma “[...] subdivisão da colônia que visa estabelecer parâmetros para decidir sobre quem se deve e quem não se deve entrevistar” (MEIHY, 2005, p.177).

A operacionalização prática do projeto deve ser acompanhada de uma constante retomada da proposta original estando, porém, aberta aos rumos próprios que os depoimentos imprimem sobre sua condução. A entrevista é o momento alto da execução do projeto, pois nela há a integração entre o pesquisador e o colaborador, sendo que este último experienciou aspectos relevantes que o primeiro visa coletar em forma de depoimentos.

Vale destacar que a entrevista não é realizada de forma leviana ou descompromissadamente. Deve ser seguido todo um protocolo para formalizar o processo da entrevista. Antes de tudo, se tem a pré-entrevista, momento de preparação do encontro em que se dá a entrevista. O esclarecimento dos objetivos da pesquisa, do registro a ser feito e do local e momento da entrevista são realizados nessa etapa.

A entrevista deve ser conduzida num clima “[...] de solidariedade profissional, aberto ao aconchego, à confiança e ao respeito” (MEIHY, 2005, p.179). Considerando o narrador não um objeto de estudo, mas um parceiro na construção da História, o pesquisador encontra nesses colaboradores sujeitos capazes de lhe ajudar a reconstruir períodos históricos sob novos enfoques. Para isso é imprescindível a anuência do colaborador, seu consentimento em gravar e publicar seus depoimentos. Ainda, se deve salientar “[...] que não é o acúmulo de horas que caracteriza uma entrevista boa. Mais vale um clima sincero e fraterno que a repetição de perguntas ou a retomada exaustiva de temas que sempre voltam com conteúdo diferente” (MEIHY, 2005, p.180).

A pesquisa de campo não se encerra com o fim da entrevista, pois as vias de comunicação com os colaboradores devem permanecer constantemente abertas, seja para retomar alguns pontos que suscitaram reflexões e merecem maior atenção, seja para apresentar resultados e solicitar que se façam as devidas correções no material.

A transcrição das entrevistas ocupa também um lugar de destaque dentro da execução do projeto. Embora possa estar envolta em disputas sobre uma relativa pureza da transcrição em si, palavra por palavra, como sinal de respeito à fala do colaborador, Meihy destaca que

[...] trabalhar uma entrevista equivale a algo como tirar os andaimes de uma construção quando esta fica pronta. Com isso, a primeira tradição quebrada é a do mito de que a transcrição de palavra por

palavra corresponderia à realidade da narrativa. Como uma gravação não abriga lágrimas, pausas significativas, gestos, o contexto do ambiente, é impossível pensar que a mera transcrição traduza tudo o que se passou na situação do encontro (MEIHY, 2005, p.183).

A conferência é parte essencial da pesquisa, pois estabelece o acordo necessário para a publicação dos registros. A entrega do material transcrito aos colaboradores abre espaço para quaisquer ajustes que estes achem pertinentes antes de seu uso. Apenas após a conferência e a autorização se pode fazer uso do material coletado. Caso não haja acordo nestes termos, a entrevista não deve ser utilizada, respeitando sempre a opinião do colaborador.

A História Oral trata, assim, do registro de depoimentos de experiências de vida de sujeitos envolvidos em processos sociais que por vezes apresentam abertura a outras leituras, por vezes leituras inéditas. O estofo para a realização destas pesquisas é a memória, coletiva e individual, que é construída e reconstruída por estes sujeitos, adaptada, readaptada e preservada, não um retrato fiel do passado, mas uma versão dele.

1.3 Quem são os pescadores-narradores?

As histórias de vida recolhidas mantêm, todas elas, traços de singularidade de experiências vividas assim como pontos de convergência e familiaridade entre elas, resultado da inter-relação do geral e do coletivo com o específico e pessoal desse tipo de narrativa.

Reflexo da memória coletiva, essas aproximações constituem o que para os oralistas é, junto com a memória, um dos traços definidores da história oral: a identidade. Apesar de cada um dos pescadores-narradores ter histórias diversas: seja ter vindo de Portugal, ou ter uma passagem brilhante pelo exército, ter navegado toda a costa da Laguna dos Patos em migração ou ter presenciado os navios Lloyd fatiarem as miragais e corvinas, cada um deles traz consigo determinados valores que os distinguem de outros grupos.

Um destes valores, perceptível em todos os depoimentos, é o valor familiar. O prezo pela família, o amor e o respeito por pai, mãe, irmãos e depois por filhos e netos transparecem claramente como sentimentos caros aos velhos pescadores-narradores. Esta afirmação se torna mais explícita em suas histórias de vida.

1.3.1 Seu Zé



Figura 1 - Seu Zé em seu galpão remendando redes

Fonte: Arquivo pessoal

José Pinto, popular Zé Borregar, é um sujeito alegre e brincalhão, torcedor do Sport Club Internacional, eleitor do PMDB e fiel a Nossa Senhora dos Navegantes – muito embora Zé Nunes, seu companheiro de remendo de redes, alegue que ele só vá à igreja em dias de festa. Seu Zé se justifica dizendo que não é “sistematicamente doente pela religião”, apenas um fiel a Deus e a Nossa Senhora dos Navegantes.

Nascido em 1934, Seu Zé veio de Portugal aos sete anos de idade, quando a Segunda Guerra Mundial estava em plena atividade. Seu pai, que já estava trabalhando na pesca em São José do Norte desde meados da década de 1920, retornava periodicamente em intervalos de cinco em cinco anos a Portugal para matar a saudade da esposa e deixar em seus braços mais um descendente. Seu Zé foi concebido como resultado de um desses retornos a Portugal.

À época, conforme Seu Zé explica, “[...] o nosso dinheiro aqui, o dinheiro brasileiro valia muito dinheiro, era forte... e o dinheiro português não valia nada”. A viabilidade das viagens antigamente se justificava por essa força do Mil-réis em comparação ao Escudo, e o pai de Seu Zé conseguiu trazer a esposa e os três filhos de Portugal por essa diferença cambial¹.

¹ Uma análise bastante específica da emigração portuguesa pode ser encontrada em BAGANHA, Maria Ioannis B. As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. In *Análise social*. v. 29, n. 128. 1994. (disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf>, acessado 27 de

Em Portugal, na Póvoa do Varzim, a mãe de Seu Zé recebera uma correspondência: o dinheiro para ela e os filhos saírem de Portugal e aportarem na Barra do Rio Grande, onde seu esposo estaria esperando ansioso. Começava a épica viagem transoceânica luso-brasileira que Seu Zé, sua mãe e irmãos empreenderiam para começar uma vida nova na América.

O primeiro passo foi a viagem de trem da Póvoa do Varzim até Lisboa, trajeto que equivaleria a distância entre Rio Grande e Porto Alegre – 340 quilômetros entre Póvoa do Varzim e Lisboa; 309 quilômetros entre Porto Alegre e Rio Grande. De Lisboa eles partiriam num Lloyd Brasileiro², o Cuiabá, com destino final no porto de Rio Grande. A viagem durou um mês, que pode muito bem ter sido o mês mais longo da vida das pessoas a bordo do Cuiabá.

O mundo estava em guerra em 1943, e os submarinos alemães eram um misterioso perigo para navios mercantes. Seu Zé relata que “[...] quando nós vinha em meia viagem... a guerra começou a cada vez ficar pior, pior, pior... que antes de chegar ao Rio de Janeiro jogaram sete barcos brasileiros no fundo”. E destes sete barcos morreram todos, tripulação e passageiros.

A ameaça de a qualquer momento ser torpedeado e ir ao fundo do Atlântico era constante e tangível, e não deve ter facilitado os trinta dias no mar para os passageiros do Cuiabá.

Mas passaram ilesos pelos mares oceânicos e chegaram ao Rio de Janeiro. Por motivo da adesão do Brasil ao lado dos Aliados na guerra, todos os navios nos portos brasileiros foram impedidos de seguir viagem, o que obrigou Seu Zé e sua família a permanecer no Rio de Janeiro por algum tempo até que pudessem pegar um trem para o sul.

Durante esse período na então capital federal Seu Zé viveu as aventuras de infância de um menino de sete anos. Hospedado na casa de uma parenta que morava no morro, Seu Zé foi atraído por um caminhão que vendia laranjas. Perseguido distraído o doce cheiro da fruta madura e o veículo motorizado, em pouco tempo se perdeu, não conseguindo achar o caminho de casa. Mas quis o destino, e o fato de ser um menino português num morro do Rio de Janeiro, que a

fevereiro de 2011) e ARROTEIA, Jorge Carvalho. Aspectos da emigração portuguesa. In *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. n.94, v.30. 2001. (disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-30.htm>, acessado em 27 de fevereiro de 2011).

² Lloyd Brasileiro (Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro) foi uma companhia estatal de navegação brasileira, fundada em 1890. A empresa foi extinta em 1997.

vizinhança o reconhecesse como alguém “que não se vê a toda hora” e soubessem onde estava ficando aquela senhora portuguesa que havia chegado com três crianças.

A proeza lhe custou caro, pois quando a mãe foi visitar o Cristo Redentor não o levou, com medo de que o pequeno aventureiro se perdesse novamente.

Depois de um mês no Rio de Janeiro eles conseguiram um trem que vinha para o sul. A viagem ficou marcada na memória de Seu Zé pela agrura e pelo desconforto.

[...] Fomos passando por tudo quanto é lugar, barbaridade... passamos, que te digo uma coisa! Passamos trabalho que Deus mandou, rapaz, nesses trens aí. Não é como agora que tem trem de passageiro. Não tinha nada naquele tempo. Naquele tempo a gente passava fome e frio, não tinha dormida não tinha nada, era assentado... até que chegando aqui no Rio Grande do Sul, graças a Deus.

Em Rio Grande, ponto em que desembarcaram, estavam os quatro sendo esperados com festa e banquete, organizado pelo pai e por um tio de Seu Zé. O grupo que já estava em São José do Norte aguardava os recém chegados com farto comes e bebes, uma verdadeira festança. Após esse dia sua vida tomaria novos rumos, um recomeço.

O pai de Seu Zé era pescador, proeiro, ele não dispunha de uma parelha própria. Conseguiu montar a sua quando Seu Zé já havia iniciado sua vida profissional.

A entrada de Seu Zé para a pesca ocorreu cedo, como ocorre para a maioria dos pescadores artesanais até hoje (COSTA, 2004, p.213). Com onze anos entrou para uma parelha de pesca de Seu Agonia Pontes. Por não se adaptar à escola, tendo abandonado no terceiro ano, seu pai o encaminhou para o trabalho. “[...] Tu não vais estudar mais, tu vai pra pescaria. Não vais ficar parado aí”, era o que seu pai lhe dizia.

Iniciou no trabalho na pesca como mandalete, ou menino de recados, e nas pescarias noturnas do camarão era carregado no colo até o galpão dos beliches, onde era colocado para dormir. Durante este período inicial recebia meia parte, ou seja, a metade do que recebia um trabalhador de nível raso, um proeiro.

Mas com o tempo Seu Zé começou a galgar a hierarquia da parelha e passou de mandalete aos 11 anos à popa de embarcação aos 20. “[...] A mesma coisa que

jogador de futebol. Chegou de amador, chegou ali, o cara diz: ‘Pô, esse cara tem dom pra futebol’. Aí leva, bota na escolinha, o cara vai subindo, subindo, subindo, que ele chega a profissional sendo um artista”. Como popa de embarcação ele era responsável por aquela embarcação e pelo seu desempenho no mar, estando, contudo subordinado ao encarregado. Mas como o jogador que tem dom para o futebol, Seu Zé avançou para o posto de encarregado da parelha, coordenando os trabalhos de todos os proeiros e tendo, por inúmeras vezes, que resolver contendas surgidas entre os pescadores.

Numa parelha grande, com cerca de seis canoas e vinte e quatro homens trabalhando, a tarefa era realmente delicada e estafante e Seu Zé conseguiu realizá-la com talento. Tanto que com a morte de Seu Agonia e a aposentadoria dos filhos, herdou como reconhecimento pelos serviços prestados à família metade da parelha, tornando-se ele próprio proprietário. Isso, no entanto, não o afastou do trabalho. Continuou pescando e continua até hoje, com sua canoa e seus filhos como companheiros. Seu Zé foi testemunha das transformações que se deram na pesca no estuário, como o desaparecimento das grandes parelhas e a proliferação de parelhinhas, o desaparecimento dos catarinas e a escassez de mão de obra e a laguna que não salgou como costumava salgar antigamente.

1.3.2 Seu Paranhos



Figura 2 - Seu Paranhos

Fonte: Arquivo pessoal

Seu Paranhos nasceu em Pelotas, e foi criado em São Lourenço, ambas as cidades relativamente próximas a Rio Grande. Filho de uma família de nove irmãos cresceu imbuído pelos valores familiares e amor por pais e irmãos. Tendo crescido envolto pela safra dos seis meses³, Seu Paranhos foi aluno do Grupo Escolar Visconde da Graça, colégio pequeno instalado na Ilha da Feitoria, e da professora que vinha de Pelotas para lecionar ali.

Estimulado pela figura do pai e pela rotina de ajudar nas lidas da pesca após o horário de aula, seu caminho começou a ser trilhado muito cedo na profissão. Passando metade do ano dividido entre o turno da escola e o desmalhe do bagre, Seu Paranhos aprendeu rápido o valor do trabalho e a força de uma criança.

Embora a vida na Ilha da Feitoria fosse difícil, onde “[...] as nossas casas eram galpões tapados de palha, de macega, uma macega que tem lá, madeira com macega por cima”, e o desejo de retornar a São Lourenço fosse muito forte, Seu Paranhos considera que durante aqueles “[...] seis meses que a gente vivia naquela terra ali nós éramos muito felizes”. A precariedade das condições de vida ditava a principal diferença entre a cidade e o acampamento.

A interrupção dos estudos, no segundo ano do ginásio, o equivalente a parte do ensino básico, marcou sua adesão definitiva à pesca, e a motivação de sua maior mágoa: não ter avançado na carreira estudantil. Deste ponto em diante Seu Paranhos dedicava-se em tempo integral à pesca junto com seu pai e irmãos. Pela manhã safando as redes; à tarde beneficiando o peixe. A instalação de salgas na Ilha da Feitoria viria liberar mão de obra das parselhas e famílias de pescadores para trabalho direcionado ao processo de captura, o que foi visto como uma facilidade pela família Paranhos.

Entretanto, um desenvolvimento no beneficiamento do pescado prejudicou as atividades da pequena parselha do pai de Seu Paranhos. A entrega do bagre na Ilha da Feitoria diretamente às indústrias de Rio Grande através das chacreiras, embarcações de maior porte que as convencionais canoas, colocou o peixe salgado na ilha em desvantagem comercial. O peixe fresco tinha maior aceitação, e o pai de Seu Paranhos não foi capaz de acompanhar este movimento.

Com as atividades da família em descenso, Seu Paranhos foi para o exército prestar serviço militar. Tendo servido em Bagé, participou da equipe de pentatlo

³ Safra de bagre que se realizava na Ilha da Feitoria entre os meses de agosto a dezembro.

militar do Terceiro Exército do Rio Grande do Sul, destacando-se como desportista. O talento da equipe o levou a competições nacionais, e até hoje fica incrédulo diante da não ida à Grécia “por desinteresse”.

No Rio de Janeiro a equipe treinou na Escola de Educação Física do Exército e na Associação Cristã de Moços, momentos guardados em registros fotográficos aos pés do Pão de Açúcar. A corrida e a natação faziam em São Januário, nas piscinas do Vasco da Gama.

O treinamento concentrado desde junho para as provas realizadas em novembro garantiram à equipe de Bagé o segundo lugar em âmbito nacional, ficando atrás apenas da equipe do Rio de Janeiro. Esta contava com o sargento Nilo Jaime, “[...] recordista mundial de pentatlo militar”, e o tenente Bento Gurgel, “[...] segundo mundial em natação com obstáculos”. Estes eram à época a elite do esporte do exército brasileiro, e Seu Paranhos declara com orgulho ter competido com esses camaradas.

Do vitorioso segundo lugar Seu Paranhos guarda apenas a lembrança: sua medalha foi roubada dentro do quartel. Para não colocar em risco algum outro soldado, Seu Paranhos guardou para si aquela frustração.

Mas frustração maior sofreu quando percebeu que não poderia avançar de patente devido à sua baixa escolaridade.

Como eu não tinha estudo, eu era clarim. [...] Eu não podia sair daqui e ingressar numa escola, pra ter formação melhor e me graduar e seguir uma carreira dentro do exército. Eu não tinha essa possibilidade. [...] E então, como eu não tinha essa possibilidade, eu digo: ‘Que que eu tô fazendo aqui?’ Eu tenho que ir-me embora. Eu vou dar baixa, vou-me embora e vou ajudar meus pais.

A essa época, em 1958, seus pais já haviam se mudado para São José do Norte e melhorado um pouco de vida. A renda proporcionada pela pesca do camarão rendeu à família Paranhos um estabelecimento firme entre as famílias de pescadores da cidade.

[...] Nós quando nos propomos a vir de mudança para cá, o meu pai comprou um terreninho ali na Borracheira, e depois ele comprou essa área aqui [no bairro Comendador Carlos Santos] que são, a área aqui são 3200 metros. [...] Esses terrenos são assim porque ele doou para cada filho uma parte do terreninho.

A divisão do terreno entre os filhos constituiu um conjunto de casas onde os moradores são todos parentes: irmãos, tios, sobrinhos e primos. Nesse contexto, tendo atingido a maioridade, Seu Paranhos se propôs a constituir família. Casou-se, e logo em seguida começaram a vir os filhos. Paralelo a isso houve uma onda de modernização dos apetrechos de pesca envolvendo, primeiramente, as redes e, logo em seguida, os motores das canoas.

As economias guardadas pelos pescadores começaram a ser investidas na aquisição destes materiais, o que começou a afetar seu padrão de vida. Seu Paranhos, vendo nisso um empecilho, resolveu partir para outras iniciativas. À época o estado oferecia a indústrias que quisessem investir na pesca incentivos fiscais, e algumas destas indústrias se instalaram em São José do Norte. Seu Paranhos empregou-se na Frigorificadora.

Começou a trabalhar como tripulante de convés, e reconhecia certa familiaridade deste com o serviço desempenhado na pesca de parelha. Depois de duas viagens já era auxiliar de gelador, obtendo um acréscimo de 50% nos ganhos⁴. Passou em seguida a primeiro gelador, ganhando duas partes. Depois foi a contramestre e passou a ganhar três partes.

Além da adaptação ao trabalho, o retorno obtido em dinheiro trazia segurança a Seu Paranhos. Enquanto na pesca artesanal se trabalhava quase o ano todo sem dinheiro, acertando apenas no final do ano com o fim da safra, nas empresas de pesca o pagamento era quinzenal, o que trouxe à família de Seu Paranhos certo conforto econômico. Conforto esse que não via em seus colegas de pesca artesanal que permaneceram na atividade. De fato, já no início da década de 1970, conseguiu comprar uma caminhonete Rural.

Essa situação de conforto teve um preço que foi pago com a alienação. Seu Paranhos não viu os filhos crescer, estando quase sempre embarcado. “[...] Quando eu voltava pra casa nos três, quatro dias que a gente ficava em terra, eu voltava na última lancha, que era às sete horas, pra casa, o meu filho já tava dormindo”. Como se ele próprio cochilasse em vida, quando se deu por conta o tempo havia passado, as crianças estavam grandes e ele foi afastado desse momento.

Teve ocasião que me deu vontade de chorar até, rapaz, tamanha era a tristeza. [...] E pra te ser sincero, quando me dei conta de que meus

⁴ Para uma leitura mais abrangente sobre a remuneração por partes, cf. DIEGUES, 1983, p.259-266.

filhos cresceram: “Mas como, como é que aconteceu isso? Eu não vi a infância deles. Não acompanhei nada, nada, nada da infância deles.

Desgostoso com o fato e tentando qualificar sua mão de obra, Seu Paranhos inscreveu-se em cursos a distância oferecidos pelo 5º Distrito Naval: Patrão Regional de Pesca, Patrão costeiro e Patrão de Alto-Mar; Marinheiro Nacional de Convés, Contramestre de Cabotagem e Mestre de Cabotagem. Esta formação capacitou-lhe à leitura de cartas náuticas e a desvendar o “segredo que existe no fundo do mar”.

Atualmente Seu Paranhos é requisitado para conduzir embarcações pela costa brasileira, e coleciona cartas náuticas pontuadas com os destinos aos quais rumou e os pontos que percorreu como um homem do mar. Além disso, é mestre da lancha-ambulância “Esperança”, que leva pacientes de São José do Norte para hospitais de Rio Grande.

1.3.3 Seu Major

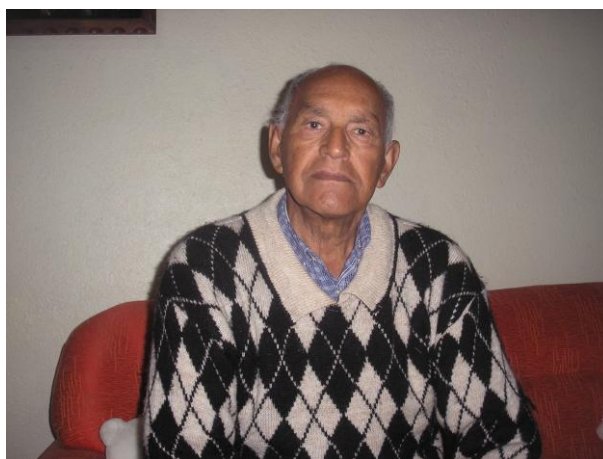


Figura 3 - Seu Major

Fonte: Arquivo pessoal

A pesca fez parte desde o início da vida de seu Major. Vindo de uma família de oito irmãos, sete deles se tornaram pescadores. O pai veio de Mostardas ainda menino, trazido pelo avô que procurava novas paragens. Durante sua vida seu pai construiu uma carreira de pescador, tornando-se dono de uma parelha de porte considerável: quatro canoas à época em que Seu Major entrou na atividade.

A mãe de Seu Major praticava uma pequena agricultura em sua chácara nos Verdes, área não urbanizada da cidade que hoje corresponde às cercanias do hospital. De sua produção Seu Major e os irmãos vendiam hortaliças logo cedo pela manhã para trazer pão para casa.

Frequentou a escola até os treze anos, quando seu pai o chamou para compor a parelha. De fato, seu pai realizou este procedimento com todos os filhos, pois se tratava de uma época em que a mão de obra era essencial para a realização da atividade pesqueira. “[...] Naquele tempo era difícil né, gente assim pra trabalhar. Então ele me levou com treze anos. Ele lá já tinha três, já tava o Russo trabalhando, tava o Vilar, trabalhando na parelha, e o Elísio, os três. Aí faltou gente ele me levou. Aí fiquemo quatro trabalhando”.

A saída da escola era necessária para a atividade que era desempenhada pela parelha. Diferente das demais parelhas do município, o pai de Seu Major não levava a sua para a Ilha da Feitoria, pois não conseguiu um lugar para se instalar lá. “[...] A Ilha da Feitoria desde o começo quem pegou os lugares ficaram”. Em compensação, navegaram por toda a laguna, pescando e comercializando o pescado por onde passavam.

A primeira pescaria da qual participou foi na localidade do Passinho, em São José do Norte. A partir daí ele foi integrado ao ciclo de migrações da parelha⁵ de seu pai. Em seguida foram para a Barra de Pelotas, local que favorecia a pesca.

Na Sarangonha, ilha que se localiza a noroeste da localidade da Várzea ainda em São José do Norte, passaram por momentos difíceis, pois a ilha não dispunha de água potável. Ao levarem o peixe capturado para Pelotas tinham que trazer de lá água em barris, ou ir buscar na Várzea, situação que tornava mais complicada a atividade nesta região.

Liderados pelo irmão mais velho que comandava a parelha, o já falecido Russo, a parelha deixou a Ilha da Sarangonha pela Várzea, onde, apesar de terem de percorrer um trajeto longo, conseguiam obter água.

⁵ De acordo com ADOMILLI, 2007, p.42, existem “[...] três significados para o que vem a ser parelha. Primeiramente, considera-se pesca de parelha, quando duas embarcações utilizam uma mesma rede, que é arrastada (pesca de arrasto). Porém, muitos pescadores locais quando dizem: ‘Eu tenho uma parelha’, estão se referindo ao fato de serem proprietários de um bote/canoa e dispõem de um galpão, no qual reparam suas redes. Um terceiro significado, que aplica-se à situação do filho de Santana, consiste em denominar de ‘parelha’ um conjunto de botes ou canoas, cada qual com suas redes, mas que pescam para um mesmo dono.”

Em Tapes, município que se encontra à margem oeste da laguna a 103 quilômetros de Porto Alegre, a parêha pescou por dois anos, numa época em que não se dispunha da propulsão a motor para as embarcações. A remo e vela a parêha realizou uma boa captura de bagres no primeiro ano, não se repetindo no segundo, o que os levou mais uma vez a migrar.

Verdadeira odisseia realizaram para retornar de Tapes. Como, já referido, não dispunham de motor, a parêha tinha que esperar vento favorável para fazer a viagem de volta atravessando para a margem leste da laguna. Em Santo Antônio da Patrulha esperaram por quinze dias por um vento favorável. Não soprando este vento lançaram-se no contorno da laguna, vindo pela margem oeste até chegar a Rio Grande e São José do Norte.

Depois de alguns anos realizaram novamente o contorno da laguna, desta vez com motor. Pararam em Mostardas e no Arroio do Barquinho, entre carregamentos de arroz que partiam da cidade, também descarregavam seu pescado. Na localidade de Cristóvão Pereira, Mostardas, pescaram muito burriquete⁶, tanto que tiveram dificuldades em comercializá-lo. De Bujuru traziam a savelha que era exportada para a região Nordeste do país.

Seu pai coordenou as atividades da pesca até sua aposentadoria, quando Seu Russo tomou conta. Aos 85 anos seu pai morre, tendo exercido uma vida inteira de pesca. Houve então o investimento em parêhas de praia, atividade perigosa e que oferecia muitos riscos de morte para os pescadores desafortunados que enfrentassem o mar bravo.

Até os 50 anos Seu Major trabalhou na pesca, e viu as transformações na atividade tomarem forma. Viu as limitações da pesca artesanal; a chegada das grandes indústrias do centro do país e a maior absorção do pescado; viu o desperdício e a displicência com aquilo que se passou a chamar de resíduo; e também a absorção do resíduo; viu pescarem o resíduo e a irracionalidade do modelo.

Ao se aposentar da pesca passou a trabalhar de comprador para uma indústria de pescado no Rio Grande, e por 28 anos vivenciou o que hoje reconhece como barbárie. Identificou a blindagem que há sobre os empresários e industriais da pesca com relação à aplicação da lei e a vigilância.

⁶ Nome pelo qual é conhecida a miragaia quando nova.

Certa feita Seu Major, realizando uma compra de peixes para a indústria, foi surpreendido pelo IBAMA e pela polícia com um carregamento de cascote à beira do cais. O pescador que desembarcara as caixas com o peixe conseguiu fugir e não foi identificado, e mesmo sendo pressionado a delatá-lo Seu Major assumiu plena responsabilidade sobre o ocorrido.

O peixe apreendido foi distribuído entre instituições de caridade e hospitais de Rio Grande, e seu Major colaborou com essa distribuição, mas em nenhum momento compartilhou a responsabilidade pelo delito, acreditando que exercer pressão sobre os pescadores não é a forma mais eficaz de coibir a pesca predatória.

Atualmente Seu Major desfruta de uma aposentadoria com sua esposa no recanto dos pescadores na praia do oceano em São José do Norte.

1.3.4 Seu Manoel

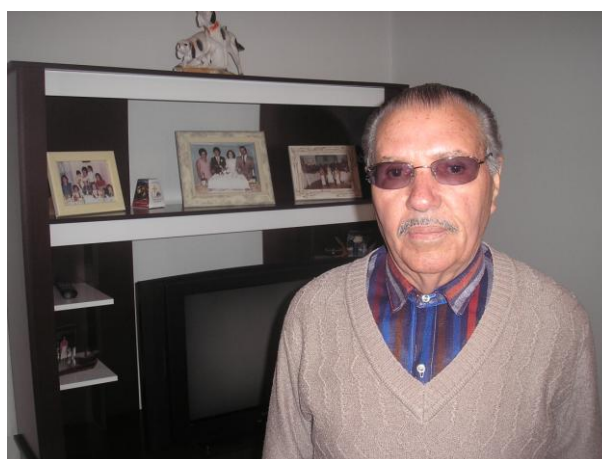


Figura 4 - Seu Manoel

A herança portuguesa de seu Manoel o acompanha em seu epíteto: Palhaço. Ao virem de Portugal, da Póvoa do Varzim, seu pai e seu tio já traziam consigo tal cognome. Eles eram os Palhaço que vieram, juntos com tantos outros desde fins do século XIX e inícios do XX, do continente europeu para a América fazer a vida: padeiros, agricultores, pescadores etc.

As famílias de pescadores instalaram-se em São José do Norte onde passaram a desenvolver a atividade. Um entre dez filhos, oito homens e duas mulheres, seu Manoel entrou para a pesca, como a maioria dos pescadores, aos doze anos de idade. As duas irmãs se casaram com pescadores: uma com filho de

portugueses, outra com um “catarina”, pescadores que vinham vender sua força de trabalho para as grandes parselhas locais.

Sua mãe foi administradora, educadora e “chefona” do lar. Era ela quem realizava os registros das atividades da parselha e educava através do diálogo, “[...] sempre conversava, dialogava, na mesa, até na hora do almoço, e eu acho que isso é importante”.

A memória social de Seu Manoel o faz lembrar-se dos primórdios da pesca através do que lhe foi narrado por seus pais e irmãos mais velhos. Mas muito do que foi experienciado também compõe sua narrativa. Ele é do tempo do remo e da vela; do tempo em que não havia barragens nos rios que desaguavam na laguna; do tempo da corvina no forno, resultado de produtos químicos colocados para fixação dos molhes que aqueciam a água; do baixo tráfego na Boca da Barra e da livre entrada e saída dos cardumes; do sistema de rodízio nos lances, em que cada parselha lançava e recolhia suas redes em determinado ponto e dava lugar a outra.

Seu Manoel é do tempo em que se interpretava o comportamento dos botos, se identificava um cardume a olho nu e se cruzava os remos em cima do barco para não assustar o cardume. Ele é do tempo em que aportaram os primeiros barcos comprados pela empresa Leal Santos, por volta de 1950, o Albamar e o Brisamar, e das reuniões que os velhos portugueses realizaram para discutir isso, levando em consideração o que já estava acontecendo em Portugal devido à tecnificação da produção pesqueira visando à obtenção da mais-valia.

A limitação da produção fora superada, e também os limites autoimpostos se tornaram obsoletos. O período de recesso da pesca, considerado muito importante para manutenção dos cardumes, que se estendia de aproximadamente 20 de dezembro até depois da festa de Nossa Senhora dos Navegantes – dia 2 de fevereiro – foi desconsiderado pela lógica capitalista e pelo aperfeiçoamento técnico que estas empresas de pesca apresentavam.

Quando chegava dia 20 de dezembro ninguém pescava mais miragaia, ninguém pescava pescadinha, ninguém pescava mais corvina, faziam, chegavam pra fazer as contas, as parselhas pagavam, davam lá o dinheiro pros catarina pra eles irem embora. Meu pai ia pintar as canoa, recuperar as rede, fazer rede nova, era tudo a mão naquele tempo, não tinha nada na máquina, era tudo feito a mão, meu filho.

Os oito anos de água salgada ficaram marcados na lembrança de seu Manoel como tempo de abundância e fartura. Também o pombo-correio que avisava o envio dos novíssimos caminhões Chevrolet e Ford Modelo A. E os Lloyds que fatiavam miragaias e corvinas com suas hélices.

Seu Manoel também esteve envolvido na luta pelos direitos e pela regulação da atividade da pesca, e no início da década de 1970, quando fez parte da diretoria da Colônia Z2, participou de um encontro de pescadores na Ilha da Pintada, em Porto Alegre, onde apresentou um documento em que constavam “[...] as espécies da nossa costa que poderiam, eu achava e outros pescador achavam, que poderiam tá desovando no período de dezembro, no mês de janeiro”.

O objetivo de tal documento era criar, já em 1971, um período de defeso para estas espécies que se reproduziam nesses dois, três meses. Essa postura vanguardista de Seu Manoel e dos seus companheiros é fruto de seu entusiasmo com a pesca, e apesar de sofrer vários reveses – o que acabou por afastá-lo das discussões sobre pesca realizadas no Fórum da Lagoa dos Patos – não abandona o ideal de construir com, e não construir para, os pescadores as políticas públicas para a pesca.

2 AS HISTÓRIAS QUE OS PESCADORES-NARRADORES CONTAM: A MEMÓRIA DA PESCA ATRAVÉS DA NARRATIVA

As histórias de vida narradas pelos pescadores-narradores são tecidas a partir de seu material mnemônico, do arcabouço de experiências de suas vivências, por isso resultado de sua individualidade. Mas em determinados pontos estas histórias de vida, como fios, se cruzam e se entretecem para formar uma rede, e desses nós é constituída a memória coletiva.

Para Halbwachs (1990) a relação entre a memória coletiva e o espaço diz respeito aos quadros sociais da memória, no sentido que evoca determinados tempos sociais enquadrados no recorte espacial. Este autor trouxe inestimável contribuição aos estudos sobre a memória, ao colocar o caráter de experiência coletiva na vida cotidiana, sob a definição de quadros sociais, sendo constantemente atualizada através do ato de lembrar.

As lembranças que são compartilhadas entre os sujeitos, capazes de suscitar a citação do outro como testamento de fé de suas palavras, são o ponto central para a constituição da identidade do grupo, do reconhecer o outro em mim para a formação de um nós, e do estranhamento do outro reunido a eles. Nas palavras de Meihy (2005, p.64):

Mais do que a soma das memórias individuais, a memória coletiva é um fenômeno construído pela força de fatores externos que circunstanciam um determinado grupo, marcando sua identidade. A memória coletiva é reconhecida no cruzamento de temas comuns – identidade – das narrativas individuais. Onde se dão os pontos de afinidades temáticas, estabelecem-se as memórias coletivas.

De fato, estas afinidades expressas nas narrativas dos pescadores referem-se à sua própria construção enquanto indivíduos, às especificidades da vida na pesca em um tempo determinado, o tempo dos velhos pescadores⁷.

⁷ A expressão “tempo dos velhos pescadores” nesse contexto refere-se ao questionamento feito por BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 13.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.421. Para a autora, o tempo da vida profissional ativa seria o tempo do sujeito, que ao passar para a vida contemplativa, com a aposentadoria, dedicar-se-ia à tarefa de bem lembrar.

Materializam-se em narrativas sobre a vida social, envolvendo a safra de seis meses na Ilha da Feitoria e a abundância da pesca do bagre. Também na farta mão de obra representada pelos pescadores catarinenses, ou andorinhas para Diegues (1983, p.124), catarinas para os pescadores-narradores, e o tamanho amplo das parselhas de antigamente. Aspectos lendários, conhecidos apenas por aqueles que viveram a experiência de ver um cardume de tainhas ficar agitado ou as vagas oceânicas engolirem uma canoa e reclamarem a vida dos pescadores, são parte desta memória coletiva, assim como o domínio da técnica que permitia o pescador identificar o cardume a olho nu à distância, diferenciando as espécies.

2.1 A Ilha da Feitoria e a Safra de Seis Meses

A Ilha da Feitoria, ou Ponta da Feitoria, é uma faixa de terra localizada no município de Pelotas⁸, segundo Martins (1997, p.103) traçando uma linha imaginária com a Ponta dos Lençóis, como o limite do estuário da Laguna dos Patos. Nesse local, na época das grandes parselhas de pesca, havia intenso movimento de pescadores entre os meses de agosto a dezembro – a chamada safra de seis meses.

Curioso, no caso desta pesquisa, é a situação de Seu Zé, que ainda desempenha atividades profissionais até hoje, com 77 anos.

⁸ A Ilha da Feitoria que pertence à “[...] unidade geomorfológica da planície costeira, localiza-se a sudoeste da Lagoa dos Patos e é delimitada em sua margem leste a 52° longitude ocidental e está, em média, a 3 metros do nível do mar. Caracteriza-se, ao Sul, por grandes banhados, onde existe uma rica fauna – principalmente aves e, ao norte por extensos campos abertos com alguns capões de mata nativa, o que propiciou outrora grande criação de gado” (MOURA, Amanda; BAIRROS, Jacqueline Valle; SPERLING, Urania Pereira. **Estudo sobre viabilidade turística na Ilha da Feitoria a partir de entrevistas realizadas com ex-moradores, Pelotas/RS**. XVI CIC, IX ENPOS. Pelotas: UFPel, 2007.

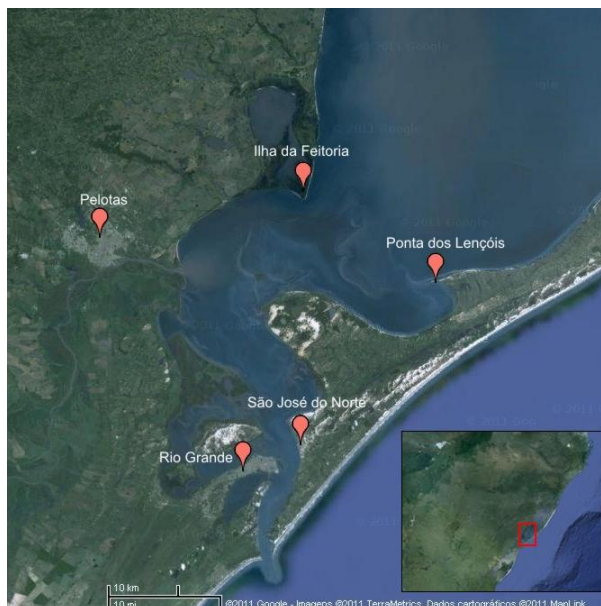


Figura 5 - Localização da Ilha da Feitoria e da Ponta dos Lençóis relativos às cidades circundantes

Fonte: <http://maps.google.com.br>

No início do mês de agosto as maiores parselhas realizavam a migração sazonal para a Ilha da Feitoria onde realizavam a farta pesca do bagre. No local havia habitantes fixos, que passavam o ano todo, vivendo basicamente da pesca, mas durante a safra havia uma explosão de atividade, visto que além dos pescadores, suas famílias também se deslocavam para lá.

A estrutura que a Ilha da Feitoria oferecia para essa instalação era de fato algo notável para a época, levando-se em conta que o local ficava distante de um centro urbano. Seu Zé lembra com clareza desse período:

Nós passava esse tempo todo lá, lá. Quer dizer, lá, lá mas nós tinha, nós tinha, levava as famílias, muita gente levava a família por que lá tinha bastante casa, tais compreendendo? Assim, galpão igual esse aqui. Nós tinha um galpão na ilha que era igual a esse aqui, só pra dormir. E tinha quatro, cinco galpão de zinco, naquele tempo galpão grande porque essas rede de antigamente não podia molhar porque era rede que apodrecia, não é como agora.

Percebe-se que a estrutura para alojamento e guarda do equipamento de pesca era algo notável, e os melhores galpões pertenciam às maiores parselhas. Seu Zé, na parselha de Agonia Pontes, estava entre os mais bem instalados na Ilha da Feitoria, pois a sua era uma das parselhas melhor equipadas de pesca.



Figura 6 - Paisagem típica da Ilha da Feitoria

Fonte: Paulo Angonese em <http://static.panoramio.com/photos/original/3696607.jpg>



Figura 7 - Vista externa do galpão de Seu Zé

Fonte: Arquivo pessoal

Mas não apenas parselhas grandes iam até a ilha. Parelhas médias e pequenas também se deslocavam para a safra de seis meses, pois ela representava, à época, a principal fonte de renda dos pescadores. Seu Zé mostrou as redes de bagre que eram utilizadas na pesca, já confeccionadas em material plástico e que estavam paradas desde o fim da pesca na ilha, pois com o tempo a pescaria do bagre começou a apresentar queda em seus resultados, levando a um abandono da prática em detrimento de espécies mais abundantes e mais valiosas no mercado.

Cerca de vinte ou trinta parselhas partiam para a Ilha da Feitoria, não apenas de São José do Norte, mas de toda a região do estuário. Seu Paranhos, por exemplo, vinha com a família de São Lourenço do Sul para a safra de seis meses.

Ainda menino, dividia o seu tempo entre as aulas no Grupo Escolar Visconde da Graça, que contava com uma professora vinda de Pelotas, e o trabalho para escalar e salgar o bagre que era recolhido das redes pela manhã.



Figura 8 - Margem da Ilha da Feitoria

Fonte: Alberto Blank em <http://www.panoramio.com/photo/52326922>

O processo de captura e beneficiamento/conservação era todo realizado pelos pescadores da ilha. Nas palavras de Seu Paranhos:

[...] Não só a gente ia lá no mar e pescava ele, trazia pra terra e ali a gente escalava ele depois salgava [...] Esse trabalho se dava depois do meio-dia, porque à parte da manhã a gente ia pro mar safar as redes. Vinha, almoçava e aí ia beneficiar esse peixe na praia. Como nós já tinha vindo do colégio nós era participante dessa faina todinha, desse trabalho aí.

A localização da ilha favorecia a captura especialmente do bagre que era abundante. Por vezes não se podia lançar as redes n'água sob pena de ver todo o trabalho desperdiçado, pois não havia comprador para tamanha fatura. Seu Zé recorda de um rebojo forte que soprou na ilha e que oportunizou a captura de cerca de 44 mil quilos de bagre. Dura tarefa a de retirar tantos bagres das redes e ter que lidar com seu temível esporão.

A propósito dessa característica da espécie são recorrentes as histórias de acidentes que se deram por descuido com o esporão do bagre. Por vezes comparado ao veneno de uma cobra, a dor descrita para uma perfuração com ele beira ao insuportável, e é uma das coisas mais temíveis na lida com as redes. No caso de perfuração perto de juntas, o acidentado corria o risco de perder a mobilidade do membro afetado.

Periodicamente as canoas se deslocavam da ilha para fábricas em Rio Grande e Pelotas para comercializar o pescado. Esse deslocamento favorecia aqueles que não haviam conseguido levar suas famílias para a ilha, pois aproveitavam a viagem para permanecer dez, quinze dias entre seus familiares.

O constante deslocamento fornecia às fábricas matéria para trabalhar, mas não eximia os pescadores das tarefas de conservação do pescado. Com o advento da chacreira, descrita por Bunse (1981, p.89) como um “[...] veleiro em que transportam o resultado da pesca na Lagoa”, construída com pranchões e tendo “[...] *convés, rancho da proa*, que leva ‘*pros belixe de dormir*’, um grande porão coberto com o *quartel; casa de comando e casa de máquina*”, o transporte do peixe fresco facilitava muito o trabalho dos pescadores das parselhas, pois não era mais necessária a salga. Mas a chacreira era acessível apenas às parselhas com maiores recursos, sendo que as outras ainda tinham que fazer uso do processo de escalar e salgar.

Apenas com a instalação de salgas na ilha é que as parselhas menores conseguiram liberar mão de obra para dedicação exclusiva à captura e manutenção. Seu Paranhos recorda:

Algun tempo depois começaram a colocar aí na ilha salgas, salgas de peixe, foi aí que começou a facilitar a nossa vida lá, porque já nós podia ir no mar safar o peixe, vim, colocar nessas salgas, vender ali na salga, e na parte cuidava mais do serviço de rede, essas coisas.

Mas com o passar do tempo, os pescadores foram vendo a safra de seis meses se transformar. Uma conjunção de fatores, que inclui a diminuição de pescado disponível, o deslocamento da população fixa na Ilha da Feitoria para a colônia Z3, em Pelotas, deixando abandonados os galpões das parselhas e o surgimento de grandes indústrias frigoríficas em Rio Grande e São José do Norte, causou a derrocada da safra de seis meses na ilha. O modo de organização da pesca também teve sua contribuição sobre esse efeito, uma vez que foram se desintegrando as grandes parselhas e se espalhando os pequenos pescadores artesanais, proprietários de seu equipamento.

Esse “fim” da Ilha da Feitoria desperta nos pescadores-narradores o sentimento nostálgico inerente à rememoração. Tocada de sentimento, a lembrança é evocada traçando fortemente o sentimento de perda de algo que era prazeroso e satisfatório. Quando Seu Zé abre seu coração e em voz baixa diz: “Eu sinto muita

falta da ilha, de trabalhar lá, barbaridade! Lugar bom pra caramba, rapaz”, ele está aplicando uma visão retrospectiva, com os olhos de hoje, sobre esse passado tido como um período de poucas agruras se comparado a hoje.

Ao lembrar-se da areia grossa, das figueiras gigantes que abrigavam as famílias sob seus galhos e folhas, dos campeonatos de futebol entre parselhas, o velho pescador-narrador avalia sua vida, comparando o ontem com o hoje e expressa sua narrativa imbuído de sentimentos. Em sua maioria estes sentimentos deixam um resquício de boa lembrança, pois se trata de um período da vida em que se considera altamente produtivo, de realização profissional, de empenho e resultados.

2.2 Os catarinas

Os trabalhadores migrantes provenientes do litoral catarinense formavam um verdadeiro exército de reserva para as grandes parselhas do estuário da Laguna dos Patos. Comumente chamados de “catarinás” eles eram portadores de uma imagem relativa a um sujeito sem condições materiais de sobrevivência, detentores dos conhecimentos básicos da pesca, mas privados dos meios de produção para pô-los em prática.

Saídos de seu estado para trabalhar na pesca na laguna, vinham sem nada, contando apenas com sua força de trabalho para sobreviver e reunir alguns recursos para quando voltassem à sua terra. Tal situação só se tornava possível devido à organização das parselhas e ao “arranchamento”, ou a vida dentro da parselha, utilizando sua estrutura para dormir, se alimentar e trabalhar.

De fato, os catarinas eram considerados como maior parcela dos homens das parselhas, tanto por sua oferta entre os pescadores quanto por sua habilidade na atividade. Inclusive na Ilha da Feitoria eles compunham boa parte dos pescadores que trabalhavam lá na safra de seis meses. Nas palavras de Seu Zé:

[...] O gaúcho não era de pesca naquele tempo, não era de pesca. Era catarina que vinha trabalhar aqui, aquele mundo de catarina vinha de tudo quanto é lugar: Barra da Lagoa, Ponta das Canas, Canasvieiras, era de tudo quanto é lugar vinha trabalhar aqui, de tudo quanto é lugar.

Não só a pesca no estuário contava com pescadores catarinas. A perigosa pesca na parelha de praia exigia um grande número de trabalhadores dispostos a enfrentar a fúria do oceano em dias de tormenta. Seu Major diz que “[...] tinha que buscar gente em Santa Catarina. É que a parelha de praia é uma base de vinte e um homens, vinte e dois, vinte e três, depende. Então a gente ia lá buscar. E vinha muita gente mesmo avulso lá de Santa Catarina trabalhar”.

Os ditos “avulsos” que vinham por conta própria tentar levantar algum recurso e voltar para seu estado. Primeiramente vinham embarcados em navios, os “Itas”: Itaquatiá, Itaquatinga, e posteriormente passaram a vir de caminhão, em levadas. Seu Manoel relata que desde 1940, 1945 os catarinas já faziam a migração sazonal para trabalhar nas parelhas ao sul.

Novas formas de organização da pesca, tanto a dissolução das grandes parelhas do estuário da Laguna dos Patos, quanto a aparelhagem das traineiras catarinenses, interromperam o fluxo de catarinas para a ilha. Sendo absorvidos localmente pelos novos empreendimentos pesqueiros iniciados a partir de fins da década de 1960 e o Decreto-Lei 221 de 1967.

Os catarinas pararam de vir, as parelhas começaram a disputar avidamente por mão de obra. Começaram a surgir insubordinações e a ameaça de substituição dentro do grupo de pescadores já não representava grande risco. Atualmente pescadores do estuário tentam a vida em Santa Catarina, embarcados aqui nas traineiras catarinenses ou buscando a sorte nas praias de lá. Antes tidos como um recurso abundante e barato, hoje os catarinenses são vistos como competidores desleais, portadores de mecanismos de captura avançados e transgressores de suas águas, vindo buscar o “nosso” peixe.

Diegues (1983, p.123) refere-se aos catarinas como andorinhas, em sua maior parte imigrantes açorianos praticantes da agricultura e da pequena pesca, desestruturados pelo surgimento e proliferação de companhas, que disputavam pontos em que o peixe começava a escassear. A rápida predação dos recursos pesqueiros foi um dos fatores que motivou o aparecimento dos andorinhas catarinas em São José do Norte. “[...] Deslocavam-se então em caminhão para as praias do Rio Grande do Sul, onde serviam como camaradas [proeiros] em companhas [parelhas] organizadas pelos proprietários locais de redes e embarcações” (DIEGUES, 1983, p.124).

Martins (1997, p.71) também analisa as migrações sazonais realizadas pelos catarinas, apresentando as condições de vida destas pessoas.

[...] foi preciso que as condições duras de permanência nos acampamentos às margens do estuário ou litoral provocassem problemas de saúde que inviabilizassem o trabalho para que houvesse a desistência de ser pescador. Conjuntamente às precárias condições de viagem, das incertezas do processo do trabalho e da apropriação do recurso natural produzido com seu trabalho, enfrentavam nas margens do estuário a precariedade de acampamentos improvisados e relações conflituosas com pescadores de diferentes localidades.

Isso serve para explicitar a condição do catarina na pesca do estuário na época das grandes parelhas: sujeitos que não contavam com nada além de sua força de trabalho, que se lançavam em jornadas incertas em lugares distantes, e eram considerados como profissionais não qualificados, executando as tarefas menos sofisticadas nas parelhas.

2.3 O tempo das grandes parelhas

Os pescadores-narradores são sujeitos de um tempo específico, testemunhas de um passado que se diferencia do presente pelo arranjo das organizações sociais e produtivas, em que o líder é um sujeito de destaque em meio ao plantel de pescadores, e o tamanho da parelha é reflexo de sua competência profissional. Eles são do tempo das grandes parelhas.

As grandes parelhas eram formadas por um plantel de vinte e quatro, vinte e cinco homens, contando com uma frota de seis ou sete botes cada uma, galpões de guardar redes, galpões de repouso, onde se encontravam os beliches, a cozinha e um espaço para socialização. Aí se reuniam a equipe de mar, os tripulantes dos botes, e a equipe de terra, que operavam as redes do seco.

A propriedade destes meios de produção era de um armador, por vezes ausenteísta, por vezes presente no processo de captura do pescado e nas migrações que se faziam dentro da lagoa, mas muitas vezes chefe da família que se voltava para a pesca e que dela assumia o nome – a parelha dos Paranhos, a parelha dos Palhaço, a parelha dos Firmino.

A vida “arranchada”⁹ assemelhava-se a um quartel: dormia-se coletivamente, alimentava-se coletivamente, trabalhava-se coletivamente, tudo sob as ordens de um “Popa de Canoa” no mar e do “Encarregado” em terra. “[...] Tinha cozinha, panela, cozinheiro, nós era assim igual a um quartel, tá compreendendo? Era igual a um quartel. Se comia, se bebia, se dormia”, destaca Seu Zé.

A ascensão na hierarquia da parelha era uma condição desejável, principalmente no caso de Seu Zé. Dentre os pescadores-narradores entrevistados ele foi o único que não ingressou na parelha da família. Por isso o orgulho em referir-se à posição conquistada de encarregado e a herança da parelha.

Mas a mão de obra familiar não era suficiente para abastecer uma parelha, principalmente uma das maiores. Seu Major destaca a necessidade de recorrer aos catarinas como mão de obra para satisfazer a demanda pesqueira. A necessidade de proeiros era constante, e quando os membros da família já não eram suficientes, recorria-se aos de fora.

O número de parelhas era realmente expressivo, assim como a quantidade de cardumes, a ponto de terem de organizar rodízios nos pontos de pesca. Conforme Seu Manoel:

Os pescador naquele tempo ali usavam terno de praia. Então cada um tinha seu ponto, e faziam rodízio. Por exemplo: aqui tinha direito de pescar dez parelha, aqui tava o primeiro. Segundo, terceiro, quarto. Então esse aqui [o primeiro], o dia era dele. Aí vinha um cardume, ali vinha um cardume de... naquele tempo um terno pegava cem toneladas de corvina. Cem toneladas de corvina! [...] Aí esse aqui ficava que não... claro, o terno tava cheio, não tinha como pescar. Aí tocava a vez do outro [o segundo] vir pra cá. Então tinha dias de ter quatro, cinco parelha aqui com trezentas, quatrocentas toneladas de corvina.

A conjunção plantel - tamanho da parelha - resultado da pesca, resultavam no status daquela parelha entre os pescadores. Nesse caso, a parelha de Seu Agonia Pontes, cuja metade foi herdada por seu Zé, que por muito tempo foi Encarregado, era considerada entre as maiores do município de São José do Norte. Adomilli em estudo (2007, p.239) analisa o status dos mestres de barco de pesca em São José do Norte. Em sua observação o autor indica que para o mestre de barco de pesca costeira “[...] O êxito nas pescarias o torna reconhecido perante a comunidade de

⁹ De arrancar, ou reunir em ranchos; dar pousada a; alojar, albergar; reunir-se em rancho ou mesa comum; tirar e comer o rancho (no quartel); hospedar-se ou estabelecer-se provisoriamente.

pescadores como matador de peixe, o que lhe confere maior respeito. Independentemente do esforço ou sorte, importa a quantidade capturada.”

Na relação entre parselhas, as maiores ditavam o ritmo da concorrência pelos melhores cardumes. A utilização da chacreira para o transporte do bagre pescado na ilha para as indústrias foi um exemplo, mas houveram outros, relacionados à rede e aos motores das embarcações.

No que trata das redes, o uso dispendioso e pouco prático do fio de barbante, que exigia banhos em uma tintura extraída da casca da capororoca¹⁰, da casca do mangue e da casca da aroeira a cada uso no mar, foi substituído pelo fio de náilon, e este pelo fio plástico, de durabilidade muito superior. Vale colocar que à época do barbante e dos cuidados para sua manutenção, o trabalho de confecção das redes era praticamente todo realizado dentro das parselhas, com os pescadores em terra estando constantemente envolvidos em tais atividades. Com a ascensão do material plástico essa tarefa foi aliada das parselhas, que começaram a comprar redes prontas e se dedicavam apenas ao remendo de redes rasgadas.

A propulsão das embarcações de pesca, a princípio dependentes das velas e de remos, passou a ser feita por motores, inicialmente motores de popa a gasolina, das marcas Penta, Everhood, Arquimedes. Estes foram substituídos pelos motores de centro a gasolina, e posteriormente pelos motores de centro a diesel.



Figura 9 - Embarcações atuais

Fonte: Arquivo pessoal

¹⁰ Designação comum a várias plantas da família das mirsináceas.

As parselhas melhor equipadas davam o primeiro passo no aperfeiçoamento técnico e as demais, para continuarem ativas na captura, tinham que estar constantemente investindo nesse sentido. Mas isso já se dava quando o financiamento do equipamento de pesca começava a se tornar mais comum, e as grandes parselhas estavam ficando mais raras.

Tanto a possibilidade de se tornar proprietário quanto a incapacidade das parselhas de manter grupos muito numerosos arranchados impediram a sustentação desse modelo, sem mencionar a diminuição dos estoques pesqueiros capazes de suportar uma atividade que vinha aprofundando sua capacidade de exploração. A interrupção de catarinas migrantes para o estuário também representou um motivo para esse fim. As grandes parselhas, poucas e volumosas, deram lugar aos pequenos proprietários pescadores artesanais, muito numerosos e contando com apenas uma ou duas canoas e de três a seis tripulantes, em parte membros da família.

Tamanho é a diferença do presente para o passado na avaliação dos pescadores que a expressão de Seu Zé demarca bem o estranhamento relativo a essa situação: “Hoje em dia tudo é dono...”

2.4 A percepção do meio e a abundância dos cardumes

A vida no mar capacitou os pescadores-narradores a perceber e interpretar os sinais que o meio ambiente lhes dava para realizar suas tarefas profissionais. Comportamento de animais, mudanças na laguna, variações de cor na água, inúmeros eram os sinais lidos e interpretados pelos pescadores para capturar os peixes.

Vale destacar, antes de tudo, que a grande quantidade de cardumes tornava seu comportamento sensível aos pescadores atentos, e com a experiência elaboravam estratégias de captura eficientes, considerando a diferença das espécies e suas características notáveis.

Seu Paranhos, referindo-se à safra de seis meses, destaca que “A fartura era tanta que nós às vezes queríamos aliviar a rede, tirar um pouco de rede né, e não conseguimos. Por que tu limpava a rede, quando queria puxar ela, já tava com peixe de novo.”

E não apenas o bagre era abundante, mas também a tainha, a corvina, a miragaia, o burriquete e o camarão. Cada espécie tinha sua época específica: nos meses de maio a junho a tainha, agosto a novembro o bagre, durante o mês de novembro entravam a corvina e a miragaia. Além disso, cada uma delas expressava-se de uma forma diferente em sua interação com a laguna, o que os pescadores conseguiram distinguir em dois padrões: coloração da água e nível de profundidade do cardume.

Sobre a mudança da cor da água, Seu Major destaca a perícia do olheiro:

[...] Nós chegava perto do peixe, como daqui ali, a gente conhecia mais ou menos o peixe imantado né, que ele fica diferente. Uns ficam amarelo. A corvina, tu vê uma manta de corvina aí, chega a praia a tá toda amarela, que ela já é amarela. O bagre já fica meio arroxado, mais escuro assim. Burriquete fica bem amarelo mesmo, que ele é o mais amarelo de todos os peixe que tem no rio, a cor amarelada é o burriquete.

Mas esta mudança na cor da água fica condicionada à profundidade de deslocamento do cardume. Seu Paranhos explica essa característica:

[...] O peixe, dentro do mar, ele tem três ambiente, no mesmo mar: primeiro, uns são de fundo, rasteirinhos de fundo; outros são de meia-água; e outros são à tona d'água. [...] Geralmente o peixe, quando ele viaja de meia-água pra cima ele tá em deslocamento. E quando ele tá parado ele tá sentadinho no fundo.

A distinção que se fazia ao visualizar o cardume era acompanhada da percepção das especificidades de cada espécie. O bagre era notável por carregar as ovas na boca, mas apenas os machos e depois da “cambação” da ova. Fêmeas e machos de gêneros diferentes de bagre adentravam a barra em dois grupos distintos, e dentro da lagoa a fêmea expelia as ovas e o macho as fecundava e ficava com elas na boca. O macho só as soltava quando, já crescidos os alevinos, o esporãozinho do bagre começava a espetá-lo. Nesse momento o ciclo estava completo, e os machos partiam para o oceano.

Isso se dava entre os meses de janeiro e fevereiro, depois da safra de seis meses. Os pescadores quando capturavam o bagre próximo ao fim da safra, percebiam os bagres machos com a boca cheia de ovas, e contavam entre trinta e quarenta ovas. O bagre que mais ovas guardava na boca era o “beijo-fino”, ou “bagre-cação” que “agarrava” cerca de 70 ovas cada indivíduo.

O boquejar¹¹ do bagre também era outro indício que o cardume oferecia para a identificação por parte dos pescadores. Seu Paranhos descreve o boquejar do bagre:

[...] determinada hora ele vem à tona da água e ele boqueja. Então nós dizíamos na época que o bagre tava virando: “Olha, rapaz, o bagre tá virando aí na...” Isso acontecia muito na boca da barra aqui, de manhã e ao entardecer, ele boqueja em cima d’água como em busca de oxigênio, alguma coisa, sei lá. Aquilo é do peixe mesmo, ele vem e boqueja.

A tainha é característica pela “pulaçada” que faz quando se sente encurralada, sendo bastante violenta. Tamanha era sua força que se podia confundir uma pancada levada do salto de uma tainha com um soco ou uma cebolada.

Seu Paranhos conta história de certa vez, quando ia para o camarão no leme de seu bote ao entardecer com um colega, passando defronte ao cais da cidade, um grupo de crianças brincava em terra, brincadeiras com a água. O colega de Seu Paranhos, num rompante, começou a xingar as crianças em terra: “Vai atirar na tua mãe, seu isso, seu aquilo, seu aquilo outro!” Seu Paranhos, admirado e não compreendendo tal reação, perguntou ao colega o que se passava, “Os caras me deram uma cebolada aqui. Olha só! Chego a tá todo molhado aqui”. Analisando a situação, Seu Paranhos explicou: “Não, Pedro, não foi uma cebolada, foi uma tainha, rapaz, que pulou, te pegou e te bateu. Tá aí nos teus pés, aí no esgote do bote. Olha aí pra baixo”.

O aspecto arisco e saltador da tainha era realmente sua principal característica. Quando se sentia encurralada a tainha “urrava”, tamanho era o barulho produzido pelo cardume em seus saltos e alvoroço. O curso também era uma de suas características, sendo uma espécie que percorre grandes distâncias para entrar na lagoa e desovar, engordar e sair novamente.

Diferente era o caso da miragaia, peixe grande, pesando de treze a vinte quilos. O encontro com um cardume de miragaia deveria ser o mais silencioso e tranquilo, para não assustá-las. Um cardume de miragaia enfurecido poderia virar uma canoa. Por isso os remos eram recolhidos e cruzados sobre a borda do barco, e os peixes eram deixados à vontade para emalhar. O cardume era cercado no

¹¹ Curiosa é a expressão boquejar para uma ação de um cardume de bagres, pois ela refere-se a proferir entre dentes, murmurar; dizer, falar, contar.

máximo silêncio, “[...] por que se desse uma batida ou assustasse aquele cardume ele ia de encontro à rede com toda força, e aí terminava que o camarada tinha um prejuízo terrível, porque ele acabava com a rede, tamanha era a força do peixe”, relata Seu Paranhos.

A abundância de cardumes de miragaia entrando na lagoa espantava Seu Manoel:

[...] Os cardume eram tanto de miragaia que entrava dentro da barra com vento sul, sudeste, e corvina, que quando os Lloyd passavam, eles tinham mais calado, eles cortavam, a hélice cortava, as miragaia e as corvina ficavam boiada, dava na praia e a gente pegava elas cortada.

Mas o tempo da miragaia grande passou. Agora as miragaias são do tamanho de burriquetes, que para muitos pescadores tratam-se do juvenil e do adulto da mesma espécie. O burriquete maduro torna-se miragaia. Não existe, entretanto, consenso sobre esse assunto. A tainha nesta última safra teve dificuldades de vencer a vazão dos molhes, e o bagre há muito não é visto por estas bandas. Todos permanecem na memória dos pescadores-narradores, com suas características e especificidades.

2.5 A memória da pesca

A narrativa de histórias de vida dos velhos pescadores-narradores é plena de detalhes acerca da contextualização desses sujeitos em sua atividade espacial e temporalmente localizada. Como citado no início do capítulo, a memória coletiva se encontra no cruzamento de temas comuns aos narradores, e aí se forma também sua identidade.

Assim, a memória é constitutiva não apenas da identidade pessoal – “Eu vivi, eu lembro, eu sou” – mas também da identidade coletiva, do sentimento de pertencimento a um grupo, e diferenciação com relação a outros grupos. Nesse caso com várias fragmentações ou subdivisões que atribuem uma característica específica aos seus membros: são velhos, são pescadores, são artesanais, são de São José do Norte além de serem homens.

Apesar de intercambiar experiências com outros grupos, sua memória, e sua identidade coletiva é exclusiva. E essa memória, e essa identidade, não é dada, mas construída e negociada constantemente, a cada encontro casual, a cada visita, a cada conflito. A presença do outro, pertencente ou não ao grupo, é necessária para a efetivação da memória – mas não sua estagnação, conforme explicita Bosi (2006, p.51):

[...] Quanto mais pessoal, mais livre (isto é, menos socializada, menos presa à ação presente) for a lembrança, mais distante, rara e fugitiva será sua atualização pela consciência. É o caso das imagens de sonho. Essas lembranças singulares devem, de algum modo, despersonalizar-se, senão banalizar-se, para se encaixarem na percepção atual que se põe como relação imediata e ativa do corpo com o mundo, do eu com a sociedade.

Por isso a busca de corroboração para as narrativas. Tendo partilhado e intercambiado a lembrança coletiva, ela faz parte de uma herança social do grupo, os nós de uma rede que é formada pelas histórias de vida dos pescadores-narradores. Seja o boquejar do bagre, o urrar da tainha, ou as miragaias fatiadas pela hélice dos Lloyd, a figueira frondosa, as grandes parelhas e a vinda dos catarinas, essas lembranças são partilhadas pelo grupo e reafirmadas/ressignificadas a cada versão. Rocha e Eckert (2005, p.37) refletem sobre isso apontando que “Falar, ouvir, escrever e ler são atos humanos que não se reduzem uns aos outros, mas que se rebatem uns nos outros, uma vez que o sentido original das palavras narradas, ouvidas, escritas e lidas não é jamais finito”.

Esse caráter de não finitude do sentido original da lembrança, oral ou escrita, funciona como um dinamizador da memória coletiva: sendo que as lembranças grupais se apoiam umas nas outras (cf. BOSI, 2006, p.414) para formar um sistema, a não estagnação da lembrança impede que a fonte da memória seque. A exposição do sujeito que esqueceu a outro sujeito que ainda lembra evoca no primeiro a rememoração e assim a lembrança persevera enquanto persevera o grupo.

A linguagem é definitivamente o instrumento socializador da memória, e a narrativa, sua forma. Mas a narrativa, conforme explicou Walter Benjamin (1994, p.205):

[...] Não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime

na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

A narrativa, então, ao expressar a experiência, a faz com determinada forma, uma forma “boa” para o narrador. Tão artesanal quanto a pesca dos velhos pescadores-narradores, que não é tão produtiva quanto a pesca industrial, mas em seus próprios ritmos encontra um equilíbrio entre satisfação do corpo e da mente, a narrativa está colorida pelos sentimentos do narrador, todos os matizes sentimentais que são absorvidos no mergulho que faz para expressar sua memória.

E nessas narrativas de pescadores-narradores os tons da perda são prevaletentes. As mudanças que se operaram na pesca transformaram aquilo que os pescadores-narradores tinham como certo e como bom. Restou a laguna sem a pujança de outrora, permanece como um testemunho do que foi e não é mais, como a ruína para Rocha e Eckert (2005, p.72):

[...] A reminiscência de um gesto humano que ultrapassa a destruição criativa da cidade dos homens, a memória involuntária que configura a própria inversão da efemeridade do projeto moderno, despertando o melancólico para o trabalho de reordenar as camadas de lembrança do presente.

No caso dos pescadores-narradores, a ruína seria a própria laguna, que não os deixa esquecer o tempo das grandes parelhas, dos Lloyd, e do bagre virando. Ao mesmo tempo, a laguna arruinada, descontextualizada para os não familiarizados, é desprovida desse passado, que permanece vivo apenas na memória dos pescadores-narradores.

Essa experiência de vida delineou muito bem as margens da memória dos pescadores-narradores. Afastados, em maior ou menor grau, dos conflitos atuais e presentes, eles são dotados do olhar em perspectiva para o passado, que os permite melhor do que ninguém, conceber o mundo como construído e não como dado.

O olhar em perspectiva, entretanto, não é um olhar estagnado, saudosista e reacionário. Ele está em constante busca de foco, variando amplamente com relação ao presente do sujeito que narra. A memória em seu estado oral, verbalizada, sofre constantes alterações, tantas quantas forem as narrativas, pois balizadas pelo estado presente do narrador e sua opinião acerca do tema das lembranças, elas acompanham constantemente sua caminhada e experiência.

Vertidas para o papel, registradas em gravador, elas são como um instantâneo daquele passado (da memória) e mais distante, quando o narrador busca nas lições que aprendeu de seus antepassados (tempo antigo), naquele presente (momento do registro). De fato, Meihy (2005, p.114) reconhece a existência de três tempos nas narrativas:

[...] Um tempo remoto, distante, longínquo, que poderíamos chamar de “antigamente” ou “tempo antigo”. Um segundo tempo seria o dos acontecimentos centrais e determinantes, que podemos chamar de “tempo das mudanças essenciais”. O terceiro momento seria o da captação do depoimento, chamado “tempo da narrativa”.

Isto serve para mostrar que em um único sujeito pode haver variação nas versões narradas, e essas diferentes versões não são, de forma alguma, erros ou desinformações, mas ressignificações de sua própria experiência. O foco de pesquisas que têm como fundamento a memória não deve ser a busca da verdade, mas a versão sobre a moral existencial. Desse modo, as narrativas ganham legitimidade como estofo para pesquisas, quebrando a exclusividade do documento escrito.

Acreditar, porém, que a memória é pura, é cair numa visão ingênua sobre as inter-relações que se estabelecem socialmente para construí-la. As lembranças na sociedade moderna são administradas e mediatizadas, contando, mais do que nunca, com uma fábrica de imagens que ganham foro de verdade à medida que são reproduzidas. Primeiro através do rádio, eterno companheiro do pescador, seja no remendo das redes, seja nos momentos de lazer, ou na solidão do barco, e depois com a televisão, a experiência vivida e o observado vão se mesclando para constituir o referencial mnemônico dos pescadores-narradores.

Moldando e submetendo a memória, os meios de comunicação de massa, e a história oficial, travam um conflito com a experiência empírica pela realidade. Esse conflito ganha profundidade quando avançando para o campo paradigmático, conhecimento empírico e conhecimento científico colidem e este último, contando com os meios de comunicação de massa para ser difundido e os foros de verdade comprovável, se torna dominante, hegemônico e excludente.

Na luta pela legitimidade da explicação de mundo a memória coletiva dos pescadores-narradores dá suporte à sabedoria local e à reflexão sobre as questões ambientais. No entanto, dificilmente este saber tradicional é considerado pelos

agentes do Estado e por boa parte dos cientistas que influenciam nas políticas governamentais, uma vez que para estes o saber científico está acima dos saberes tradicionais. Trata-se, portanto, de uma relação baseada em uma assimetria que implica relações de poder e dominação nas quais os pescadores são colocados à margem das instâncias decisórias.

Por vezes estes narradores cuja memória se tem tentando transliterar – não apenas oportunizar uma resignificação, mas impor toda uma transfiguração que demonstra por raciocínio lógico que o modo pelo qual agiam era o modo “errado” – reagem de forma igualmente ferrenha, defendendo seu ponto de vista e sua cultura. São os conflitos pela manutenção de um modo de ser e agir na laguna.

A remarcação constante de seu ponto de vista e respeito e a abertura ao diálogo marcam por vezes as narrativas de história de vida, convidando ao “construir com” e não o “construir sobre” a narrativa. Esta seria então parte da função social da memória.

O lembrar, e o lembrar bem, tornam-se o dever do velho narrador. Para isso ele se preparou durante a vida inteira. O arcabouço de experiências conquistadas lhe serve de referencial para esta etapa de sua vida, a memória do grupo, o guardião de seu passado. Ao olhar para trás em perspectiva, o velho pescador-narrador vê a trajetória do grupo como um processo em construção, inacabado. Com a experiência ele aprendeu a perceber o mundo como construído, não como dado.

Como destaca Ecléa Bosi (2006, p.63):

[...] Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade.

Entre os pescadores-narradores o afastamento da vanguarda produtiva do grupo representa o avanço em outra frente, com outra função: a função de unir o começo ao fim, de realizar um balanço de sua vida, de sua experiência, e proferir suas conclusões.

Quando Seu Zé reforça a ideia de que hoje a pesca é bem diferente, por seu ambíguo aspecto de maior facilidade-menor disponibilidade de cardumes, ele recorre às lembranças que tem das grandes parselhas, dos catarinas migrando, da

Ilha da Feitoria e da safra de seis meses e compara ao que vê hoje, um quadro lastimável que o faz ter saudades daquele tempo.

Para o pescador novo, que não conhece esse histórico da pesca na laguna, que não compartilha desse cabedal cultural, a pesca e sua ruína se apresentam como realidade sensível instantânea. A pobreza é uma realidade com a qual tem que conviver. A alienação uma mazela inevitável, uma cruz a carregar pelo homem comum. Para o velho é apenas mais uma etapa.

Um outro mundo está guardado na memória do velho, um mundo que não é este atual, mas do qual ele descende. O velho pescador-narrador sabe os porquês da situação atual que ele e seu grupo vivem, e isso lhe traz criticidade. Muito embora suas técnicas de produção estejam em defasagem – outras técnicas surgiram e foram aprimoradas, e algumas delas ele não conseguiu acompanhar – testemunhou a sequência de eventos que encaminhou a pesca ao estado em que está.

As lembranças que os pescadores têm sobre pescas abundantes, que não encontram atualmente paralelo na realização da atividade no estuário, beiram a descrição mítica, envolta em incredulidade por parte daqueles que vislumbram a pesca sem conhecer os resultados de outros tempos, e esse é um traço desse outro mundo que é apresentado através da narrativa. “[...] A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte” (BOSI, 2006, p.82).

Muito embora cada vez menos se ouça o que os narradores têm a dizer – a descartabilidade atinge também as experiências – eles ainda continuam narrando, trazendo testemunhos de outro tempo para avaliar os rumos que os agentes sociais ativos estão tomando. Eles continuam a comparar o passado com o presente, unindo o início ao fim. Isso é particularmente verdadeiro para o entusiasta que reconstitui através da memória um trabalho que se fez com paixão, fruindo com um misto de prazer e perda cada imagem evocada.

Esse juízo de valor é parte fundante da narrativa mnemônica, e está vinculado de forma inextricável à sua construção. E o que poderia ser confundido com um sentimento nostálgico característico da senilidade mostra seu aspecto muito mais profundo e muito mais complexo. A sabedoria é a forma de transmissão da narrativa da experiência, e a avaliação da caminhada se apresenta como uma dádiva com que o velho presenteia o jovem. As décadas de experiência ensinaram ao velho

pescador-narrador uma forma de interagir com o mundo mais sofisticado, apontando os erros que cometeu em sua caminhada e os pontos onde deve agir para ter uma vida melhor, e ele é capaz, através da narrativa, de resumi-las em algumas horas de interlocução, de dar conselhos tecidos na substância viva da existência.

3 OS PESCADORES E O ESTADO: EM TORNO DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA LOCAL

A comparação entre passado e presente realizada pelos pescadores-narradores diz respeito às mudanças na atividade pesqueira vivenciadas por eles, apontando para um processo de deterioração e superexploração desta atividade. Embasados numa experiência sensível, numa história de vida, e na realização profissional, estes velhos pescadores são capazes de indicar fatores que contribuíram para a crise da atividade pesqueira artesanal, que ora enfrenta um sério aprofundamento em sua crise¹².

Estes fatores se inter-relacionam de forma bastante complexa para constituir o panorama atual da pesca no estuário, e serão organizados para apresentar uma forma didática em sua exposição.

O embasamento profissional e a reprodução do sujeito pescador formam um ponto de partida para as reflexões deste capítulo. Considerados por vezes não carecendo de ensino formal, os pescadores têm de contar com uma escolaridade mínima, e sua profissionalização, em geral, tem sido considerada pelo Estado a partir de uma lógica exclusivamente economicista, sugerindo que a pesca artesanal seria uma atividade simples, sendo imprescindível a expansão da atividade através das inovações tecnológicas e do avanço do mercado da pesca.

A partir disso, e estimulados pelo Estado à época de 1960-1970, e pela corrida pelo aprimoramento técnico e conquista de mercados, os pescadores adentram um ritmo de exploração da atividade no estuário até então não visto. Dispostos a realizar sacrifícios pela primazia tecnológica os pescadores acabam sacrificando a laguna, o que não deixa de representar um autossacrifício.

¹² MARRUL (2003, p.47) destaca que existe uma multiplicidade de fatores causais para a referida crise na atividade pesqueira, entre eles poderiam ser citados: “[...] a diminuição da abundância dos recursos pesqueiros; a diminuição da captura por unidade de esforço de pesca; a diminuição do tamanho médio dos indivíduos capturados; a maior participação de indivíduos de baixas classes etárias na composição das capturas etc. [...] o excesso de capacidade de pesca, além de ser a face mais visível da crise, é a mais ameaçadora da viabilidade da exploração dos recursos pesqueiros.”

Mas essa concorrência não se deu solta. Ela estava vinculada a um mercado hiperaquecido que a todos seduzia com suas promessas de enriquecimento. Estimulados pelas indústrias que compravam seu pescado, os pescadores artesanais foram agentes ativos, mas não os únicos a depredar a laguna e seus cardumes. A captura para o resíduo vem selar o pacto de dilapidação das espécies da laguna e sua transformação em rejeito.

Por fim, as disputas que se dão pelas águas do estuário, sejam elas entre pescadores artesanais e a pesca empresarial-capitalista embarcada, entre pescadores e granjeiros/arrozeiros, entre pescadores e indústrias, constituem outro foco de problemas que atingem pontualmente os pescadores artesanais do estuário da Laguna dos Patos. Entretanto, o ponto de partida para as reflexões sobre essas transformações ocorridas na pesca artesanal no estuário, contextualizando-as historicamente, é a promulgação do Decreto-Lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, conhecido como a Lei da Pesca.

3.1 Entre as políticas públicas para a pesca e a globalização

A pesca no estuário encontrou um vigoroso impulso a partir de fins da década de 1960 e inícios de 1970 com a promulgação e execução do Decreto-lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, a chamada Lei da Pesca. Por este mecanismo o Estado, que interpretava a produção pesqueira como atrasada e primitiva e pretendia desenvolvê-la, permitia “[...] às pessoas jurídicas fazerem deduções para investimentos em projetos pesqueiros e a isenção do imposto de importação e do imposto de renda às atividades vinculadas à pesca” (ABDALLAH, 1998, p.53).

Evidentemente, os índices de produtividade tiveram um considerável incremento¹³ após a implementação da Lei da Pesca, mas os pescadores artesanais não foram o foco dessa medida desenvolvimentista. Estes receberam apenas 12%

¹³ Para acompanhar o desenvolvimento da produção pesqueira no Brasil, basta acompanhar as tabelas oferecidas por ABDALLAH, Patrícia Raggi; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960-1994. In **Teor. Evid. Econ.** v.7, n.13. Passo Fundo: 1999. Para dados referentes ao Rio Grande do Sul, conferir FINCO, Marcus Vinícius Alves; ABDALLAH, Patrícia Raggi. Análise da atividade pesqueira no município de Rio Grande e sua inserção no modelo de educação ambiental. In **REMEA**. Rio Grande: FURG.

do total de recursos disponibilizados à pesca empresarial-capitalista (DIEGUES, 1983, p.147).

Esta política pública apostava no incremento da industrialização da pesca, potencializando-a a partir do viés produtivista. Abdallah (1998, p.59), nesse sentido, afirma:

É importante destacar que, durante o período de 1967 a 1972, dos R\$ 688,8 milhões advindos de recursos captados via inventivos fiscais à pesca, a preços de agosto de 1994, cerca de 51% foram investidos na indústria, 20% na captura, 13% na administração e apenas 7% na comercialização, sendo que na pesquisa e levantamento de dados sobre estoques pesqueiros nada foi investido.

Diegues (1983, p.147) declara que o objetivo principal do Decreto-lei 221 seria transformar a pequena pesca num bolsão de força de trabalho barata para a frota empresarial-capitalista, ao mesmo tempo em que esta se apropriava do pescado do setor mais dinâmico da pequena pesca. Ao modificar o modelo de organização da produção pesqueira, o Estado estaria teoricamente promovendo uma modernização da atividade, verticalizando-a e aplicando uma lógica supostamente racional a ela.

O que se deixou de considerar, contudo, foi o estado de equilíbrio em que se encontrava a pesca. Conforme Diegues (1983, p.271), “não se levou em conta o fato de que essa baixa produtividade da força de trabalho se devia, principalmente, às limitações e características do estoque pesqueiro próximo à plataforma continental”. Ou, como expõe Marrul (2003, p.33):

[...] na fragilidade ou quase ausência de um Estado regulador do uso dos recursos pesqueiros, este quadro de baixo desenvolvimento das forças produtivas vigente, até meados dos anos de 1960, constituiu um dos pontos fundamentais para que se mantivesse certo grau de equilíbrio entre o esforço de pesca e o potencial capturável dos recursos.

Mas essa política pública, em nível local no estuário da Laguna dos Patos, representou algo além da tentativa de modernização e suposta racionalização da pesca, representou o aprofundamento da globalização neoliberal no estuário.

Resumidamente, este processo de globalização neoliberal oportunizada pelas políticas públicas federais durante o regime militar pode ser descrito como a) uma compressão espaço-temporal que separa os centros de decisão dos locais de

atividade, b) abrindo espaço para uma divisão desigual e polarizada entre proveitos e rejeitos na produção material, c) obedecendo a um ideal de desenvolvimento impraticável dentro de bases ecologicamente viáveis e socialmente justas, d) cuja única base jaz no progresso técnico, sem questionar os relacionamentos estabelecidos em proveito do capital.

Isso, em termos práticos, significou o aporte de empresas do centro do país, especificamente dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, no estuário para explorar a atividade pesqueira. Não mais restritos pelas limitações espaciais, os centros de decisão de tais empreendimentos localizam-se em pontos distantes dos locais de produção e não coincidem necessariamente, embora muito provavelmente também o sejam, com os locais de consumo dessa produção. Assim, eles são privados de qualquer vínculo de pertencimento ao local em que a empresa realiza suas atividades. O controle remoto da produção oportuniza um aproveitamento máximo dos recursos naturais locais, ao ponto da depleção, e a não consideração das consequências de sua atividade no cálculo financeiro (BAUMAN, 1999, p.16-17).

Essa compressão espaço-temporal estabelece uma clara divisão entre o que deve ser exportado e o que deve permanecer no local: os proveitos e os rejeitos. Como os centros de decisão estavam no centro do país, para lá deviam ser deslocadas as riquezas do local explorado, no caso o pescado, quando não para o exterior, Europa e Estados Unidos, o “centro” do mundo globalizado.

Os rejeitos, por sua vez, não são levados juntos com os proveitos. Eles ficam, localizados, para que os habitantes do próprio local tenham que lidar com eles. No caso da pesca no estuário, após mostrar sinais de exaustão, a laguna foi rejeitada e as empresas de pesca beneficiadas com a compressão do espaço e do tempo através do desenvolvimento das tecnologias de telecomunicações e a transferência instantânea de recursos pelos sistemas bancários informatizados retiraram-se para outras regiões, para o Norte do Brasil (ADOMILLI, 2004, p.53), para recomeçar o ciclo de exploração. Essa polarização e fixação dos rejeitos acaba tendo reflexos sobre as populações afetadas, como se refere Porto-Gonçalves (2006, p.379):

[...] sendo os rejeitos aquilo que num dado processo de uso se mostra sem valor, tendem a ser colocados nos lugares também sem valor, ou que se desvalorizam porque ali foram colocados os rejeitos e, sendo lugares desvalorizados tendem a ser habitados por pessoas igualmente desvalorizadas e sem grande poder de pressão, pelo menos a princípio.

O ideal do desenvolvimento inspira a globalização neoliberal, e inspirou também as políticas públicas para a pesca durante o período militar. Esse desenvolvimento aos moldes capitalistas crê na hegemonia absoluta da técnica na resolução dos problemas socioambientais da humanidade e desconsidera o caráter político pelo qual passam estes mesmos problemas e limitações.

Entretanto, este modelo de desenvolvimento aposta na satisfação das necessidades dos sujeitos e na busca de um estado de bem estar como subproduto de grandes obras. Principalmente no caso de locais acometidos por uma situação de crise econômica, o desenvolvimento anunciado por projetos que apresentam grandes riscos socioambientais trazem a esperança, dificilmente realizada, de deixar o patamar da miserabilidade e se engajar num emprego mais ou menos fixo e manter um padrão de vida relativamente estável. Esse foi o caso de Seu Paranhos, que em princípios da década de 1970, que com as instalações das indústrias Frigoría e Confrio, colocou-se entre aqueles pescadores que buscavam nas filas de admissão destas empresas uma alternativa à situação de equilíbrio financeiro tênue que acometia a pesca artesanal.

Como já referido, a técnica representa uma panaceia para a humanidade dentro do paradigma ocidental moderno. Ela está, sempre, subordinada a uma intencionalidade. “[...] Por meio da técnica sempre se visa o controle, da maneira mais *perfeita possível*, dos efeitos da ação, no espaço e no tempo, por parte de quem a principia” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.77).

A intencionalidade hegemônica no mundo ocidental moderno seria a acumulação de capital, e essa acumulação se dá sobre uma base apoiada na exploração de duas riquezas maiores: a natureza e o trabalho. A técnica que oportuniza o maior acúmulo em menor tempo explorando estas duas riquezas é a melhor técnica para a globalização neoliberal, e há um sério empenho para elaborar técnicas cada vez mais eficientes. Nesse sentido a ciência desempenha papel importante na hegemonia global do neoliberalismo, deslegitimando racionalidades não científicas e submetendo-as ao seu jugo, como se deu na suposta “racionalização” da pesca.

Enfim, a conjunção destes quatro fatores explicita o aprofundamento da exploração da pesca no estuário, mas ela teve aspectos concretos na vida dos

pescadores artesanais da região, que marcaram suas histórias de vida e sua experiência.

3.2 A educação e o embasamento profissional dos pescadores artesanais

Os pescadores-narradores foram retirados da escola e impelidos à pesca por estímulo dos pais para que ajudassem, direta ou indiretamente, suas famílias. Com carência de mão de obra local, os meninos que alcançavam o porte físico necessário para o emprego na pesca, o que se dava por volta dos 11 e 12 anos de idade, eram encaminhados para o mundo do trabalho e introduzidos na arte da pesca¹⁴.

Como não lhes era exigido conhecimentos escolares para a realização das atividades na pesca, a evasão escolar em nada impedia seu papel na parelha. De fato, havia uma complementaridade entre evasão escolar e trabalho na pesca, pois para aqueles que não tinham formação a pesca representava um último recurso. Seu Paranhos exemplifica com a própria experiência esta norma:

Por que essa questão da escolha em ser pescador era pra aqueles que não tinham opção, a gente não estudou, né rapaz. Tu vê, eu tive que sair do colégio pra ajudar o meu pai a trabalhar. Então eu não pude escolher uma profissão.

Assim, a pesca exigia poucos conhecimentos prévios, e a maior parte da técnica profissional era aprendida na prática. A convivência na parelha, o aprender a fazer na prática, o observar e o imitar eram as principais formas de profissionalização dos pescadores.

De acordo com Seu Zé, não era preciso saber nada. “[...] Tu vai ali pra dentro de uma embarcação eles te ensinam o que tem que fazer, pronto. Lavar uma rede, largar uma rede, o cara da popa aí dá uma explicação pro cara, pronto”.

Esse caráter empírico da formação profissional do pescador tornava simples o registro como pescador profissional. Com apenas três fotografias 3x4 e uma cópia da certidão de nascimento se podia solicitar inscrição como pescador profissional na Capitania dos Portos, e dois dias depois se estava com o documento em mãos.

¹⁴ Tal situação é explicitada pela migração dos catarinas para a pesca no estuário. A relativa carência de mão de obra empurrava os filhos dos pescadores para a atividade tentando suprir essa demanda.

Seu Paranhos reconhecia nessa facilidade um dos principais problemas da pesca artesanal. Não dispondo de nenhum tipo de formação para o trabalho na pesca, os pescadores tinham que contar apenas com o conhecimento empírico herdado de seus antepassados e transmitido na prática pesqueira para se reproduzir. Para a realidade das décadas de 1950 e 1960 este conhecimento foi suficiente. Porém, a atividade sofreu drásticas mudanças que a transformaram completamente a partir de 1967.

Basta saber que a cultura da pesca artesanal encontrava-se em equilíbrio com os ritmos da laguna. Seu Manoel refere-se às limitações autoimpostas pelos pescadores à sua atividade:

[...] Quando chegava dia 20 de dezembro ninguém pescava mais miragaia, ninguém pescava mais pescadinha, ninguém pescava mais corvina, faziam, chegavam pra fazer as contas, as parselhas pagavam, davam lá o dinheiro pros catarina pra eles irem embora. Meu pai ia pintar as canoa, recuperar as rede, fazer rede nova, era tudo à mão naquele tempo, não tinha nada na máquina [...] então nós ficava janeiro, só ia começar lá por depois da Festa dos Navegantes.

Para esse ritmo de produção o conhecimento empírico mostrava-se suficiente, não carecendo de formação específica para manter-se uma atividade perene. A situação começou a mudar quando o Estado brasileiro interpretou equilíbrio como estagnação, e decidiu investir na tecnificação da pesca.

Martins (1997, p.42-44) apresenta a posição dos tecnocratas de finais da década de 1960 referente à pesca no Brasil, principalmente a pesca artesanal. Características como “empirismo”, a “improvisação” e a “insegurança” determinariam a realização da atividade, mergulhada em “tradições e superstições”. Citando Costa, Martins descreve:

[...] do ponto de vista técnico, os métodos utilizados são na maioria dos casos, os mais primitivos e rudimentares [...] por falta de habilitação técnica, embora contando com mão de obra numerosa, porém não qualificada [...] trata-se de gente simples, semianalfabeta de estrutura familiar conservadora, possuindo uma mentalidade primitiva e tradicional.

A solução óbvia para os tecnocratas seria a tecnificação, a “racionalização” da pesca, e a conseqüente transformação de uma atividade incipiente em uma indústria de base. Com a proposta de desenvolvimentismo da pesca, o aporte massivo de recursos para investimentos nos processos de captura, industrialização e

comercialização, a capacidade de predação aumentou grandemente, mas não houve a necessária reflexão sobre os limites dessa empreitada. Os pescadores, passando a atender às novas exigências do mercado, se dedicaram a explorar incessantemente os recursos pesqueiros dia e noite, procurando saciar a demanda superdimensionada pelos fartos investimentos públicos.

A carência de uma perspectiva crítica e ciente de limitações representou um dos principais fatores para a derrocada da pesca no estuário. Munidos de equipamentos mais eficientes, interessados em alimentar a indústria crescente, os pescadores estavam privados de uma visão aprofundada dos impactos que sua atividade teria sobre os cardumes do estuário. Seu Paranhos reconhece que

A grande dificuldade nossa foi que naquela época, quando nós começamos a aprender a ser pescador, nós não tínhamos ninguém que nos orientasse a forma de trabalhar sem ferir o meio ambiente. Eu acho que a maior dificuldade que nós encontramos na nossa caminhada foi essa.

Uma das principais deficiências da iniciativa do Estado na proposta de desenvolvimento da pesca foi exatamente a desconsideração da sabedoria dos pescadores locais, sobretudo em relação aos ciclos naturais dos cardumes. Ao se sobrepor o saber técnico-científico ao saber tradicional/local – de um outro tipo, de natureza diferente – ignorou-se a cultura ancestral construída em relação intrínseca à natureza circundante, voltada a ela, adaptando-a e adaptando-se a ela. Como indicam Foladori & Taks (2004, p.326):

[...] a natureza não pode ser considerada como algo externo, a que a sociedade humana se adapta, mas sim em um entorno de coevolução, no qual cada atividade humana implica a emergência de dinâmicas próprias e independentes na natureza externa, ao mesmo tempo que, em um efeito-bumerangue, produz impactos na natureza social e na biologia das populações humanas.

Contribuindo apenas para reproduzir a visão limitada da inesgotabilidade dos recursos pesqueiros no Brasil, as políticas públicas voltadas para a pesca durante fins da década de 1960 não estavam preparadas para lidar com os reflexos negativos de tal transformação. Por um lado, tal postura mostrava a incapacidade dos agentes estatais proponentes de tal política em acompanhar a guinada mundial pela ambientalização das práticas e discursos, e por outro, a displicência com

relação à formação própria do pescador enquanto profissional que se voltaria para esta atividade de base.

A falta de formação e de informação para os pescadores artesanais então se configurou numa razão primeira para a queda de qualidade na pesca do estuário, mas ela está diretamente ligada e interconectada a outros fatores, principalmente à sobrepesca e seu maior impulsionador, a corrida tecnológica direcionada à pesca.

3.3 O desenvolvimento técnico de alternativa a imposição

A pesca na laguna, quando os pescadores-narradores começaram a trabalhar, se realizava basicamente com propulsão a vela e a remo, e utilizava redes de fios de barbante, como já referido. As lembranças que os velhos têm desse período são de uma rudeza do trabalho, de condições de sério desconforto físico para realização das tarefas.

Seu Zé lembra que para aproximar-se da canoa inevitavelmente teria que molhar os pés, e permanecer molhado o dia inteiro, mesmo no inverno. Tal condição acabava por debilitar gravemente a saúde dos pescadores durante a velhice. “[...] Antigamente era pé no chão, pé no chão, os pé ficavam duro igual uma pedra, podia passar uma faca ali que não [...], passava a faca, cortava o dedo e tu não via o dedo”.

A tecnificação da produção pesqueira a partir da Segunda Guerra Mundial (DIEGUES, 1983, p.209) vai pautar um conjunto de novas relações que são estabelecidas entre os pescadores e a laguna na atividade da pesca. Dotados de aparelhos fabricados quase que exclusivamente no local: desde as redes de barbante feitas a mão e remendadas pelos pescadores, as velas e os remos que davam propulsão aos botes, e a confecção destes a partir de madeira de cedro ou pinho, os pescadores artesanais dispunham de muito poucos recursos e tinham de se empenhar muito mais em sua força para realizar as tarefas de pesca. “[...] Antigamente era muito difícil... o jeito era na base do formão, tá compreendendo?”, relata Seu Zé.

O recolhimento das redes era feito de dentro d'água, com água pela cintura, as canoas lanceavam e traziam os cabos até o raso, para que dali pudesse ser feito o cerco. Obviamente quando se tratava de rede de cerco, pois em redes de espera,

como o saco, não há necessidade do arrasto. Seu Major descreve o processo de utilização da rede de trolha sem os botes motorizados, indicando que “[...] a gente lanceava a rede lá no ponto e vinha puxando. Vinha, vinha, medindo a água, mas já sabia dos lugar. Vinha medindo a água, quando a água dava aqui pela cintura, a gente pulava n’água pra colher o peixe né”.

A partir dos investimentos realizados pelas grandes parselhas no aprimoramento de seus apetrechos tem início uma corrida tecnológica na pesca. Duas frentes capitanearam esse movimento: a propulsão e as redes, e houve uma transformação da alternativa de aprimoramento técnico nestas duas áreas em uma imposição para a permanência na realização da atividade no estuário.

Era clara a limitação estabelecida pela utilização das redes de barbante: fragilidade do material, cuidados de manutenção, constante reposição, o que mantinha os pescadores diuturnamente voltados para a boa conservação deste equipamento. O surgimento de um material mais resistente para a confecção das redes aparecia como um aspecto facilitador da prática pesqueira. Conforme Seu Paranhos explicita:

[...] quando veio o náilon ele... ele foi fabri-. Antes começou a ser importado, parece que nos Estados Unidos que veio essa... apareceu esse fio. Ele veio pra nós aqui, aí tirou todo tipo de trabalho que se relacionava com esse negócio, de conservação. Ele podia ficar no sol, podia ficar na chuva, podia ficar como ficasse porque ele tinha uma resistência infinita, uma coisa fantástica.

Os pescadores que contavam com economias guardadas investiram no aprimoramento técnico de suas redes e abandonaram o uso do barbante em detrimento do náilon. A qualidade de seu trabalho aumentou, à medida que era despendido menos tempo com cuidados e manutenção das redes, e em algum tempo os pescadores conseguiram restabelecer seus fundos de segurança.

Mas uma nova tecnologia se mostrou a disposição na confecção das redes: a matéria plástica, e novo investimento os pescadores tiveram que realizar para se manterem atualizados e em nível de concorrência pelo pescado. As vantagens da adoção da matéria plástica eram óbvias: um fio mais duro que os siris e os esporões de bagre tinham mais dificuldade em cortar, e assim resultavam em redes mais duráveis. As obsoletas redes de náilon foram descartadas, e aquele investimento anterior havia sido praticamente posto fora. Nova poupança desfeita para reaparelhar as parselhas.

Processo semelhante se operou com os motores que vieram substituir as velas e os remos dos botes. Assim que surgiram, os motores eram um privilégio das parselhas mais ricas, mas se tornaram uma necessidade diante das novas formas de pescar que surgiram.

Parselhas que dispunham de motores nos botes começavam a apresentar melhores resultados na pescaria. Agora o uso do motor em substituição à força humana tornava mais potentes os lances que davam, não necessitando mais cair n'água para puxar as redes – ao menos não como antes.

Em seu princípio os motores eram utilizados de forma indireta na pescaria, sua fragilidade e pouca potência os tornava quase que inúteis para o arrasto. Seu Manoel refere-se ao motor que seu pai comprou:

[...] meu pai tinha quatro canoa, cinco canoa, comprou, naquele tempo, um motor só, pra rebocar as canoa, motorzinho pequenininho, não tinha força. Aí cada um começou a comprar o motor. [...] a corvina, os cardume batiam, quebravam o pino, o motor parava. [...] uma tainha, os cardume pulavam, batia com a hélice na cabeça duma tainha, quebrava o pino, o motor parava. Eram uns motor arcaico. Com chuva não podia usar o motor, que a parte magnética, as vela, tudo parava.

Tratavam-se de motores de popa movidos a gasolina, que em breve seriam substituídos por motores de centro, de 10HP, 15HP, 20HP, numa corrida exponencial para compor a parselha mais potente. Esse movimento eliminou quase por completo a capacidade autônoma de investimento das parselhas, e o encarecimento da gasolina tornou inviável a manutenção destes equipamentos. Motores a diesel, mais econômicos, se apresentaram como uma alternativa que exigiria mais investimentos, também acompanhando o escalonamento competitivo das tecnologias: motores de 5HP, 7HP, 10HP, 15HP, 20HP, impondo aos pescadores uma corrida para permanecerem competitivos com uma maior capacidade de predação sobre os cardumes.

O livre acesso aos cardumes nesse contexto de competitividade, como exposto por Finco & Abdallah, citando Lewis, anula quaisquer iniciativas de se manter perenes as espécies capturadas, uma vez que amanhã existirão menos cardumes do que existem hoje. Todo o esforço é voltado para a superexploração da pesca, visto que não há garantia de que essa atividade esteja disponível em longo prazo.

Entretanto, esta não é uma característica exclusiva dessa forma de apropriação dos recursos pesqueiros. Marrul (2003, p.68-72) demonstra como as diferentes categorias de propriedade dos recursos pesqueiros podem se mostrar igualmente prejudiciais à perseverança da atividade. Então não se encontraria a manutenção da pesca em longo prazo na privatização destes recursos, como apontam as entrevistas com técnicos da área obtidas por Altmayer (1999, p.103), pois na lógica privada o que conta é a rentabilidade de determinada atividade, e as oscilações de mercado podem conduzir os investimentos a setores que apresentam maior rentabilidade que a pesca, o que “[...] pode incentivar o proprietário dos recursos a realizar, no menor prazo possível, o maior lucro que puder à custa da sobreexplotação do recurso de sua propriedade” (MARRUL, 2003, p.69).

Nesse contexto de reservas à míngua e competitividade na pesca, considerando essa atividade essencial à economia do país, é que o Estado justifica a instauração do Pescart – Plano de Assistência à Pesca Artesanal, que

[...] partia da premissa de que o modo de produzir, a base tecnológica e o sistema de comercialização das pescarias de pequena escala eram atrasados e causadores da pobreza dos pescadores que a praticavam. [...] pretendia modernizá-los ensinando-lhes novas tecnologias de produção, modernizando suas embarcações, sobretudo pela substituição da propulsão à vela, pela motorizada. [...] o capital necessário para tal empreendimento deveria ser oriundo de empréstimos bancários nas mesmas condições praticadas para os pequenos agricultores.

Essa interminável corrida tecnológica levou à intensificação da atividade pesqueira no estuário da Laguna dos Patos, com crescimento da produção e endividamento de pescadores para atender às novas necessidades tecnológicas. O consumo produtivo do pescado impulsionado pelo Decreto-lei 221/67 estimulou ainda mais a exploração dos recursos da laguna, não mais limitados pela capacidade de predação. Motorizadas, as canoas agora podiam atuar constantemente na captura dos cardumes, ao ponto da depleção da laguna.

Analisando por ora apenas a corrida tecnológica das embarcações em seu contexto de absorção estendida de produção, percebe-se que a ditadura da técnica e a pressão por produtividade estabeleceram o ritmo da captura das parelhas e dos pescadores. Antes limitados por sua capacidade física de captura – a força dos pescadores envolvidos na pesca – as parelhas encontravam-se em uma posição de

equilíbrio em relação à produção. Sem este impedimento, e em concorrência direta pelos recursos, o impacto causado foi enorme, ao ponto da sobrepesca.

A crise da pesca na laguna, contudo, não foi resultado apenas do desenvolvimento técnico das forças produtivas na atividade pesqueira. Tal desenvolvimento, desprovido de uma reflexão crítica sobre os limites próprios da exploração e da sobrepesca que possivelmente adviriam de tal movimento, constituiu-se em alavanca para a criação de situação insustentável dentro do estuário. Esta condição exemplifica a intencionalidade que subsidia toda técnica. O desenvolvimento de motores e redes mais eficientes não foram empregados para proporcionar condições dos pescadores estabelecerem uma relação equilibrada entre si e com a laguna, mas dar início a uma competição tecnológica que teria como fim último a alimentação dessa indústria voraz que se estabeleceu estimulada pelas políticas públicas para a pesca.

A técnica, então, dividiu os pescadores entre aqueles que dispunham dos meios para participar da pesca, tornada cada vez mais excludente, e aqueles que não dispunham destes meios. Milton Santos (2009, p.25) refere-se às técnicas como famílias.

Ao surgir uma nova família de técnicas, as outras não desaparecem. Continuam existindo, mas o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos. Quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual.

Nesse sentido, operou-se um reajuste dos modos de produção, em que os pescadores tiveram que adaptar-se à concorrência tecnológica para se manterem vivos na disputa pelos recursos. Novos protagonistas surgiram para estimular esse caminho, as indústrias de pesca, mas as condições de vida dos pescadores não foram muito alteradas com esse aporte técnico. Seu Paranhos confidencia, admirado, o empenho excessivamente destruidor da produção de pescado a partir de inícios da década de 1970: “[...] com essas facilidades que a gente começou a adquirir, nós começamos a capturar muito mais, muito mais. E... mas a coisa não melhorou não”. Obedecendo à imposição da técnica, alcançou-se uma situação de desequilíbrio na captura do pescado.

3.4 Desequilíbrio, superdimensionamento e o caso do resíduo

O decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, tratado em diversas pesquisas referentes à pesca e seus impactos socioambientais, ofereceu a empresas que estivessem interessadas em explorar a pesca reduções tributárias para investimentos em seus projetos pesqueiros e a isenção aos impostos de importação e de renda de atividades vinculadas à pesca.

Essa política pública desenvolvimentista acabou por superdimensionar a capacidade de absorção da produção dos pescadores artesanais por parte das indústrias. Ao ampliar suas plantas industriais, e com a criação de novas plantas¹⁵, as indústrias pesqueiras estimularam o esforço exercido pelos pescadores e a multiplicação do número de pescadores atuantes no estuário. Carente de investimentos e empreendimentos que absorvessem a mão de obra disponível no município, São José do Norte contava exclusivamente com a pesca e com a cultura da cebola como atividades econômicas majoritárias. A pesca era vista como salvação pelos pescadores.

Seu Zé constata isso indicando que:

[...] não é diminuindo, é que aumenta muito pescador, por que a população vai aumentando, negócio de emprego. Tu quer ver aqui no Norte... aqui no Norte não tem, não tem outro emprego a não ser a pescaria. Quando chega o tempo todo mundo vai pra pescaria, todo mundo, por que não tem emprego.

As baixas exigências para a profissionalização dos pescadores contribuíam muito para esse quadro, uma vez que a formação se dava basicamente in loco, empiricamente. Seu Paranhos reconhece que “[...] em determinado tempo ser pescador era vontade de muita gente”. Houve então uma confluência de pescadores no estuário.

O aumento da demanda, o desenvolvimento técnico das parselhas e a falta de uma percepção de limites à exploração comprometeu integralmente a pesca na

¹⁵ Martins (1997, p.28) aponta que para finais da década de 1970 a indústria pesqueira empregava cerca de 11,63% da população riograndina. Em São José do Norte, WYSE, Rosângela de Fátima Coelho. **A atividade industrial no município de São José do Norte no período de 1940-1995**. Rio Grande: FURG, 2000, p.28 aponta a instalação de três indústrias – Confrio, Frigoría e Moura – que, gozando dos benefícios do Decreto-lei 221, empregavam, juntas, mais de 1200 pessoas.

laguna. Houve um desequilíbrio entre os ritmos dos cardumes e do estuário em sua reprodução, e o ritmo de absorção da produção por parte da indústria. Os pescadores-narradores explicam tal movimento.



Figura 10 - Embarcações atracadas às margens da laguna.

Fonte: Arquivo pessoal

Tradicionalmente os pescadores eram limitados pela demanda em sua capacidade de predação. O não ter para quem vender impedia uma ampliação do esforço. A pesca das espécies que procuravam o estuário para desovar, como o bagre, e que vinham crescer a ova, como a tainha, até então não representava grande risco para a manutenção dos cardumes. A autorregulação estabelecida pelos próprios pescadores, que tomavam o período de Natal até a Festa de Navegantes para reparo dos equipamentos, tinha seus reflexos na limitação da predação sobre os cardumes.

A ampliação das indústrias e de sua absorção da produção artesanal retirou estas limitações. Agora elas estavam dispostas a comprar mais e comprar o ano todo. O aumento do número de pescadores e sua aparelhagem moderna tentaram dar conta dessa demanda, que parecia interminável. O que antes podia se considerar como equilibrado, pois os costumes e o baixo desenvolvimento da força produtiva tornavam isso possível, se desequilibrou. O esforço insistente sobre os cardumes em sua época de reprodução exauriu de maneira irrecuperável o potencial pesqueiro do estuário.

Os lances, muito embora fossem abundantes ao se retirar as redes de dentro d'água, esbarravam no interesse demonstrado pelo mercado. Nem todos os peixes

capturados eram comercializados. As indústrias tinham preferências bastantes exclusivas ditadas pelas tendências de consumo do mercado exportador. Seu Paranhos, trabalhando na pesca empresarial-capitalista nessa época, lembra da seleção realizada dentro do barco: “[...] teve ocasião em que eu botava em cima do convés do barco dez tonelada de peixe pra aproveitar um, às vezes. As outras nove toneladas jogava borda afora. [...] Nós colocávamos aquele convés daquele barco abarrotado de peixe”.

Esse percentual de 10% de aproveitamento foi agravado com a adoção da trolha, classificada como assassina por Seu Major. A trolha é uma rede de arrasto potencialmente perigosa, pois revolve todo o fundo da laguna, atacando indistintamente peixes grandes e pequenos, foi desenvolvida para maximizar a capacidade de capturas dos pescadores por lance. Não fazendo distinção entre o peixe graúdo e o miúdo, a trolha representava o máximo em eficiência e em destruição do ambiente estuarino. Seu Major denuncia o potencial destruidor da trolha:

[...] Esta trolha é desastrosa. Agora eles mudaram a malha, o governo bateu em cima eles mudaram a malha né. Mas assim mesmo vem, assim mesmo mata miúdo, porque ela é uma rede muito grande. Agora eles têm não sei quantos mil metros de... então tem no centro da rede, o governo obrigou eles a botar malha mais graúda né, mas conforme eles vêm arrastando três, quatro horas o peixe daquela malha que tá ali dentro do cerco, ele vai malhando, então vai tapando. Quando chega na hora de cercar, a malha dum parte é miúda, mas lá o sacador é mais graúda, mas chega lá ele já tá cheio de peixe malhado. Tais entendendo?

Embora a trolha tenha aumentado a capacidade de captura, ela também aumentou o descarte do peixe sem valor de troca. Mais espécimes rejeitados foram capturados, diminuindo os cardumes sem poder comercializá-los. Apesar dessa situação representar por si só sério quadro de sobrepesca, ela foi potencialmente agravada com a absorção do resíduo.

O resíduo, de acordo com Seu Major, seria o excedente dos peixes capturados que ficavam fora da classificação estipulada pelas indústrias como o espécime médio entre os cardumes, muito pequenos para serem comprados a preço de mercado.

[...] aquele que não servia chamava de resíduo. Que naquele tempo botavam eles fora mesmo, depois que foi, nem lembro, a primeira fábrica de adubo a ser feito foi a Pescal, foi a Pescal que fez a

primeira fábrica. Então todo mundo mandava lá pra eles, preço razoável, ia botar fora no mar de volta, botava noutra lugar, vendia lá.

Absorvendo também o peixe fora de classificação, as indústrias elevavam a exploração dos recursos pesqueiros, pois o que serviria para evitar o desperdício acabou se tornando foco de muitas pescarias. Começou-se a pescar só para o resíduo. Seu Major, mais uma vez, se expressa:

Aquele resíduo, se não tivesse quem comprasse o resíduo, a gente já não ia pescar, sabendo que já fazia malha miúda pra pescar o resíduo, que ele já vinha. Pra nós não importava. Pescava tudo que pudesse, pra eles fábrica é lucro, que ficava quase de graça.

Essa constatação revela muitas coisas a respeito da gestão pesqueira realizada durante o ímpeto desenvolvimentista das décadas de 1960-1980. A lógica da produção impera na economia, e os pescadores não se encontram fora dela. Seu Paranhos reconhece que “Hoje eu até teria até que dar uma desculpa pro patrão por que tinha produzido pouco, por que tinha trazido pouco. Mas ninguém se importava, pescador não se importava muito com isso também. Ele quer, nem que tenha que botar fora, ele mata e bota fora”.

As indústrias, entretanto, gozavam de certa blindagem proporcionada pela liberdade de mercado. A fiscalização se dá principalmente sobre a extração, enquanto que a compra desse produto consegue ser emaranhada pela legitimidade da atividade industrial. De fato, Seu Major faz uma pergunta que compromete a idoneidade da atividade da indústria pesqueira da época e da eficiência das agências de fiscalização: “[...] Se não querem que pesque, por que que deixa a fábrica comprar?”

Além da falta de determinação de limites, o Estado foi parcial em sua política de fiscalização. Se grande parte da expansão da pesca e da exploração dos recursos pesqueiros se deu pela flexibilização e estímulo à exploração da pesca como atividade básica, sua limitação também adviria desse meio.



Figura 11 - Interior em ruínas da indústria Moura em São José do Norte

Fonte: Arquivo de José Fernando da Silveira Costa



Figura 12 - Equipamentos destruídos no interior da indústria Moura

Fonte: Arquivo de José Fernando da Silveira Costa

Esse contexto da pesca no estuário da Laguna dos Patos explica de forma bastante enfática o que Henri Acselrad (2006, p.119-120) chama de desespero econômico. Nessa linha,

[...] para os grupos sociais aprisionados no circuito segmentar de risco sobreviria uma superposição de males econômicos e ambientais, não porque as comunidades pobres sejam menos preocupadas com a proteção de sua saúde e seu ambiente, mas sim pelo fato de as mesmas deterem menor grau de liberdade para agir de acordo com suas preocupações ambientais e de saúde quando defrontadas com as consequências de uma destituição acentuada. [...] Sob tal condição, tais comunidades pobres e trabalhadoras se sentiriam coagidas a aceitar quaisquer iniciativas de desenvolvimento econômico que lhes prometa algum aumento na oferta local de emprego.

Assim, os pescadores artesanais, vendo se alterar seu antigo modo de organização produtiva, a grande parelha, para uma forma mais ágil e menos volumosa, além da corrida tecnológica para aparelhamento em motores e redes novos, acabam recorrendo também à pesca embarcada como proeiros. O ritmo de exploração dessa pesca que começa a se configurar no início dos anos 1970 obedece ao compasso do mercado global, que exige dos trabalhadores locais uma adaptação. Mais e mais rápido, o quanto antes e ao máximo. A pesca começa a entrar numa cadência insustentável conduzida pelos interesses globais, onde também se fizeram sentir os conflitos pela água.

3.5 Os conflitos e as águas: poluição, riscos e embates territoriais

A pesca evidentemente não é a única atividade produtiva que estabelece relações com a Laguna dos Patos, e entre estas atividades, não é a que mobiliza os maiores recursos e capitais. Os pescadores artesanais do estuário estão em contato, mais ou menos imediato dependendo do caso, com as movimentações do porto do Rio Grande, com as indústrias instaladas na Barra, com os arroteiros que produzem em áreas mais ao norte dentro da laguna, e com a pesca embarcada que acaba afetando a atividade artesanal.

Com todas estas atividades a pesca artesanal estabelece relações conflitivas, pois cada movimento feito tem seus reflexos diretamente sentidos pelos pescadores artesanais. Por dependerem de forma exclusiva da pesca, e por o ambiente em que se dá esta atividade tratar-se de um ecossistema sensível a alterações, os pescadores normalmente constituem o grupo mais afetado na rede de relações em torno do estuário.

Obviamente o interlocutor mais influente e mais poderoso nesta disputa de interesses trata-se do porto do Rio Grande, capaz de envolver-se e mobilizar obras para sua ampliação e manutenção. Apesar dessa característica, o porto não atua,

nas narrativas dos pescadores, como protagonista na crise da pesca, ocupando um papel secundário, quase um espectador¹⁶.

Entretanto, no que diz respeito a outras modalidades de pesca, as opiniões são bastante claras. Seu Manoel é capaz de elencar a população do mar que afeta direta ou indiretamente a reprodução dos cardumes no estuário:

[...] os cardume tão aqui pra emigrar pra Barra, se nós temo aqui uma frota de artesanal de barco de emalhe, nós temo uma frota de barco de arrasto, nós temo outra frota de barco camaroeiro aqui, como é que esses cardumes vão chegar aqui nesses oitocentos metro pra entrar? É difícil. Aqui é oitocentos metro. Se esse cardume é atacado aqui, atacado aqui, atacado ali, como é que ele vai migrar pra cá?

De fato, pode-se elencar a traineira e as demais embarcações de pesca costeira como competidoras vorazes da pesca artesanal, que são mais bem aparelhadas, mais abrangentes e com maior capacidade de predação. Por a produtividade da pesca artesanal estar diretamente ligada à capacidade dos cardumes adentrarem a boca da barra, qualquer efeito exercido sobre estes cardumes atingiria inevitavelmente os pescadores do estuário.

Seu Manoel lembra de seu pai lhe contar sobre a introdução dos barcos pesqueiros em Portugal e das primeiras embarcações a chegar em Rio Grande:

[...] Eu, o meu pai conversava comigo, quando chegou os primeiro barco de pesca aqui no Rio Grande, o Albamar e o Brisamar, feito pela empresa Leal Santos. Os portugueses: meu tio, meu irmão mais velho, Domingos, já é morto, eles começaram a se reunir e diziam que [...] a pesca no Rio Grande ia começar a sofrer danos, porque Portugal, eles vieram de lá, a pesca também já tá sendo pelo barco de pesca, a pesca industrial. E aconteceu isso.

Primeiramente de forma limitada, dado o custo que se tinha para aparelhar um barco de pesca costeira, mas proliferando-se rapidamente¹⁷ com subsídios governamentais, as traineiras competiam pelos mesmos recursos pesqueiros explorados pelos artesanais. Pereira (2006, p.130-136) destaca um dos inúmeros

¹⁶ Ultimamente a Câmara de Vereadores de São José do Norte mostra-se preocupada com os impactos que a ampliação dos molhes da Barra pode ter sobre a pesca artesanal na região. Informações em <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=9&n=9618>.

¹⁷ Martins (1997, p.112) apresenta o avanço da frota costeira no Atlântico Sul, chegando em 1952 ao Albardão, à costa de Montevidéu em 1953, em 1960 na latitude 40° Sul, e em 1973 expedições exploratórias nas águas limítrofes nas Ilhas Malvinas.

conflitos que se dão entre a pesca costeira empresarial-capitalista e a pesca artesanal estuarina. A autora destaca que:

[...] Interessante ressaltar aqui é o processo de embate que se deu e a necessidade do Estado se posicionar. Na verdade, está longe de ser uma questão preservacionista das espécies, mas muito além disso, é uma forma de preservar a cultura regional e proteger toda uma classe de trabalhadores da pesca que dependem dela para sua sobrevivência, sem ter a capacidade de deslocamento das traineiras, por conta de seu poder econômico.

Além da questão do acesso desobstruído que os cardumes devem ter para alcançar o interior do estuário e realizar seu ciclo de vida, outro fator influi decisivamente para a entrada na boca da barra: a salinidade da laguna.

O processo da pesca artesanal depende da entrada de água salgada no interior da laguna, e com ela os cardumes e larvas de camarão. Especialmente para este último, chuvas intensas nos meses de dezembro e janeiro representam uma safra ruim de camarão. A água salgada então se torna uma necessidade para a realização da pesca no estuário. Seu Zé explicita essa característica:

[...] Quando é água salgada, dá tainha, dá camarão, cria todo peixe, todo peixinho ele cria na lagoa. Cria por todo lado aqui, por aquelas praias ali. Olha, nessa nossa praia aqui, você vê mantas e mantas de peixinho miúdo assim – quando é água salgada. Aqui na prainha assim, tudo nascendo assim.

Explícita fica também a diferença que há quando Seu Zé compara a água salgada, “azulzinha”, “clarinha”, com a água doce, “suja”, “um veneno”, associada à pobreza e à miséria.

Mas não apenas do regime de chuvas depende a boa pescaria. A permanência da água doce no estuário tem razões um tanto mais complexas, pois mais fatores influem em sua realização. A existência de barragens que utilizam a água que desemboca na laguna para uso nas lavouras de arroz impede que a laguna tenha uma vazão suficiente para que esvazie a água doce, ajudada pelo vento nordeste, para depois encher com água salgada, empurrada pelo rebojo.

Uma imagem evocada por Seu Major representa muito bem a situação: a água na caixa.

[...] As barragem trancaram a água, tá entendendo? Então a água tá na caixa, não corre, ela fica na dela, que cá em cima ela tá trancada. Quando eu era guri, que peguei a pescar, aquela água vinha tudo pra

fora, então secava. Agora não, trancaram aqui. Quer dizer que essa água que fica aqui dentro, se não der vento forte pra tirar ela, ela fica no ponto. Ela vaza, ela enche. Mas não seca de um tudo pra entrar o camarão.

A falta de movimento nas águas da laguna estabelece esse padrão estagnado da vazante e da enchente. Sem correnteza para botar para fora da boca da barra a água doce, a água salgada não consegue entrar, e a salinidade não adentra o estuário.

O conflito que existe entre arroteiros e pescadores se dá nestes termos. Ao criarem barragens para utilizar a água de córregos, arroios e rios na inundação das lavouras, os arroteiros influem na força da correnteza da vazante do estuário. Quando precisam secar os campos e descartar aquela água, deixam escapar um tanto daquela água represada, que não é suficiente para esvaziar a laguna e ainda vem adicionada com todo tipo de agrotóxico utilizado na lavoura de arroz. Nesse ponto os conflitos entre pescadores e arroteiros, e pescadores e industriais convergem.

O despejo de produtos poluentes – sejam agrotóxicos ou resíduos industriais – na laguna também teve seu reflexo na pesca. De fato, para Seu Manoel, a boca da barra é o destino da maioria dos rejeitos que são depositados em toda a laguna.

[...] A boca da barra é o fim do esgoto do Rio Grande do Sul. Ali é o fim do esgoto do estado do Rio Grande do Sul. Queira ou não queira ali sai, ali a poluição sai. Essas indústria tudo soltam na lagoa, e a lagoa solta onde? Os rios solta pra lagoa, e a lagoa vai soltar onde? Embora venha ficando algum resíduo no solo da lagoa, mas o que sai por cima sai ali.

Então a boca da barra e todo o complexo estuarino veem o trânsito de poluição e lixo propriamente dito, descartado principalmente em cidades que se encontram às margens da Costa Doce. Martins (1997, p.119) indica que para o final da década de 1970, com a consolidação do parque industrial, os totais para o máximo tolerável de alguns metais pesados encontravam-se drasticamente alterados: “[...] cobre 32 vezes; mercúrio 8,9 vezes; chegando excepcionalmente a 300 vezes; chumbo 10 vezes; fenóis 36,8 vezes no Saco da Mangueira e 75,2 vezes no Canal de Acesso”.

Tal situação podia ser percebida nos próprios peixes pescados, uma vez que sua conservação era afetada após a captura. A apresentação de características comprometedoras, como o branqueamento das guelras após pouco tempo da

captura, eram notadas em diversas espécies. O caso da tainha talvez seja o mais representativo dessa condição de poluição das águas da laguna. Seu Major explica que:

[...] tem vez que a tainha vem e vai soltando a barrigueira, a espinha da barriga, da poluição. Que a tainha é um peixe que ela come areia, o lixo do mar, por que ela tem a moela né. Todo peixe que tem moela come areia. [...] Mas o que tem moela ele come areia. Abre uma moela da tainha tá cheia de areia. Aí depois sai nas fezes né. É onde ela pega mais a poluição, que essa poluição senta no fundo d'água.

A disposição de rejeitos da produção, seja ela industrial ou agrícola, na laguna acaba afetando estas populações que vivem do contato direto com as águas e retiram dela seu sustento. Como as indústrias e os arroteiros relacionam-se com a laguna apenas no que diz respeito à disposição de seus resíduos, esta se torna, aos olhos deles, um local destinado aos rejeitos, um local rejeitado. Ao mesmo tempo, para os pescadores artesanais é local de produção e reprodução da vida, fonte de riqueza que se encontra em estado deplorável, submetido a um ritmo desastroso e carente de condições de restabilização.

Isso leva a refletir sobre a distinção que se dá entre proveitos e rejeitos, entre quem fica com as benesses da produção e quem tem que lidar com seus rejeitos. Respeitando os ritmos próprios da globalização, aprofundada na região pelo acesso à pesca por parte de agentes do capital extraterritorial estimulados por políticas públicas, a extração e abdução dos proveitos, os produtos e mercadorias advindos da atividade pesqueira no estuário e na costa sul brasileira, por parte destes agentes extralocais demarcou bem a quem compete o quê dentro do contexto da globalização neoliberal.

As riquezas naturais que o estuário oferecia em sua maioria foram exploradas e apropriadas pelos detentores dos meios de produção, empresários capitalistas que se lançavam na aventura de montar uma indústria pesqueira, muitas vezes sem competência para tal empreitada. O que sobrou depois da falência dessas iniciativas foi a laguna superexplorada, sendo que a oscilação da produção pesqueira indica essa defasagem.

Abdallah e Bacha (1999) apresentam números significativos desta atividade para o Brasil, sendo que entre 1960, produzidas 281.512 toneladas de pescado, e 1967 – ano de implementação do Decreto-Lei 221 – houve um aumento de pouco mais de 50%, 429.422 toneladas para o último ano. Entre 1967 e 1974 houve um

aumento de 90% na produção, 815.720 toneladas, sendo que só o município de Rio Grande foi responsável por 9% dessa produção, ou seja, 73.852 toneladas, 88% do total produzido no Rio Grande do Sul (FINCO & ABDALLAH, 2001). A partir do ano de 1988 os totais capturados começam a diminuir, sendo que para este ano, em comparação ao ano anterior, há um decréscimo de 104,3 toneladas para o Brasil.

Aos habitantes do local couberam os rejeitos, ou a laguna rejeitada, legítima divisão dentro da lógica capitalista e desenvolvimentista hegemônica durante as décadas de 1970 e 1980. Porto-Gonçalves (2006, p.132) explicita o movimento que se fez sentir nessa separação entre proveitos e rejeitos:

[...] se dissocia (*des-loca-se*), o *lugar* da extração do *lugar* de transformação (consumo produtivo) e do *lugar* de consumo, e como os *lugares* não existem a não ser por meio das relações sociais e de poder que os constituem – não existem lugares em si –, a separação entre os *lugares* de extração e os *lugares* de transformação e lugares de consumo é, no mesmo movimento, separação entre os que produzem e os que consomem; entre quem fica com os proveitos e quem fica com os rejeitos.

Os pescadores artesanais do estuário da Laguna dos Patos construíram sua relação com o ambiente considerando as limitações que existiram em sua constituição enquanto grupo, desde os tempos das grandes parselhas até o surto desenvolvimentista ocorrido em fins da década de 1960. A pouca consideração com a formação profissional do pescador, os valores globalizados da produção para um mercado externo, o tecnicismo e os conflitos pela água compõem o arcabouço de experiências significativas destes sujeitos. Entretanto, os velhos pescadores-narradores, quando contam suas histórias de vida, quando realizam suas narrativas, rememorando sua experiência, a fazem de forma a indicar ao interlocutor os conselhos que têm a dar, deixando transparecer sua sabedoria, a sabedoria conquistada através da experiência de décadas e da visão em perspectiva que apenas a vida pode oferecer. A todos esses problemas relacionados à pesca, eles oferecem seus conselhos, e esses conselhos visam à sustentabilidade da pesca.

4 A PROFUNDIDADE DAS NARRATIVAS: SABEDORIA, SUSTENTABILIDADE E O SUJEITO ECOLÓGICO

A pesquisa em Educação Ambiental envolvendo Histórias de Vida de velhos pescadores artesanais não pode prescindir de uma reflexão básica: quais são as propostas para sustentabilidade da pesca apresentadas pelos pescadores?

Tendo por base este questionamento, o presente capítulo tratará da visão de sustentabilidade apresentada pelos velhos pescadores artesanais e de como a noção de sujeito ecológico pode ser enriquecida com a profundidade de suas narrativas de vida, principiando pela construção de uma justificativa que coloca estes velhos pescadores entre os sujeitos capacitados a empreender este tipo de discussão, como portadores de uma sabedoria e de uma experiência de vida enriquecedoras.

4.1 O pescador como narrador

A pesquisa com Histórias de Vida envolve a narrativa destas histórias por parte dos sujeitos que as experienciaram e as construíram. Estes são os narradores. A partir do conceito densamente elaborado por Walter Benjamin (1994, p.197-221) sobre esse sujeito, pode-se refletir sobre sua existência entre os pescadores artesanais do estuário da Laguna dos Patos, sua presença atualizada e sua função entre o seu grupo de convivência.

O narrador é o sujeito que se configura como o portador e o reproduzidor da sabedoria da tradição, aquele que, tendo vivido em determinado meio, neste caso o dos pescadores artesanais, conseguiu compreender as lições e os ensinamentos que a vida lhe ofereceu. Ele carrega consigo, a partir das proposições de Benjamin (1994, p.198), uma definição entre duas categorias, o narrador de fora e o narrador de dentro do grupo.

[...] “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. [...] Um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante.

O narrador encontra-se entre essas duas referências e se constrói tornando-se um híbrido delas. Conforme Pereira (2005, p.76):

[...] Ambos têm o que contar, ambos são capazes de narrar e compartilhar experiências. O que os diferencia é tão somente a proveniência de seus conhecimentos, a *dimensão* sobre a qual se cultivariam fundamentalmente estas experiências – que não se excluem mutuamente, mas apenas preponderam, nessas figuras em particular, uma sobre a outra, quais sejam: a do camponês sobre o tempo (interiorização) e a do marinheiro sobre o espaço (exteriorização).

Os pescadores apresentam uma relação espaço-temporal singular, relativo à tensão e articulação entre dois meios: o terrestre e o aquático (marítimo). Para os pescadores artesanais há ainda o espaço de liminaridade, o “entre lugares”, que representa à beira da praia.

As descrições apresentadas por Seu Zé, por exemplo, conjugam um aprofundamento espaço-temporal em sua narrativa, de um tempo distante, o momento vivido pelos pescadores durante a atividade antes da vigência da Lei da Pesca e da globalização da laguna, e de um local distante, a Ilha da Feitoria, com suas figueiras e galpões, com o desmalhe e o trabalho recompensador; Seu Paranhos destaca a pesca frutuosa e o declínio de seus resultados, destacando a existência de um tempo de fartura e um tempo de crise na pesca no estuário, bem como sua experiência como mestre de cabotagem e as navegações que fez pelo Nordeste do país, vislumbrando outras temporalidades, outros espaços; Seu Major menciona as duas circunavegações pela laguna, e também a visão que os filhos do bagre deixando a boca do progenitor emalhado lhe evocava; Seu Manoel lembra de seu pai relatando a chegada dos primeiros barcos de pesca trazidos pela firma Leal Santos e as transformações vivenciadas por seus familiares em Portugal, das hélices dos Lloyd fatiando as miragaias e dos barcos de pesca que vinham do Rio de Janeiro, Getúlio Vargas e Santafé.

Tanto o afastamento espacial quanto o temporal são reduzidos pelas narrativas desses velhos pescadores que experienciaram em suas vidas outros

tempos e outros lugares, distantes da atualidade presente. Suas histórias de vida são entrecidas com os fios de aconselhamento que apenas a visão em perspectiva possibilita, sem pressa, mais preocupada com a forma em si que a narrativa toma do que com a exatidão pura do relato.

Nesse sentido se pode perceber como Walter Benjamin destaca (1994, p.205), que a narrativa é uma “forma artesanal de comunicação”. Ela carrega muito do narrador e de sua vida, das histórias que ouviu e das coisas que viu, e também exige do ouvinte sua parcela de participação. Não raras foram as vezes que foram evocados os antigos, os falecidos, como fonte de informação para as narrativas e testemunhas de fé das palavras dos narradores. Seu Manoel constantemente evocava o pai e os irmãos como informantes, apropriando-se de suas narrativas para construir a sua própria. “Naquele tempo a pesca, eu nem era nascido ainda, meus irmãos que falavam isso pra mim, e o meu pai, a minha mãe, a pesca era explorada num tipo muito arcaico naquela época”.

Do mesmo modo, Seu Zé constantemente conferia os rumos de sua narrativa com um: “tais compreendendo?”, verificando o acompanhamento do ouvinte à sua narrativa. Pereira (2006, p.77-78) destaca que:

[...] a experiência de que e com que trata o narrador é a experiência da tradição como um todo, da tradição incorporada à sua experiência, é *experiência inteira*. A obra do narrador se compõe do acolhimento de experiências diversas que constituem a trama da tradição: a sua experiência, a experiência daqueles que ele ouviu e também a experiência daqueles a quem sua obra se dirige.

Experiência, nesse sentido, tratada por Benjamin como *Erfahrung* (uma experiência vivida coletivamente, em contraposição a *Erlebnisse*, ou a experiência vivida isoladamente), seria o estofado das narrativas. Seria a própria vida humana em interação com os grupos aos quais pertence. A experiência dos pescadores artesanais conjuga imagens de terra e mar, atividades realizadas em conjunto, a busca no grupo por testemunhos para a veracidade do que é dito.

As narrativas dos pescadores, não obedecendo aos velozes ritmos industriais, mais afeitas à lentidão artesanal, carregam em si muito mais do que apenas relatos factuais do que se viveu, mas a sabedoria conquistada pela experiência. Elas adquirem um caráter prático e funcional que extrapola o ato em si de narrar, uma formação. “[...] As histórias do narrador tradicional não são simplesmente ouvidas ou lidas, porém escutadas e seguidas; elas acarretam uma verdadeira formação

(*Bildung*), válida para todos os indivíduos de uma mesma coletividade” (GAGNEBIN Apud PEREIRA, 2006, p.75).

Assim, as narrativas dos velhos pescadores são plenas de sentido para a formação das gerações seguintes de novos pescadores explicando, sempre que possível, aspectos da atividade: seja nas características manifestadas pelos cardumes na laguna, na forma de abordar a manta de tainha, nas épocas de entrada, saída e reprodução de cada espécie; seja nas maneiras de formar que levam em conta a própria reprodução do grupo, formas de interação com a laguna que levem em conta a perenidade da atividade pesqueira. Esta seria a sabedoria dos pescadores artesanais.

4.2 A sabedoria do velho pescador-narrador e o mundo contemporâneo

Walter Benjamin é categórico ao afirmar que “[...] o conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria” (1994, p.200). Isso quer dizer que sábio é aquele que compreende seu ambiente, seu grupo, identifica suas limitações e reflete sobre formas de como superá-las. Conforme expõe Tiburi (apud Pereira, 2006, p.71), a sabedoria não é apenas

[...] um conteúdo subjetivo ou objetivo, mas também uma forma de relação com o mundo ou o outro, inimiga da pressa e do imediatismo. Por isso, ela é o elemento presente na narração, a qual envolve a compreensão das camadas mais escondidas do existir.

A vida, desde os primeiros anos da adolescência, envolvida na pesca artesanal legou a estes pescadores a sabedoria do mar, o conhecimento de seus segredos, a compreensão e interpretação de seus sinais, as formas de explicar e se relacionar com todo um universo representativo que está sendo construído há décadas no local.

Pereira (2006, p.79) coloca que o saber dos narradores

[...] não é meramente técnico nem tampouco um saber de si autorreferencial. Sua sabedoria implica no conhecimento histórico de formação de si em meio a um coletivo, do conhecimento das práticas, dos ritos e valores compartilhados e transmitidos pela tradição aos indivíduos.

É perfeitamente possível identificar estes aspectos nas narrativas de história de vida dos pescadores-narradores, e aqui se volta a um dos valores mais prezados por eles: a família. Todos eles são herdeiros de famílias de pescadores, com pais pescadores e donos de parselhas, grandes núcleos aos quais recorrem para tecer suas narrativas. “[...] O meu pai era pescador, a minha família era toda pescadora, tivemos que entrar na pescaria”, diz Seu Zé quando lembra de suas origens.

Seu Paranhos enfatiza: “[...] Eu acho que o interesse pela pesca vem quando a gente já nasce e traz do pai aquele caminho né. Aí nasce aquele interesse: ‘Ah, eu vou ser pescador como meu pai’. Pai sempre é a referência né”. Mais do que uma referência, no entanto, a figura do pai inspira admiração, um modelo de virtude e valor. Quando refletindo sobre o desperdício e a sobrepesca, Seu Paranhos se lembra da lição do pai sobre equilíbrio na atividade.

[...] Às vezes nós saíamos de casa e o meu pai dizia: “Vocês vão lá, botem o saco até as nove horas da noite. Nove horas vocês levantem tudo e venham pra casa. Por que senão amanhã nós não temos onde vender”. E era comum isso acontecer. Às vezes não facilitava um pouquinho né. “Ah, o pai disse que nove horas nós tivesse tirado as rede, aquele negócio, pra não matar mais camarão”. Mas sabe como é, gurizão novo, meio cansado, chegava lá, deitava a cabeça lá, momento praquilo não dá. Quando se dava de conta que ia lá nas redes, já tava estufado aquilo. Aí tinha que abrir e botar fora.

Bastante presente na narrativa de Seu Major é seu irmão, Seu Russo, caracterizado como um sujeito de visão do contexto global e local nas relações estabelecidas em torno da problemática ambiental (ADOMILLI, 2007, p.204). Pescador, Seu Russo era detentor de visão aguçadíssima. “[...] O meu irmão que era o falecido Russo, nem sei se chegasse a conhecer ou não, ele enxergava o peixe um colosso, tinha uma vista que era um colosso. Ah, enxergava o bagrinho ou outro peixe de longe, longe assim, enxergava”.

A postura de Seu Russo diante da depleção dos cardumes também foi evidenciada.

Ah, dava muito camarão, barbaridade, e tamanho bom. Agora, além de dar pouco, ainda dá pequeno. Agora no momento que ele pega a crescer já eles vão e pescam. [...] Se eles puder matar pra botar fora... eu sei porque já passou por mim. O meu irmão não, depois que ele cresceu, pegou a estudar, ele não deixava né. ‘Ah, esse peixe no mar’.

Na família de Seu Manoel, todo o núcleo estava voltado para a atividade pesqueira.

[...] A pesca iniciou, com meu pai e meus irmão mais velho tudo pescador. Eram dez irmão, oito homem e duas mulher. Duas casaram com pescador, uma casou com filho de português, pescava até aqui; e a outra casou com um catarina que veio de Santa Catarina muito novo.

O conhecimento das práticas inerentes ao grupo, seus ritos e seus valores compartilhados, como a memória da Ilha da Feitoria, explicitados durante o capítulo 2, constituem a base da tradição dos pescadores artesanais, imagens de uma memória coletiva representativa de um tempo de pescarias épicas, de um tempo quase mítico se comparado aos dias de hoje na pesca da laguna.

Walter Benjamin, em 1936, vislumbrava a morte da narrativa, expressão da sabedoria, visto que o trabalho artesanal perdia espaço para a indústria. Os ritmos se aceleravam, e a natureza foi sendo submetida a estes ritmos. Se antes podia haver uma autorregulação na capacidade de explorar os cardumes, como explicou Seu Manoel quando se referiu à interrupção que havia na pesca “entre o Natal e Navegantes”, a partir da globalização da laguna a norma era velocidade, imposição de um ritmo frenético desconsiderando as variáveis ambientais.

No contexto da pesca artesanal no estuário da Laguna dos Patos o modo de interação estabelecido entre pescadores e cardumes foi considerado defasado, carecendo de atualização tecnológica. Este incremento, por sua vez, representou a defasagem dos conhecimentos tradicionais. A sonda é representante dessa tecnologia alienante, e Seu Zé explica seu funcionamento:

Tem um troço lá embaixo, que acusa... e aí a sonda é uma televisãozinha que acusa os caras que já tá mais ou menos acostumado. Aí vai, quando acusa o cara lanceia. Hoje em dia é assim, tudo é pescaria moderna, não é mais como antigamente. Antigamente a gente passava por cima do peixe e não via nada né. Hoje não, hoje a pessoa só lanceia quando aparece o peixe. Cadê o peixe. Aparece a sinquinha. Muitas vezes o cara não sabe que peixe é. Claro. Ele só vai descobrir quando lanceia.

Essas sondas aí... corvina dava de montão... agora não mata mais nada, escorraça o peixe. Você sabe que quanto mais, quanto mais que aparece, é pra estoporar com tudo. Essas sondas vai diminuir... ah é, isso aí, vou dizer uma coisa: isso aí é muito bom mas eu vou lhe dizer uma coisa, isso escorraça tudo. Ela dá... choque em baixo, tá compreendendo?

Isso aí eu vou dizer uma coisa: todo mundo tem sonda agora. Por que a gente geralmente passava por cima do peixe e não via o peixe. Esse peixe é peixe de fundo, não é igual à tainha. A tainha quando tá pulando você tá vendo, mas quando ela vem no fundo, a tainha, você também vê na sonda.

Essa descrição da sonda demonstra o quanto a intermediação técnica capacitou os pescadores a perceberem os cardumes submersos, mas também alijou-os da técnica de identificar o cardume a olho nu, função de olheiro treinado, como Seu Russo, que enxergava “que era um colosso”. A interação do pescador com a laguna se tornou gradativamente mais intermediada por aparelhos os quais eles não produziam diretamente, e acelerou o ritmo da produção material.

Os ritmos transformados são explicitados por Pereira (2006, p.74), quando afirma que

[...] a lentidão é, naturalmente, matéria da experiência, cujo ritmo apressado da modernidade (entrevisto não só nas novas formas narrativas, mas também no modo com que o próprio trabalho é concebido, ou seja, da transformação do modo de produção artesanal, manual, ao modo de produção industrial mecânico) subtraiu o indivíduo do universo da tradição.

Nesse sentido, o que se pretende explicitar com essa explanação é que a narrativa dos pescadores, plenas de sabedoria e, por consequência, de conselhos, estão voltadas não apenas para o passado da pesca, mas também para o seu presente e o seu futuro. Walter Benjamin com propriedade afirma que “[...] aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada”. Essa história narrada os pescadores a conhecem e sugerem sobre sua continuação. É a sua história de pesca, e a continuação passa inevitavelmente pelo que se convencionou chamar de sustentabilidade.

4.3 O conceito de sustentabilidade e a sustentabilidade para os pescadores

O conceito de sustentabilidade surge atualmente como uma nova palavra de ordem, como a meta a guiar todas as ações humanas, como a preocupação máxima de toda e qualquer iniciativa. Entretanto, como em qualquer situação, conceito, ideia

ou ação que se transforme em tendência na sociedade contemporânea, ela tende a carecer de uma definição básica.

Sustentabilidade, a princípio, seria a capacidade de sustentar ou manter constante ou estável algo ou alguma situação no tempo, torná-lo perene. Vê-se que essa frouxidão dá margem para interpretações equivocadas ou parciais do termo, e estas possibilitam ações superficiais ou socioambientalmente injustas em nome da sustentabilidade.

Numa pesquisa bastante abrangente sobre o termo, Acselrad elencou cinco definições que disputariam a hegemonia para tratar da sustentabilidade. Seriam elas:

[...] A matriz da eficiência, que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao “espaço não mercantil planetário”; a da escala, que propugna um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os “recursos ambientais”; a da equidade, que articula analiticamente princípios de justiça e ecologia; a da autossuficiência, que prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como estratégia apropriada a assegurar a capacidade de autorregulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento; a da ética, que inscreve a apropriação social do mundo material em um debate sobre os valores de bem e de mal, evidenciando as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida no planeta”. (ACSELRAD, 2009, p.43)

Esta disputa pela ascensão e aceitação de uma definição hegemônica de sustentabilidade, entretanto, mostra-se como uma discussão que não considera formas locais de manutenção e interação com o ambiente. Sendo propostas globais, e procurando afirmar o que é e o que não é legítimo tratar por sustentabilidade, deixa-se de considerar as estratégias locais de comunidades tradicionais (aqui especificamente os pescadores artesanais da Laguna dos Patos) na preservação de seus modos de vida como portadores de determinada sustentabilidade.

Nesse sentido, cabe perceber o conceito de sustentabilidade como um conceito carente de complementações. Marrul (2003, p.86), tratando da sustentabilidade da pesca, define que

Ao contrário de estruturas conceituais que pretendem explicar o real, a noção de sustentabilidade se vincula a ele e à lógica das práticas humanas [...] se constitui historicizada e é socialmente construída

tendo raízes em questões como: sustentabilidade do quê, para quem, quando, onde, por quê, por quanto tempo.

Pensar, então, em sustentabilidade da pesca artesanal, evoca pensar na sustentabilidade do pescador artesanal e seu ofício, partindo-se de pressupostos de transformação social, justiça ambiental e emancipação econômica. Os velhos pescadores-narradores, portadores da sabedoria tradicional, são também sujeitos críticos que aplicam sua visão em perspectiva sobre os problemas do grupo, buscando alternativas para superá-los.

A pesca artesanal está inserida num contexto maior, como uma atividade produtiva entre outras, portadora de suas especificidades e singularidades. Este contexto, entretanto, é permeado de inseguranças, desequilíbrios e falta de perspectiva e oportunidade, o que faz com que o recurso à pesca torne-se um grande “guarda chuva” de inserção no mundo do trabalho.

Seu Zé vê nessa situação em que a pesca apresenta-se cada vez mais como a principal renda econômica para um número cada vez maior de famílias (desde a década de 1970/80 até hoje) um problema grave na manutenção dos cardumes. Objetivamente ele explica que:

[...] Se tivesse pouco pescador... por exemplo... os caras pescavam mais né. Já num... de dez, bota vinte, bota trinta, pra repartir para aquela turma, vai diminuindo pra todo mundo. E é isso aí é que tá, a pescaria aqui dentro tá cada vez diminuindo mais. Não tá aumentando.

E continua abordando a safra do camarão:

Então no tempo do camarão, vou te dizer uma coisa... é um deus me livre rapaz, minha mãe do céu, bah... cara que trabalhava com dez aviãozinho tão trabalhando com trinta, quarenta, cinquenta, cem. Até com quarenta, cinquenta aviãozinho cada botezinho desse aí. Então é muito pescador e pouco produto.

Nesse panorama, a pesca representa uma das poucas vias de profissionalização disponíveis aos jovens que ingressam no mundo do trabalho na localidade. Seu Zé continua: “[...] tu quer ver aqui no Norte... aqui no Norte não tem, não tem outro emprego a não ser a pescaria. Quando chega o tempo todo mundo vai pra pescaria, todo mundo, por que não tem emprego”.

Sendo que, como foi explicada no capítulo anterior, a profissionalização do pescador artesanal se dava de maneira rápida e exigia poucos conhecimentos

formais, era relativamente fácil participar entre suas fileiras. A falta de opções ajudou a ampliar o número de pescadores artesanais¹⁸ que engrossam as pequenas parselhas que participam da atividade.

Esse quadro contribui para o estado de sobrepesca em que se encontra a pesca no estuário. Com um esforço excessivo por parte dos pescadores sobre o estoque constante dos cardumes, o futuro da pesca encontra-se comprometido.

Entretanto, nas propostas de sustentabilidade dos pescadores artesanais, o que se pode encontrar é a visão de conjunto, o pensamento de integração da pesca a determinado contexto. Diferente de propostas governamentais que baseiam suas intervenções em interpretações escalares da definição de sustentabilidade¹⁹, os pescadores percebem uma interação entre aspectos e atividades econômicas. Sabendo que a pesca seria um último recurso para jovens trabalhadores, eles apostam no desenvolvimento de outras frentes para aliviar o esforço sobre os cardumes.

Seu Zé, mais uma vez, faz lembrar o surto desenvolvimentista pelo qual está passando a região, e aposta na qualificação da mão de obra como forma de oferecer aos novos trabalhadores oportunidades fora da pesca.

[...] Aqui, aqui no Norte mesmo, não era pra ter umas aulas, uma coisa assim como tem em Porto Alegre mesmo? E no Rio Grande tem? Tem né? No Rio Grande já tem. Por que vai dar mão de obra pra caramba ali nessas coisas que eles tão fazendo ali no Rio Grande. Vai dá, bota emprego nisso. [...] Mas não pra nós né. Nós semo até analfabeto. Eu sou analfabeto, eu. E esse aqui também é analfabeto. Eu sei assinar o meu nome ainda, sei assinar. Ele não sabe.

Isso leva a refletir sobre outro aspecto que visa a sustentabilidade da pesca pelo ponto de vista dos velhos pescadores-narradores: a educação. Como posto no último capítulo, a educação escassa e não voltada para a formação profissional representa um dos principais problemas enfrentados pelos pescadores artesanais. Seu Paranhos é claro ao afirmar que “A grande dificuldade nossa foi que naquela

¹⁸ Adomilli (2007, p.86) aponta que em estimativa realizada em 2001, haviam cerca de 1.700 pescadores considerados artesanais em São José do Norte.

¹⁹ Na concepção de Acsehrad (2009, p.49) a matriz da escala postula que “[...] há de se pensar também uma escala ótima, grandeza na qual a pressão do esforço produtivo agregado sobre a base material do desenvolvimento seria compatível com a ‘capacidade de suporte’ do planeta”. No que trata da pesca, Abdallah (1998, p.15-18) aponta que os modelos de intervenção do Estado resumem-se basicamente a medidas de escala: limitar a pesca por “tempo”, licenças de pesca, restringir tipos de insumos utilizados na pesca, cotas individuais transferíveis e taxas.

época, quando nós começamos a aprender a ser pescador, nós não tínhamos ninguém que nos orientasse a forma de trabalhar sem ferir o meio ambiente”.

Tendo sido conduzidos pelos valores de produtivismo, desenvolvimentismo e economia de exportação, os pescadores entraram numa aceleração do ritmo da relação com o estuário, onde se visava a maior produção no menor tempo possível. Uma forma de lidar com esse problema é a educação²⁰.

Os pescadores artesanais vislumbram um futuro onde eles veem seu mundo sendo clarificado, explicitado, numa tentativa de trazer conhecimento aos jovens não apenas pelo aprendizado na prática, mas formalmente, na escola, e informalmente, nos meios de comunicação.

Nesse sentido há um grande interesse na produção de pesquisas e no ensino integrando conhecimentos práticos e científicos atuando na formação dos pescadores artesanais. A elaboração de pesquisas voltadas para a manutenção dos cardumes vem contemplar a expectativa dos pescadores artesanais que se preocupam com a sustentabilidade de sua atividade.

A integração entre conhecimento prático e conhecimento científico já contou com algumas iniciativas por parte dos pescadores, que ofereceram subsídios para o estudo dos períodos de reprodução das espécies. Seu Manoel, durante a década de 1970 ainda, quando ocupava cargo de administração da Colônia de Pescadores Z2, juntamente com outros pescadores, apresentou em assembleia de colônias na Ilha da Pintada, em Porto Alegre, documento em que constavam algumas das principais espécies pescadas e seus períodos de reprodução.

[...] Entreguei um documento, coloquei no documento as espécies da nossa costa que poderiam, eu achava e outros pescadores achavam, que poderiam tá desovando no período de dezembro, no mês de janeiro. Eu citei todas elas. Citei a corvina, citei o bagre, citei a miragaia, a pescadinha, mês de dezembro... bah, olha... a papa-terra, o peixe-rei; peixe-rei sai da lagoa pra desovar no oceano, é inverso; arraia, a viola, tudo período de dezembro-janeiro; a viola tá largando os filho em janeiro, meados de janeiro, porque a viola e a arraia é diferente, o cação. Então citei essas espécie, e nós fizemo um alerta. Naquele tempo a Furg recém tava iniciando, era Sudepe.

²⁰ Referência para uma educação inclusiva que aborde o cotidiano da vida dos pescadores à formação cidadã pode ser encontrada em FREITAS, Renata Aires de. **Educação ambiental com filhos de pescadores**: uma experiência na casa familiar do mar “Vilson Pedro Kleinubing”, Laguna, SC. Rio Grande: FURG, 2003. 95p.

O alerta serviria para “abrir os olhos” das autoridades para o ritmo desenfreado que estava assumindo a pesca na região, e também para fomentar a pesquisa para constatar esta situação. Seu Manoel prossegue:

Comprovado o estudo pela parte do centro de pesquisa da Sudepe, comprovado que essas espécie estariam desovando [...] baixasse uma portaria proibindo a captura por sessenta, noventa dias dessas espécie. [...] Isso, todos presidente da colônia que passaram vêm pedindo um defeso desde aquela época. Por que aí como nós vamo manter as espécie sem elas defender a época da desova?

Feito o alerta, comprovada a situação, e controlada a pesca, caberia então divulgar o conhecimento, tanto formal quanto informalmente. O currículo escolar abraçaria esta iniciativa, como expôs Seu Paranhos ao evidenciar a necessidade da integração entre conhecimentos práticos e conhecimentos científicos na formação escolar dos estudantes filhos de pescadores. A proposição ganha corpo quando se percebe a necessidade de reprodução do ofício de pescador artesanal, que conta apenas com a experiência prática como formação profissional, não dispendo de maiores conhecimentos sobre as características específicas das espécies, noções de manejo e gerenciamento pesqueiro.

De posse dessas pesquisas cujo conteúdo integra a sabedoria dos pescadores e a ciência dos pesquisadores, sua divulgação para a formação de novos pescadores seria um próximo passo para a criação de pescadores críticos, portadores de uma noção esclarecida de sua atividade, responsáveis pela perenidade da profissão.

Em entrevista cedida para o Jornal Agora, Seu Paranhos, quando secretário da Colônia de Pescadores Z2, argumenta:

Acho que o governo deveria colocar como currículo escolar, especialmente nas zonas rurais, trabalhos ligados às atividades na região. Aqui em São José do Norte, como exemplo, em locais onde a maioria dos alunos são filhos de pescadores, porque não ensinar aos meninos como pescar racionalmente, preservando o futuro do próprio homem.

A proposta apresentada por Seu Paranhos para tornar o conhecimento dos pescadores artesanais disponível no currículo formal, aliado ao conhecimento científico, conta, como se pode perceber, com uma visão de racionalidade que rompe com o paradigma utilitarista apregoado pela economia de mercado. Esta instrução visaria integrar os conhecimentos científicos e os conhecimentos práticos,

dos quais não poderia abrir mão sob o risco de se tornar determinista e tecnocêntrica, desconsiderando fatores de ordem sociocultural (como já ocorrera em outro momento histórico²¹). Retomando Foladori & Taks (2004, p.342),

[...] A “ciência normal” [...] é limitada para fazer frente a impactos ambientais que afetam diferenciadamente os grupos e classes sociais e são por eles percebidos também de maneiras distintas. É preciso, por um lado, promover uma integração mais estreita entre a ciência normal e conhecimento prático. Por outro, é necessário que agendas de investigação científica se estabeleçam “de baixo para cima”.

Informalmente, seu Manoel sugere uma fração da programação dos canais de televisão local para a veiculação de informações relativas à pesca.

[...] A Furg não solicita através, um programa na televisão, cara, mostre na televisão, um minuto, por semana, ou uma vez por mês, aponta as espécie. Nós vamo tá olhando a televisão, os meus neto, meus filho, meus bisneto, vão tá olhando. “Olha ali, a corvina desova nesse período, não podemos pescar”. Essa é a imagem que nós temo que passar. [...] Qualé o problema a Furg, eles tão estudando aí, tão se formando, um minuto. “Olha, o camarão aí tá nesse período, assim, assim, que tem salinidade”. “Uma camaroa dá 270 mil, solta...” Mostrar no programa. [...] Pô, faz um programa esclarecedor pro pescador. O cara do barco vai tá olhando, o artesanal vai tá olhando.

Entretanto, apesar dos pescadores-narradores reconhecerem que esta parceria é vital para a sustentabilidade da atividade pesqueira artesanal no estuário, normalmente a situação é conflitiva entre os diferentes saberes. Exemplar é a pesquisa de Altmayer (1999), que em suas conclusões, ao comparar o modelo percebido, baseado na percepção empírica do meio por parte dos pescadores artesanais, e o modelo operacional, fundamentado por interpretações científicas vindas de pesquisadores, reconhece que “[...] o modelo percebido é responsável por suscitar comportamentos inadequados, que comprometem as possibilidades de adaptação dos pescadores ao seu meio natural” (ALTMAYER, 1999, p.130).

Relativo à busca de soluções, a autora interpretou a visão de conjunto dos pescadores como atribuição de culpa a outros agentes. Prossegue ela afirmando que

²¹ Sobre a postura tecnocrata com relação à pesca no Brasil, cf. Martins, 1997, p.43-4.

A busca por justificativas e soluções para a crise pesqueira fora da própria ação está associada não só à dificuldade de reconhecimento da extensão das próprias ações e à tendência a procurar culpados em outros setores e agentes envolvidos mas também ao fato de não se sentirem como agentes responsáveis pelo equilíbrio do ecossistema ao qual fazem parte, e de se mobilizarem para as soluções do problema (ALTMAYER, 1999, p.131).

Exemplo dessa visão de integração, além da percepção de que os conflitos na laguna são parte intrínseca da crise socioambiental enfrentada pela pesca artesanal, é apresentada por Seu Manoel quando percebe que a reprodução das espécies está intimamente ligada aos ciclos de entrada e saída dos cardumes no estuário. Indica ele que:

As espécie que vem na lagoa elas dependem do oceano, dependem do oceano. Elas migram, elas vêm do oceano pra lagoa. Tanto bagre, corvina, tainha, savelha, peixe-rei, papa-terra, isso tudo vem pra lagoa, quando tem salinidade todas elas vêm. E na costa também.

Essa postura vai de encontro às propostas de interlocução defendidas pelos velhos pescadores-narradores, que creem no diálogo, e não na arbitrariedade, como forma de alcançar a sustentabilidade da pesca no estuário. Seu Manoel é bem claro quando se reporta às determinações hierarquizadas vindas dos órgãos de fiscalização referentes à gestão da pesca: “[...] Eu entendo que não é assim que vamo resolver as coisa. Tem que sentar, tem que conversar, dialogar, divergir, porque sem divergência não vai nascer a luz, cara. O homem que tem estudo tem que saber divergir com aquele que não tem estudo”.

Seu Manoel diz que boa parte das polêmicas são criadas sobre pontos não centrais na questão da pesca. Ele prossegue:

Então tem que se sentar na mesa pra por uma conclusão pra pesca, que ainda há tempo, há tempo. Agora, pode proibir de pescar tal tipo de rede, ou liberar tal tipo de rede, mas se não preservam a época da desova eu acho que não tem solução. Eu acho que não tem solução. Só se parar de pescar.

Assim, a busca por soluções para os problemas que a pesca enfrenta tem que passar, necessariamente, pelo diálogo, pela divergência, pois os pescadores artesanais são parte constituinte da vida no estuário. A arbitrariedade governamental, o que muitas vezes é a abordagem padrão quando se trata de implementar políticas públicas para a pesca, acaba por tratar o pescador como um

transgressor, reproduzindo um comportamento determinista e autoritário na relação entre esses dois grupos.

Seu Major lembra-se de quando parou de pescar e tornou-se comprador da firma Torquatto Pontes, e como a arbitrariedade governamental ficava explícita ao se vigiar apenas o pescador artesanal. Sugerindo que a fiscalização deveria incidir também sobre o comprador do peixe pescado de forma irregular, Seu Major expõe:

Como agora, eles não querem que pesque, não pode pescar. Deixa eles pescarem o dia, eles pescam. Bota em cima ali: “Pra onde é que vai esse peixe?” “Vai pra tal lugar”. Vai lá e prende o dono! “Seu Fulano, o senhor sabe que isso aqui não pode comprar. Por que que o senhor comprou?”

A intenção de dialogar já mostraria um avanço nas relações entre governo e pescadores. Seu Manoel insiste nesse rumo de ação:

Então eu acho, existe as matriz, tem ainda, só basta o governo conversar com as pessoas, a Furg conversar, estudar, tudo até dizer assim: “Olha, mas a prancha faz mal”. Faz, mas se escolher um lugar pra ela trabalhar, e dar um período de sessenta, setenta dias, trabalhar no canal, onde o camarão já tá arriando pra ir embora... agora podiam parar. [...] Tudo é possível, mas com limite. Com limite. Eu acho que tudo tem que ser respeitado, se respeitar um ao outro, tanto o órgão respeitar o pescador quanto o pescador respeitar ao órgão.

A construção a partir do diálogo seria passo fundamental para a preservação da pesca artesanal, tanto porque os pescadores são os principais interessados nessa preservação, quanto pelo reconhecimento e legitimidade de sua explicação de mundo e interpretação do ambiente.

Uma das primeiras decisões sobre as quais se deveria dialogar seria o período de interdição da pesca.

Atualmente os períodos de permissão e interdição da pesca são estipulados pela Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP nº 03/2004, que diz que o período de pesca da tainha compreende os meses de outubro a maio, da corvina os meses de outubro a fevereiro, do bagre os meses de outubro, novembro e março, abril, maio, e camarão os meses de fevereiro a maio. Para os velhos pescadores artesanais, e particularmente para Seu Manoel, a defesa do período de reprodução dos cardumes deveria ser prioridade para os órgãos fiscalizadores e para o Estado.

Então o que nós queremos é que o pescador tanto artesanal quanto industrial, seja o que for, não pesque elas [espécies em reprodução]. Por quê? Pros estoque se renovar. É o meu entendimento, é isso que eu tenho pra te explicar. [...] Se proibirem a pesca aí fora da corvina, da viola, da arraia, da pescadinha, dessas espécie que tão desovando, pô, dá um seguro-defeso pra esses operário que trabalham nesses barco, que são pobre, precisam, esses aqui da lagoa, dá pra eles ali. Eles vão fazer estaleiro, vão recuperar rede, ou vão pescar outras espécie mais longe da costa.

Por que se nós pegar aqui cem mil corvina largando a ova pro macho fecundar, quantos milhões de corvina vai deixar de se criar? E aí? Vão recuperar os estoques nas nossas costa? A salvação nossa é Uruguai e Argentina ainda, que lá é catorze milhas e eles não pegam isso, não pescam, e vai ter uma quantidade pra pescar. “A indústria lá, mas hoje tá sem peixe”. Mais vale ficar sem peixe por dois mês que ficar a vida toda, fechar como tão fechando no Rio Grande, como já fecharam né. As indústria aquela ali eram tudo salga, salgavam, não tinha. Eles ampliaram demais, governo deu incentivo, foram fazendo, foram fazendo, e a preservação... tem a lei, mas... a época de proibir nunca houve, não tem isso aí.

De acordo com Seu Manoel, o costume tradicional dos pescadores artesanais no estuário de interromperem a captura do Natal à festa de Navegantes, dia 2 de fevereiro, garantiria aos cardumes um lapso de tempo para realizar seu ciclo de reprodução dentro da laguna. O abandono dessa tradição causou tremendo desequilíbrio nos ritmos naturais dos cardumes, atacando-os diretamente quando estão para se reproduzir.

A grande concentração de redes também é um tópico no qual os pescadores-narradores sugerem diálogos, bem como o tamanho da malha. Seu Zé desta que:

[...] Os caras trabalhavam com duas mil braças de tainha na lagoa, na tainha na lagoa, hoje tão trabalhando com cinco, seis, sete. Então, é muita rede. Tinha que diminuir mais a rede dessa gente aí que era pra dar pra todo mundo. [...] Há pessoas que têm, por exemplo, que tem capacidade de botar bastante rede, bota, por que não é limitado. Por enquanto não se vê dizer que tem limitação de rede aí. Então... o tal de Ibama aí, era pra: “Olha, tantas braças, tal. Mais do que isso não podia ser”. Mas não, tá por conta do beleléu. Aí é ruim.

Seu Major complementa:

Mas aquela [tainhotinha] pequeninha, que cria, no tamanhozinho, já tem rede pescando ela lá adiante. Isso que o governo não se importa. Agora mesmo, eles tão matando, tá dando a tainha miúda, tainhota assim, vai lá na banca tá tudo tainha assim. O governo tinha que limitar as malha né. Pô, eles não podem pescar com essa malha.

Nesse sentido, a constituição de políticas públicas para a pesca, para que esta seja sustentável, deve ter como interlocutores os velhos pescadores artesanais, pois imersos como estão nos problemas socioambientais, e com a experiência de vida e a sabedoria advinda dela, eles são capazes de vislumbrar os pontos mais frágeis os quais os legisladores não conseguem visualizar.

Sustentar a pesca não é apenas sustentar os cardumes, mas *também sustentar* os cardumes, além de impedir que sujeitos que dispõem de um maior poder de investimento instaurem uma situação de injustiça e desigualdade no acesso aos recursos pesqueiros, é impedir que se pesque no momento de reprodução, pautar um limite à exploração e preservar os espécimes jovens dos cardumes.

Enfim, essa sabedoria e esse discernimento conquistados pelos pescadores-narradores, e sua visão para a sustentabilidade da atividade da pesca artesanal acabam aproximando-os do conceito de sujeito ecológico, portadores de uma nova racionalidade e proponentes de uma outra sociabilidade.

4.4 Contribuições dos pescadores-narradores à formação do sujeito ecológico

A busca de sustentabilidade na pesca artesanal e a série de proposições baseadas na sabedoria dos velhos pescadores artesanais contribui de forma inestimável para a formação de um sujeito ecológico no contexto da pesca no estuário da Laguna dos Patos.

A definição de sujeito ecológico apresentada por Isabel Carvalho (2008) toma como ponto de partida um tipo ideal,

[...] portador de valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente orientados, que incidem sobre o plano individual e coletivo. O sujeito ecológico constitui-se, deste modo, tanto num modo de identificação para os indivíduos quanto num horizonte sócio-histórico de justiça ambiental para uma educação ambiental emancipatória (CARVALHO, 2008, p.23).

O sujeito ecológico, assim, teria a dupla função de servir de referência para atitudes voltadas a uma composição crítica, transformadora e emancipatória dos cidadãos, e de representar, ao mesmo tempo, um desenvolvimento humano socialmente justo e ambientalmente sustentável frente à crise socioambiental

enfrentada. Nesse sentido, cabe retomar a definição crítica, transformadora e emancipatória da Educação Ambiental para perceber a contribuição dos pescadores-narradores à formação do conceito de sujeito ecológico.

A tripla adjetivação da Educação Ambiental serve para explicitar-lhe as intenções bem como para traçar um rumo de ação para atingir os objetivos e metas pautados por uma orientação de justiça ambiental. Resumidamente, Quintas (in LAYRARGUES, 2007, p.132) apresenta esta

[...] educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade natureza e das relações sociais que ele institui. Transformadora, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade em construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também emancipatória, por tomar a liberdade como valor fundamental e buscar a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos.

Ao propor uma abordagem que não se resume apenas a conhecimentos ecológicos ou a ações superficiais relativas aos problemas socioambientais, que partem da mesma racionalidade instrumental que propulsionou a atual crise socioambiental, os educadores ambientais críticos, transformadores e emancipatórios vislumbram a carência de uma outra racionalidade, uma racionalidade ambiental, que redireciona a economia às suas origens enquanto modo de administrar a casa, a morada, o *oikos*, deixando de ser conduzida pela lógica mercantil (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.331).

Neste sentido o sujeito ecológico deve ser dotado de “[...] uma postura ética de crítica à ordem vigente que se caracteriza pela produtividade material baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais, bem como na manutenção da desigualdade e da exclusão social e ambiental” (CARVALHO, 2004, p.67).

A experiência dos pescadores-narradores capacita-os a perceber a atividade pesqueira sob uma ótica diferenciada, tendo suporte da sabedoria construída durante uma vida profissional. A noção de desestrutura de sua tradição e a insustentabilidade atual da atividade os transformam em observadores capacitados a intervirem no contexto do estuário. Seus conselhos, tecidos na “substância viva da existência” são reflexões germinadas e amadurecidas durante anos de crise

aprofundada, experienciadas em primeira mão, sentidas na pele, em cada ruga deixada pelo sol e pelo sal.

O sujeito ecológico contextualizado na pesca artesanal do estuário da Laguna dos Patos, seguindo as contribuições para sua formação aproveitadas dos conselhos dos pescadores-narradores, apresentaria, assim, uma visão de pesca alternativa à exploração desenfreada e predatória que outrora se fez presente e que volta a mostrar seu rosto²². Ele preocupa-se com a sustentação da sociobiodiversidade, como apresentada por Diegues (in FERRARO JR, 2007, p.311):

[...] uma cooperação orgânica entre o conhecimento tradicional no estudo e manejo da biodiversidade. Para tanto, é preciso, antes de tudo, se reconhecer a existência, nas sociedades tradicionais, de outras formas, igualmente racionais, de se perceber a biodiversidade, além daquelas oferecidas pela ciência moderna.

A legitimidade da explicação de mundo dos pescadores ganha corpo e se avoluma com o sujeito ecológico, reconhecendo em sua cultura e em sua razão, não distorções ou posições ingênuas, mas formas alternativas de compreensão do mundo.

O sujeito ecológico, inspirado pelos velhos pescadores-narradores, recorre à sua sabedoria para construir sua utopia de existência ecológica plena. É crítico ao perceber que o mundo percebido e vivenciado não é dado, mas construído, palco de relações socioambientais em disputa. Basta notar a noção das disputas que existem em torno do estuário, os conflitos em torno das águas que envolvem pescadores, armadores, industriais e arroteiros.

²² Em Boletim Informativo do deputado estadual Sandro Boka do mês de maio de 2009, este participou, junto com lideranças da indústria pesqueira de Rio Grande, de reuniões relativas ao “resgate da indústria pesqueira do Rio Grande, que já foi uma das maiores do país” (p.3). A intenção de “viabilizar junto ao governo do estado” à época “incentivos para o setor” vai completamente na contramão da sustentabilidade proposta pelos pescadores artesanais, uma vez que negligencia os motivos socioambientais pelos quais a indústria pesqueira entrou em falência, atribuindo a questões econômicas e financeiras a derrocada deste ramo de atividade na região. Maiores informações também podem ser obtidas em <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+95f69,,prefeitura-e-parceira-no-resgate-da-industria-pesqueira.html>, <http://200.175.116.253/pagina/index.php/noticias/detalhes+9758,,prefeitura-deputado-boka-e-empresarios-do-setor-pesqueiro-voltam-a-se-reunir.html> e <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/950540/boka-buscara-incentivos-para-revitalizar-a-industria-pesqueira-do-rio-grande>

Ele também é crítico ao desvelar os embates fundamentais da construção de sentidos, explícitos nos interesses de legitimar determinadas posturas e deslegitimar outras como impróprias ou irracionais. A postura de defesa muitas vezes demonstrada, recorrendo aos antepassados – “meu pai me ensinou”, “meus irmãos faziam assim” – para testemunharem a seu favor, são provas marcantes dessa percepção. A compreensão complexa do real, evidenciando a atuação de múltiplos e diversos fatores na sua constituição também é característica desse pescador-narrador que se presta ao sujeito ecológico em formação.

A proposta de transformação também conta entre suas características, pois o sujeito ecológico no contexto do estuário compreende a fusão que há entre risco ambiental e insegurança social. A exposição a uma realidade de liberdade de mercado acaba por se apresentar como uma não liberdade, e a tentativa de escapar a essa imposição via conscientização é a principal forma de luta. Os pescadores-narradores transmitem ao ideal do sujeito ecológico o respeito aos ciclos naturais de reprodução dos cardumes, o rompimento da lógica irracional do produtivismo e da livre concorrência pela captura do pescado, apregoando uma postura dialógica, fundada na perseverança e vivência da comunidade e a sustentabilidade da prática profissional pesqueira.

Ao romper as relações assimétricas ideológicas e práticas e promover o diálogo, os pescadores-narradores ensinam a emancipação, e o sujeito ecológico no contexto do estuário apresenta mais uma característica intrínseca. A reafirmação da legitimidade de sua explicação de mundo é parcela fundamental para a constituição da emancipação desse sujeito. Tanto a proposta de discussão em pé de igualdade com as agências fiscalizadoras quanto a negação de uma relação paternalista com o Estado representam uma tomada de posição diante do mundo.

A inclusão da racionalidade do pescador na educação formal e informal, e o atendimento voltado aos interesses desse grupo demonstram o quanto se está ciente da necessidade de uma reprodução qualificada do conjunto dos pescadores. Este passo, identificado como inestimável para a educação do pescador artesanal, constitui uma das principais bandeiras da emancipação do sujeito ecológico no contexto do estuário da Laguna dos Patos.

Assim, interessados principalmente na composição de um sujeito ecológico inspirado pela sabedoria dos pescadores-narradores, formula-se o esboço de um tipo ideal calcado na realidade concreta e na experiência de vida desses sujeitos,

que viveram uma vida profissional, compreenderam historicamente a crise da pesca desde sua intensificação e a globalização da laguna, e refletiram alternativas de sustentabilidade. Não há interesse mais genuíno na sustentabilidade da pesca artesanal do que o dos próprios pescadores. Não há referência mais genuína para formular um tipo ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena no contexto da pesca da laguna do que o pescador que aprendeu com os erros e fala sobre isso com a sabedoria da experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise socioambiental atual se faz sentir a todo o momento e em cada atividade humana. Grande é a preocupação expressada nos meios de comunicação com o futuro do planeta, mas as propostas de intervenção, em sua maioria adeptas de uma modernização conservadora, ou são superficiais e não apresentam uma visão crítica da situação, ou são hierarquizadas e ignoram, ou no mínimo não consideram diferentes interlocutores e suas racionalidades.

No caso da pesca no estuário da Laguna dos Patos, os efeitos da crise socioambiental são notáveis para os velhos pescadores-narradores. Eles veem uma clara distinção entre o passado de pesca abundante, dos cardumes de bagre, da Ilha da Feitoria, e o presente de crise, de safra de camarão comprometida, de conflitos pela água, de perda de poder econômico e carência de poder político.

A necessária busca de alternativas a essa conjuntura de crise, primando por um quadro de justiça socioambiental, é o que promove a Educação Ambiental em sua vertente crítica, transformadora e emancipatória. Acreditando no diálogo como forma de construção coletiva, explicitando que as relações não são harmônicas, mas conflitivas, em que os valores de acumulação privada de recursos superam o bem estar e o bem viver dos grupos, promovendo ideais de ruptura com o modelo vigente e emancipação de grupos dominados pelas relações de exploração do trabalho e da natureza atuais, a Educação Ambiental estabelece a interlocução entre diversos saberes e racionalidades, integrando conhecimentos científicos e conhecimentos práticos para a busca de alternativas à crise.

Nesse sentido, esta pesquisa propôs-se a registrar as narrativas de História de Vida dos velhos pescadores artesanais, e colher de sua sabedoria, construída da experiência, propostas concretas para a sustentabilidade da pesca artesanal no estuário da Laguna dos Patos.

A partir de suas narrativas os velhos pescadores-narradores apontam alguns dos problemas que afetam a atividade no estuário. Um dos principais e mais sérios é o desvínculo entre a educação formal e a profissionalização dos pescadores, sendo que a experiência prática e informal é responsável pela sua reprodução enquanto

categoria. O que os velhos pescadores-narradores tornam evidente é que há a necessidade de uma aproximação entre a educação formal e o saber tradicional, articulando de forma mais equitativa o conhecimento científico, universal, e o saber tradicional, local, pontual e imbuído com a prática.

O desenvolvimento técnico, também acabou por representar um dos principais problemas vivenciados pelos pescadores, uma vez que transformou-se de alternativa para a realização da atividade a imposição, selecionando pescadores através de critérios de disponibilidade de capital e capacidade de investimentos, inevitavelmente privando vários deles de reservas importantes para a administração da vida familiar.

O desequilíbrio, o superdimensionamento e o acesso aos cardumes até então não considerados como exploráveis agravou a situação da pesca, à medida que, por pressão do consumo produtivo das indústrias instaladas em São José do Norte e Rio Grande sob incentivos fiscais dispostos pelo governo federal no período do regime militar, os pescadores começaram a pescar o que chamam de resíduo: o subproduto da pesca que entrava no mercado como insumo agrícola utilizado para adubo.

Por fim, as disputas pela água do estuário entre os artesanais, arroteiros e outras pescas, configuram um dos principais problemas enfrentados na atividade. Além do acesso aos mesmos cardumes, a desvantagem imposta pelos equipamentos eletrônicos em sua localização atribuí aos barcos da pesca industrial primazia na captura, interferindo diretamente na reprodução de cardumes que são pescados dentro do estuário e cuja captura constitui uma das principais fontes de renda para os pescadores artesanais. As barragens para uso de água na irrigação do arroz também interferem na dinâmica estuarina, uma vez que a água não se esgota por completo para que depois a laguna encha de água salgada para a safra de camarão durante os meses de novembro e dezembro.

Os pescadores-narradores apresentam também algumas propostas para a sustentabilidade da pesca, constando entre elas a percepção de elemento componente de uma economia plural. Ao não terem oportunidades de emprego em outros setores, os jovens nortenses recorrem à pesca como atividade profissional, inchando sobremaneira a pesca no estuário e embarcada, o que aumenta em muito o esforço que se realiza na captura, tornando inviável uma reprodução digna dos cardumes. Assim, o incremento de outros setores econômicos desafogaria o estado de superexploração e sobrepesca que constitui a realidade da laguna. Nesse sentido

percebe-se também a necessidade de uma educação profissional na pesca, e a inserção de atributos pesqueiros em conteúdos da educação formal para filhos de pescadores, oportunizando a construção de uma carreira profissional consciente dos desafios socioambientais que se apresentam contemporaneamente.

Nesse sentido, a integração de conhecimentos práticos e conhecimentos científicos tornam-se uma necessidade para a superação da crise na pesca, uma vez que vincula a experiência vivida com as propostas interdisciplinares surgidas no âmbito acadêmico, eliminando dessa forma a ditadura do racionalismo moderno que impera na maior parte dos agentes fiscalizadores e gestores de pesca. A divulgação, por meio de conteúdos escolares e veículos de comunicação, de aspectos da crise e sua superação constariam entre as medidas a serem adotadas e promovidas para a sustentabilidade da pesca, inserindo definitivamente os pescadores como cidadãos plenos através do conhecimento e da educação dentro de sua atividade.

O diálogo crítico basearia, assim, as relações entre pescadores e órgãos gestores, afastando definitivamente a visão dos pescadores como sujeitos incapazes ou incapacitados, tratando-os como iguais, portadores de uma racionalidade que por diversa não se torna menos legítima do que a racionalidade científica da academia.

O conjunto das proposições dos velhos pescadores-narradores para uma pesca socialmente justa e ambientalmente sustentável suscita, deste modo, a atuação do Estado não apenas como agente fiscalizador e de punição, mas como um fomentador de iniciativas críticas, transformadoras e emancipatórias.

A formação de pescadores artesanais imbuídos tanto da sabedoria tradicional quanto do conhecimento científico, portadores de uma consciência crítica e representantes de seus grupos de origem – cientes dos diversos conflitos que permeiam a atividade pesqueira no estuário da Laguna dos Patos – é premente para que os pescadores possam conquistar sua emancipação enquanto sujeitos. O domínio de técnicas e conhecimentos científicos, embasados pela sabedoria tradicional portada pelos velhos pescadores, constitui-se em fundamento para a construção de novos pescadores artesanais numa base regular.

A constituição de curso de graduação para formação de pescadores artesanais surge como uma iniciativa digna das demandas apresentadas pelos velhos pescadores-narradores, oferecendo um currículo que leve em consideração os diversos fatores apontados como problemas e as soluções propostas no curso desta pesquisa. A premência da interdisciplinaridade, conjugando diversos saberes

científicos e não-científicos na formação destes sujeitos, também sujeitos ecológicos, pretende dar conta do complexo contexto em que se encontra mergulhada a crise socioambiental contemporânea.

Evidentemente este não é um caminho simples de se seguir, e não apenas a Educação Ambiental consegue dar conta dele. É necessário um verdadeiro esforço institucional em conjunto para que tal proposta consiga encontrar vazão nos corredores universitários e que se possa pôr em prática tal curso. Fundamentos sociopolíticos, econômicos, geográficos, ambientais, técnicos, humanos e tradicionais da pesca artesanal e sua inserção no contexto macro (político, econômico, social, etc) deveriam compor os currículos do curso em questão, não abrindo mão dos próprios pescadores-narradores como professores e consultores, aplicando seu olhar em perspectiva sobre a profissão e apontando onde estão os problemas e em que se poderia melhorá-los.

Baseada nessa interlocução entre diferentes sujeitos, na equanimidade de sabedorias, na busca de alternativas à superexploração da natureza e do trabalho, a Educação Ambiental tende a oferecer vieses diferenciados, visões outras que buscam encontrar um “outro mundo possível” que não aquele do lucro a qualquer custo, da exploração, do desespero econômico, da fragilidade social de grupos marginalizados. A busca se dá tendo por base a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, Patrícia Raggi. **Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução**. Piracicaba: USP, 1998. 137 p. Tese (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998.

ABDALLAH, Patrícia Raggi; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960-1994. **In Teor. Evid. Econ.** v.7, n.13. Passo Fundo: 1999.

ACSELRAD, Henri. Tecnologias sociais e sistemas locais de poluição. **In Horizontes antropológicos.** n.25. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.117-138.

ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Território e mobilidade: notas etnográficas entre o global e o local em uma comunidade pesqueira. **In RIAL, C. GODIO, M. (orgs) Pesca e turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul**. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. **Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte-RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 343 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALTMAYER, Flávia de Lima. **Pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos – RS: uma análise de sua percepção do meio natural como subsídio para um projeto de educação ambiental**. Rio Grande: FURG, 1999. 159 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental), Universidade Federal do Rio Grande, 1999.

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). **Usos & abusos da história oral**. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. Aspectos da emigração portuguesa. **In Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. n.94, v.30. 2001. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-30.htm>> Acesso em 27 de fevereiro de 2011.

BAGANHA, Maria Ioannis B. As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. In **Análise social**. v. 29, n. 128. 1994. (disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf>> Acesso em 27 de fevereiro de 2011

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1)

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 13.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 28 fev. 1967.

BUNSE, Heinrich Adam Wilhelm. **São José do Norte**: aspectos linguísticos-etnográficos do antigo município. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1981.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008

COSTA, Aléssio Almada da. **Em busca de uma estratégia de transição para a sustentabilidade no sistema ambiental da pesca artesanal no município do Rio Grande/RS – estuário da Lagoa dos Patos**. Rio Grande: FURG, 2004. 315 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental), Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6.ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2008.

ECO, Umberto. **Obra aberta**: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

FINCO, Marcus Vinícius Alves; ABDALLAH, Patrícia Raggi. Análise da atividade pesqueira no município de Rio Grande e sua inserção no modelo de educação ambiental. In **REMEA**. Rio Grande: FURG.

FOLADORI, Guillermo e TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **In Maná**. n.10, v.2. 2004.

FREITAS, Renata Aires de. **Educação ambiental com filhos de pescadores: uma experiência na casa familiar do mar “Vilson Pedro Kleinubing”, Laguna, SC**. Rio Grande: FURG, 2003. 95 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental), Universidade Federal do Rio Grande, 2003.

GUIMARÃES, Ely dos Santos. Razão instrumental e indústria cultural. **In Inter-Ação**. n.28, v.1. Goiás: UFG, jan./jun. 2003. 83-101.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **In Horizontes antropológicos**. n.25. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.31-64.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo Loureiro. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARRUL FILHO, Simão. **Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros**. Brasília: Ibama, 2003.

MARTINS, César Augusto Ávila. **Nas águas da lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos – Rio Grande (RS)**. São Paulo: USP, 1997. 168 p. Dissertação (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MOURA, Amanda; BAIRROS, Jacqueline Valle; SPERLING, Urania Pereira. Estudo sobre viabilidade turística na Ilha da Feitoria a partir de entrevistas realizadas com ex-moradores, Pelotas/RS. **In XVI CIC, IX ENPOS**. Pelotas: UFPel, 2007.

OLIVEIRA, Caroline Terra de. **Pescadores de sonhos e esperanças: experiências em educação ambiental com trabalhadores da Associação de Pescadores Artesanais da Vila São Miguel – Rio Grande/RS**. Rio Grande: FURG, 2008. 175 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental), Universidade Federal do Rio Grande, 2008.

PEREIRA, Marcelo de Andrade. **O lugar do tempo: experiência e tradição em Walter Benjamin.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. 117 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Filosofia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

PEREIRA, Maria Odete da Rosa. **Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite à participação.** Rio Grande: FURG, 2006. 170 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental), Universidade Federal do Rio Grande, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **O tempo e a cidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 18.ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOLER, Antonio Carlos et al (org.). **A cidade sustentável e o desenvolvimento humano na América Latina: temas e pesquisas.** Rio Grande: FURG, 2009.

TAGLIANI, Paulo Roberto Armanini et al. **Arqueologia, história e socioeconomia da restinga da Lagoa dos Patos: uma contribuição para o conhecimento e manejo da reserva da biosfera.** Rio Grande: FURG, 2000.

WYSE, Rosângela de Fátima Coelho. **A atividade industrial no município de São José do Norte no período de 1940-1995.** Rio Grande: FURG, 2000. 86 p. Monografia (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande, 2000.